

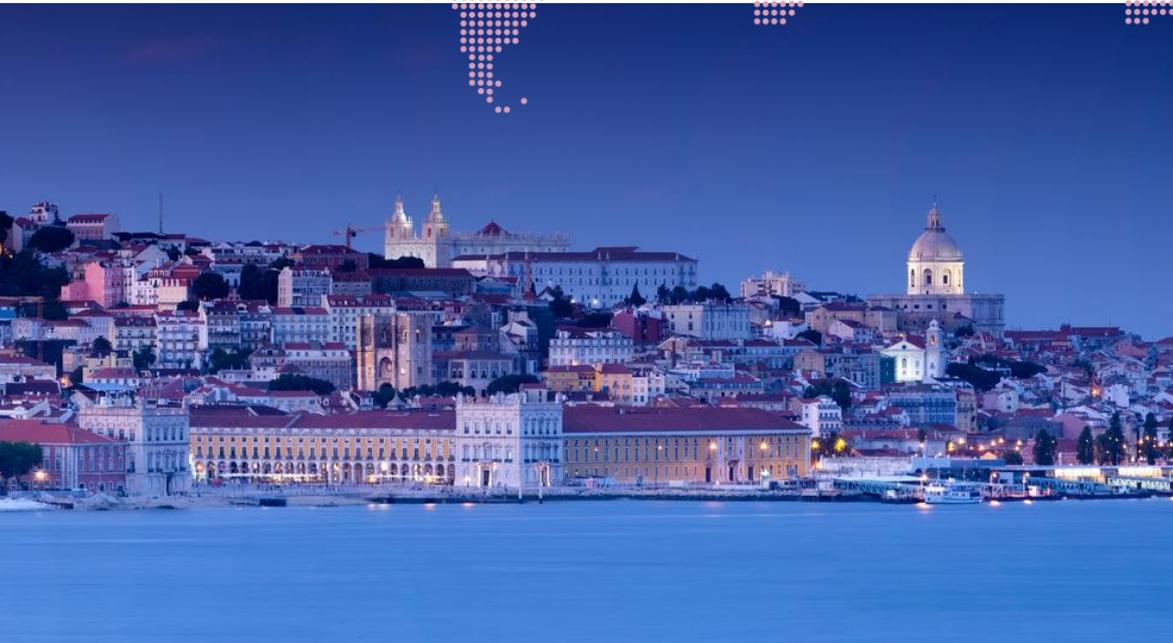


**AIP**  
PROJETO

**LUSOFONIA  
ECONÓMICA**  
PLATAFORMAS CPLP

# PORTUGAL

## Mercados económicos regionais e o relacionamento entre os países da CPLP



Maio de 2014



ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA  
CCI - CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Parceiro estratégico:



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E A COOPERAÇÃO  
PORTUGUESE ASSOCIATION FOR ECONOMIC DEVELOPMENT AND COOPERATION  
ASSOCIATION PORTUGAISE POUR LE DEVELOPPEMENT ECONOMIQUE ET LA COOPERATION

## **Acrónimos**

**ACP** – *African, Caribbean, and Pacific Group of States*

**ADT** – Acordo para evitar a Dupla Tributação

**AGOA** – *African Growth and Opportunity Act*

**AICD** - *Africa Infrastructure Country Diagnosis*

**ASEAN** – *Association of Southeast Asian Nations*

**ATI** – Acordos sobre a Troca de Informação em matéria Fiscal

**BAD** – Banco Africano de Desenvolvimento

**BM** – Banco Mundial

**BT** – Barreiras Tarifárias

**BCV** – Banco de Cabo Verde

**BVC** – Bolsa de Valores de Cabo Verde

**CAGR** - Compound Annual Growth Rate - Taxa de crescimento anual composta

**CEDEAO** – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

**CEMAC** - Comunidade Económica e Monetária da África Central

**ECREEE** - Centro Regional da CEDEAO para as Energias Renováveis e Eficiência Energética

**CPLP** – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

**DB** – *Ranking Doing Business*

**DCERP** - Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza

**EM** – Estados Membros

**ECV** – Escudos Cabo Verdianos

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**GCI** - *Global Competitiveness Index*

**IDE** – Investimento Direto Estrangeiro

**IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano

**IMI** – Imposto Municipal sobre Imóveis

**IMT** – Impostos Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

**INE** – Instituto Nacional de Estatística

**I&D&I** – Investigação, Desenvolvimento e Inovação

**LDC** - *Least Developed Country*

**N/A** – Não aplicável

**NEPC** - *Nigerian Export Promotion Council*

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

**OGE** – Orçamento Geral do Estado

**OMC** – Organização Mundial do Comércio

**OMT** – Organização Mundial do Turismo

**OPEP** – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

**PE** – Projetos Estruturantes

**PIB** – Produto Interno Bruto

**PIP** – Programa de Investimentos Públicos

**PPPs** - Parcerias Público-Privadas

**TCI** - *Trade Complementary Index*

**TIC** – Tecnologias de Informação e Comunicação

**UE** – União Europeia

**UEMOA** – União Económica e Monetária do Oeste Africano

**UNCTAD** – *United Nations Conference for Trade and Development*

**WTTC** – *World Travel & Tourism Council*

**ZCL** – Zona de Comércio Livre

# Índice

1.	Portugal e a CPLP e Macau. Enquadramento regional, económico e político.....	18
1.1.	Caracterização da CPLP .....	18
1.1.1.	Origem .....	18
1.1.2.	Desenvolvimento, objetivos e aspirações .....	18
1.1.3.	Estados Membros da CPLP .....	19
1.1.4.	Prioridades de desenvolvimento da CPLP.....	22
1.2.	A CPLP enquanto comunidade económica e a RAE de Macau .....	24
1.3.	As economias da CPLP e da RAE Macau.....	29
1.4.	Doing business na CPLP .....	35
2.	Trocas comerciais e IDE na CPLP, na RAE de Macau e nas economias regionais .....	38
2.1.	Complementaridade das economias .....	38
2.2.	Comércio intra-CPLP e RAE de Macau.....	39
2.3.	Comércio entre Portugal, CPLP e regiões económicas.....	42
2.3.1.	Principais parceiros comerciais de Portugal e relações com UE .....	42
2.3.2.	Trocas comerciais entre Portugal e a CPLP.....	51
2.3.3.	Trocas comerciais entre a CPLP, as regiões económicas e os países dominantes das comunidades regionais .....	60
2.3.3.1.	Trocas comerciais entre a CPLP e a SADC .....	60
2.3.3.1.1.	Trocas comerciais entre a CPLP e a África do Sul .....	64
2.3.3.2.	Trocas comerciais entre a CPLP e a CEDEAO .....	67
2.3.3.2.1.	Trocas comerciais entre a CPLP e a Nigéria .....	69
2.3.3.3.	Trocas comerciais entre a CPLP e a CEEAC .....	71
2.3.3.3.1.	Trocas comerciais entre a CPLP e o Gabão.....	73
2.3.3.4.	Trocas comerciais entre a CPLP e o Mercosul.....	74
2.3.3.5.	Trocas comerciais entre a CPLP e a ASEAN .....	77
2.3.3.5.1.	Trocas comerciais entre a CPLP e a Indonésia.....	79
2.3.3.6.	Trocas comerciais entre a CPLP e a China Continental .....	80
2.4.	Investimento direto estrangeiro de e para a CPLP .....	82
3.	Quadro de oportunidades – Exportações CPLP.....	90
4.	Síntese de oportunidades.....	100
5.	Investir em Portugal.....	104
5.1.	Breve descrição do mercado de trabalho e do regime de segurança social .....	104
5.2.	Como investir em Portugal? .....	106
5.2.1.	Fases/Etapas a observar no Processo de estabelecimento em Portugal.....	107
5.2.2.	Incentivos e benefícios ao investimento .....	108
5.2.3.	Principais mecanismos de financiamento .....	110
5.3.	Competitividade de Portugal.....	112

5.3.1.	Atratividade de Portugal no contexto regional .....	112
5.3.2.	Atratividade de Portugal no contexto da CPLP .....	114
5.4.	Principais constrangimentos ao IDE e Exportação .....	115
5.4.1.	Exportações/Importações – Barreiras aduaneiras: tarifas, barreiras não tarifárias, outros impedimentos.... .....	115
5.4.2.	Entrada e saída de capitais .....	115
5.4.3.	Estabilidade legal e fiscal - Barreiras legais, fiscais e regulamentares .....	116
5.4.4.	Obtenção de vistos, disponibilidade de mão-de-obra .....	118
5.4.5.	Modelos de cobertura de riscos financeiros, operacionais, propriedade .....	119
5.4.6.	Sistema jurídico e judiciário .....	119
5.4.7.	Resolução extrajudicial de litígios .....	120
5.5.	Principais características dos Acordos de Portugal no domínio do comércio e investimento .....	122
5.5.1.	Convenções para Evitar a Dupla Tributação .....	122
5.5.2.	Acordos sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos .....	122
5.5.3.	Acordos sobre Troca de Informação em Matéria Fiscal.....	123
5.5.4.	Cooperação Administrativa no Domínio da Fiscalidade.....	123
5.5.5.	Convenções Internacionais sobre Segurança Social.....	124
5.5.6.	Acordos bilaterais .....	124
Índice de Tabelas .....		126
Índice de Gráficos .....		126
Índice de Figuras.....		127

# Nota Prévia



## Nota prévia

O presente documento constitui resultado de um trabalho de pesquisa e análise que decorreu entre 1 de julho e 31 de Dezembro de 2013, ao abrigo de contrato celebrado entre a AIP – Associação Industrial Portuguesa (“AIP”) e a PricewaterhouseCoopers&Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (“PwC”).

Os elementos estatísticos, dados e informação constantes do presente documento e que serviram de base à análise e conclusões obtidas, têm por base informação pública disponível, como referenciado ao longo do documento, as quais foram alvo de apreciação quanto à sua materialidade e aplicabilidade à análise, tendo presente critérios de razoabilidade e aderência às realidades locais e regionais, e que sejam do nosso conhecimento. Foram integrados alguns dados e elementos adicionais que foram publicados após a fase de pesquisa e análise dada a sua relevância para o estudo.

Esta comunicação é de natureza geral e meramente informativa, não se destinando a qualquer entidade ou situação particular, e não substitui aconselhamento profissional adequado ao caso concreto.

As conclusões obtidas e os cálculos efetuados estão dependentes da qualidade da informação obtida em todos os aspetos materialmente relevantes, sendo que a informação recolhida foi considerada como adequada, não tendo sido realizada qualquer forma de auditoria ou certificação, para além do referido, que não as de consistência com fontes concorrentes ou complementares, salvo indicação expressa em contrário.

Os valores e as conclusões apresentados só terão sustentabilidade caso se verifiquem os pressupostos considerados, não podendo este estudo ser entendido como uma garantia ou confirmação de que esses pressupostos se verificarão. Desta forma, as nossas conclusões devem ser analisadas em função das limitações referidas. A PwC e a AIP, não se responsabilizarão por qualquer dano ou prejuízo emergente de decisão tomada com base na informação aqui descrita.

Em nenhuma circunstância, assumiremos qualquer responsabilidade relativamente a terceiros que tenham acesso ao presente documento.

Projeto Co-Financiado:



# Sumário

# Executivo



## Sumário Executivo

A redefinição das centralidades de dinamismo económico, a par da relativa contração das economias desenvolvidas, confere uma nova relevância às economias emergentes.

Entre estas, os países da CPLP e a Região Administrativa Especial de Macau (RAE Macau) assumem um papel relevantíssimo, não só pelo seu potencial intrínseco, mas também por se encontrarem inseridas em comunidades económicas regionais em crescente integração económica. Constituem, assim, um incontornável desafio e uma oportunidade única para os empresários nacionais.



Com efeito, os países da CPLP e a RAE de Macau encontram-se integrados em sete espaços regionais económicos distribuídos por quatro continentes.

Estima-se que o espaço lusófono tenha cerca de **258 milhões de habitantes** e as regiões económicas que integram cerca de **1.8 mil milhões** de habitantes.

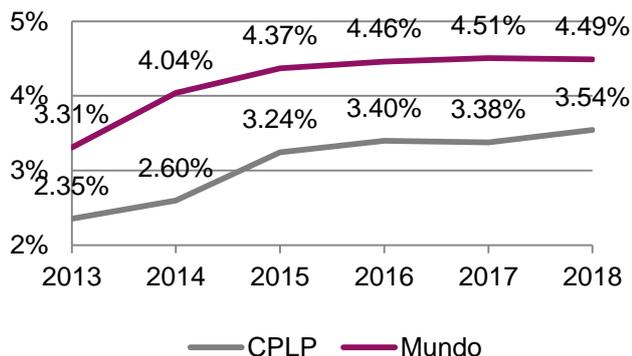
Os estados membros da CPLP e a RAE de Macau apresentam, no seu conjunto, potencialidades e características próprias que podem permitir aumentar as exportações das empresas portuguesas, potenciar novas parcerias para a sua internacionalização e atrair investimento direto estrangeiro.

<b>CPLP</b>	<b>%</b>	<b>Comércio CPLP</b>	<b>% - Valor</b>
<i>Características</i>		<i>(% Quota Mundial)</i>	
População CPLP 2012, % da população mundial	3,68%	CPLP - Total do comércio mundial	3,9% - US\$ 706 mil milhões
PIB 2012, % do PIB mundial	3,67%	Exportações totais CPLP	2,1% - US\$ 379 mil milhões
Água disponível na CPLP 2012, % mundo	13,53%	Importações totais CPLP	1,8% - US\$ 327 mil milhões
Terra arável disponível na CPLP, % mundo	5,86%		

Fonte: Banco Mundial, FAO e UNCTADstat

Acresce que muito embora os países da CPLP apresentem uma dinâmica de crescimento relevante, quando comparados com o resto do mundo, verificamos a existência de um *gap*. Ora, este *gap* deverá poder ser minimizado ou revertido, através do incremento da cooperação e da integração da CPLP, assente na proximidade cultural e na complementaridade de competências.

### Taxa de crescimento estimada



Fonte: FMI e análise PwC

que primeiro acedam ao mercado.

As comunidades económicas regionais a que pertencem os demais países da CPLP e a RAE de Macau, são constituídas por 53 países, aos quais acrescem ainda os EM da União Europeia e do Espaço Económico Europeu. Apesar de Timor-Leste ainda só ser membro observador da ASEAN já apresentou o pedido formal de adesão à ASEAN.

### Comunidades económicas regionais\*



#### SADC

Estados Membros: **Angola**, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Maláui, Maurícias, **Moçambique**, Namíbia, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.



#### MERCOSUL

Estados Membros: Argentina, **Brasil**, Paraguai, Uruguai e Venezuela.



#### CEEAC

Estados Membros: **Angola**, Burundi, Camarões, República Centro - Africana, Chade, Congo, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Gabão e **São Tomé e Príncipe**.



#### ASEAN

Estados Membros: Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei Darussalam, Vietname, Laos, Myanmar e Camboja.

Membros observadores: Papua Nova Guiné e **Timor-Leste**.



#### CEDEAO

Estados Membros: Benim, Burkina Faso, **Cabo Verde**, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, **Guiné-Bissau**, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.



#### \*RP China e RAE Macau

\* A RAE Macau apesar de não se encontrar numa comunidade económica regional foi analisada enquanto plataforma para a China e RAE Hong-Kong.

O presente guia procura portanto enfatizar como os países da CPLP e a RAE de Macau podem contribuir para as exportações portuguesas e o IDE nacional, enquanto plataformas de acesso àqueles mercados de integração regional. E, reciprocamente, enfatizar ainda como Portugal pode tornar-se uma plataforma de acesso do resto do mundo àqueles mercados e, simultaneamente, promover também as exportações e o IDE oriundos daquelas regiões, enquanto plataforma de acesso à União Europeia e ao Espaço Económico Europeu.

<b>Área</b>	92.072 km <sup>2</sup>
<b>População (milhares)</b>	10.487.289
<b>População ativa (milhares)</b>	5.388 (4º trimestre 2013) <sup>a</sup>
<b>Densidade demográfica (hab./km<sup>2</sup>)</b>	114,3a (2012)
<b>Designação oficial</b>	República Portuguesa
<b>Capital</b>	Lisboa (2,1 milhões de hab. – zona metropolitana)
<b>Capitais de Distrito</b>	Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Funchal (na Madeira), Guarda, Leiria, Ponta Delgada (nos Açores), Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.
<b>Religião predominante</b>	Católica Romana
<b>Língua</b>	Português
<b>Moeda</b>	Euro (dividido em 100 cêntimos)
	1 EUR = 200,482 PTE (paridade fixa desde 1/01/99)
	1 EUR = 1,3281 USD (taxa média em 2013)
Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística, 2013	

Portugal dispõe de uma economia aberta, que em 2013 foi classificada no 30º lugar na facilidade em fazer negócios do relatório *Doing Business* do Banco Mundial.

Apesar de só ocupar cerca de 0.86% do território total dos países da CPLP, é o país mais integrado, evidenciando o maior volume de trocas comerciais com cada um dos demais membros.

A balança comercial portuguesa com os restantes sete países da CPLP é sempre favorável, tendo variado entre US\$ 2.452 mil milhões em 2008 e US\$ 1.777 mil milhões em 2012.

Comparando 2008 com 2012, ilustra-se bem o incremento das trocas comerciais com a CPLP: em 2008 a CPLP fornecia 2,77% do valor total dos produtos importados por Portugal, valor que aumentou para 5,55% em 2012.

No mesmo período, Angola ultrapassou o Brasil como maior fornecedor português dentro da CPLP, passando de uma representação de apenas 0,65% em 2008, para 3,11% das importações totais de Portugal em 2012. Por sua vez, o Brasil passou a representar 2,38% das importações totais portuguesas em 2012, quando esse valor era de 2,06% em 2008.

No que respeita às exportações portuguesas para a CPLP, Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique apresentam os valores de maior relevo. Globalmente, no período de 2008 a 2012, o volume das exportações nacionais para a CPLP aumentou de 8,52% em 2008 para 9,84% em 2012.

É notório que a alavancagem comercial intra-CPLP poderá ser potenciada fundamentalmente por dois motores: Angola e Portugal. Angola enquanto país com maior relevância nas exportações intrarregião, ainda que tal decorra, em grande percentagem, de um único produto, o petróleo. Portugal porquanto é o país que mais se destaca nas importações intrarregião CPLP.

De facto o efeito conjugado a diversificação da economia angolana e da denominada angolanização, da economia, deverão ditar a necessidade de substituir políticas de exportação, por políticas de produção local, com a possível incorporação nacional, o que suscitará novos desafios aos agentes económicos, eventualmente com vantagem para os agentes nacionais com maior exposição ao mercado.

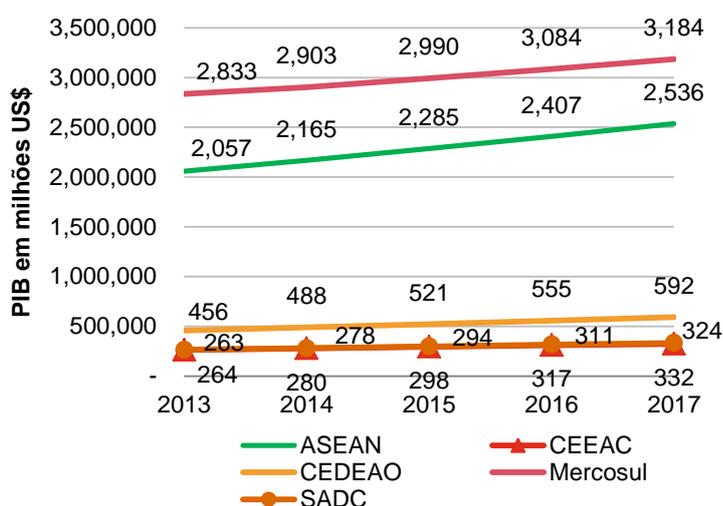
O Brasil poderá vir a ser um importante *player* no desenvolvimento das relações comerciais da comunidade, à medida que a sua economia se tornar mais recetiva e aberta aos bens e serviços com origem nos demais EM da CPLP.

Esta realidade é o espelho de uma comunidade que apresenta profundas e crescentes assimetrias estruturais. De acordo com dados do Banco Mundial, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Cabo Verde e Guiné-Bissau, representavam em 2012, em conjunto, apenas 1,37% da população da comunidade e apenas 0,17% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Também em 2012, Moçambique, apesar de representar apenas 0,56% do PIB da

comunidade, detinha, quase 10% da população da comunidade, ficando apenas atrás do Brasil, que representava, então, 76,6% do total da população da CPLP.

A perspetiva de maior integração regional dos vários países que compõem a comunidade, com concomitante reforço dos laços comerciais entre os países da CPLP, poderão resultar no acesso a novos mercados, por via das comunidades económicas de integração regional, promovendo assim o crescimento conjunto de todos os países, com gradual redução das assimetrias.

**Crescimento estimado do PIB das comunidades económicas regionais 2013-2017**



Fonte: UNCTADSTAT; FMI  
Cálculos PwC

Aliás, tal decorre do potencial do crescimento das comunidades económicas regionais em que se integram os países da CPLP (excluindo-se a União Europeia, analisada autonomamente): entre 2013 e 2017 está previsto um aumento de **US\$ 1.095 mil milhões** do PIB agregado anual das 5 regiões consideradas.

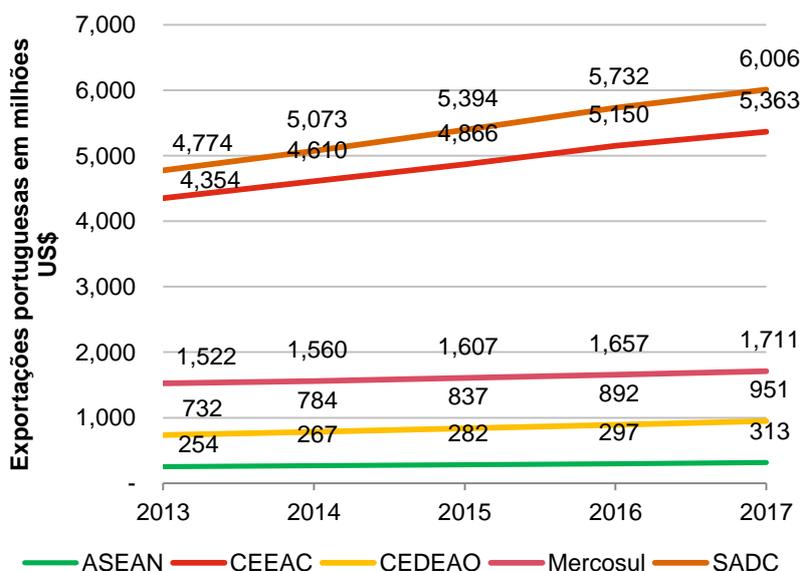
As comunidades económicas regionais com maior PIB são, além da União Europeia, a ASEAN e o MERCOSUL que apresentam estimativas de crescimento do PIB diferentes, com uma taxa média de crescimento para o período 2013-2017 de 5.4% na ASEAN e de 3% no MERCOSUL

Por seu turno e para o mesmo período, a CEDEAO, a SADC e a CEEAC, apresentam valores estimados de crescimento médio do PIB de 6.7% para a CEDEAO, 5.9% para a SADC e de 5.4% CEEAC.

Só o crescimento do PIB de cada uma daquelas regiões económicas, sem mais, assumindo a manutenção das atuais quotas de exportação nacionais, poderá permitir o crescimento das exportações portuguesas em cerca de US\$ 2.8 mil milhões<sup>1</sup> em 2017. Aquele incremento absoluto potencial, de acordo com aquele critério, corresponderia a um incremento percentual, por comunidade, de:

- 38% na CEDEAO;
- 32% na SADC;
- 29% na CEEAC;
- 29% na ASEAN;
- 15% no Mercosul.

**Crescimento estimado das exportações portuguesas de 2013 a 2017 em linha com a quota das exportações**



Fonte: UNCTADSTAT; FMI  
Cálculos PwC

<sup>1</sup> Corrigida a posição de Angola enquanto membro de duas comunidades, SADC e CEEAC

No que respeita ao Investimento Direto Estrangeiro em cada um dos países integrantes da CPLP, verificam-se valores positivos em todos os países, com exceção de Angola.

O Brasil, em particular, registou entre 2011 e 2012 níveis de investimento direto estrangeiro particularmente elevados, quando comparado com o período de 2008 a 2010, tendo registado US\$ 66 mil milhões em 2011 e US\$ 65 mil milhões em 2012.

Portugal é o segundo país da CPLP que mais IDE atrai, tendo registado nos anos de 2011 e de 2012 importantes valores de IDE. Tal ficou a dever-se, principalmente, à política de privatizações do Governo Português, a qual atraiu relevantes investimentos, nomeadamente oriundos de Espanha, França, Médio Oriente e da República Popular da China.

Os restantes países revelam valores ainda reduzidos de IDE, constituindo porém oportunidades de investimento, dada a conjugação de múltiplos fatores: o desejo dos respetivos governos de atrair investidores, a gradual abertura dos correspondentes mercados, os investimentos estruturais a realizar com o apoio das instituições financeiras internacionais de apoio ao desenvolvimento e a perspetiva de importantes novas receitas para os orçamentos de estado desses países, nomeadamente do gás natural em Moçambique e Timor-Leste e o eventual início de exploração de petróleo em São Tomé e Príncipe.

Portugal poderá reforçar a sua importância enquanto parceiro estratégico e comercial desses países e, por outro lado, apresentar-se aos investidores externos como o país mais aberto e complementar das diversas economias da CPLP, posicionando-se assim como *hub* comercial e de investimento de e para a CPLP, assumindo um papel fundamental de porta de entrada naqueles mercados e destes na UE.

Nesse sentido, os quatro principais parceiros comerciais de Portugal e destino das exportações portuguesas mantiveram-se constantes entre 2008-2012, correspondendo a Espanha, Alemanha, França e Angola. Pese embora o peso relativo das exportações de Angola, França e Alemanha não ter sofrido alterações no total das exportações portuguesas, Espanha tem vindo consistentemente a perder relevo. Este facto pode ser explicado pela crise económica que este país atravessa. Em contrapartida, as exportações portuguesas para a China e para o Brasil, têm vindo a assumir importância crescente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos.

Das inúmeras vantagens do investimento na UE ou nos demais países da CPLP através de Portugal, destaca-se o acesso aos novos fundos comunitários no âmbito do novo quadro comunitário Portugal 2020, no montante de **€ 21.46 mil milhões**, que estará orientado para o apoio direto e indireto às empresas, designadamente, ao investimento empresarial em I&D&I, à valorização económica do conhecimento, à cooperação empresarial, à promoção do empreendedorismo e de novos modelos empresariais, a produtos e serviços inovadores e à internacionalização das empresas.

Portugal apresenta ainda um vasto conjunto de vantagens que o diferenciam dos demais países da UE e que correspondem a vantagens competitivas próprias enquanto base do investimento ou plataforma de troca de bens e serviços entre regiões económicas, nomeadamente:

- **Localização geográfica estratégica:**
  - País da Europa continental mais próximo do Brasil, Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné Bissau, por via aérea e marítima;
  - País da Europa mais próximo dos EUA por via aérea e por via marítima;
  - Portugal encontra-se no mesmo fuso horário que Londres e Luanda;
  - Tem como principais parceiros comerciais as maiores economias europeias e importantes valores de trocas comerciais com economias relevantes valores de crescimento do PIB;
  - Primeiro porto europeu na autoestrada marítima que liga a Europa ao canal do Panamá.
  
- **Mão-de-obra qualificada:**
  - Dispõe de mão obra qualificada em múltiplas áreas e com capacidade para dialogar em várias línguas, em especial Inglês, Francês, Espanhol, Alemão e Italiano.

- **Extensas comunidades de imigrantes de países da CPLP e de nacionais com dupla nacionalidade:**
  - Portugal é o segundo melhor país da UE em termos de medidas de apoio à migração<sup>2</sup>;
  - Existem em Portugal largas comunidades de emigrantes dos países da CPLP e existem muitos emigrantes portugueses em países como Angola, Brasil, Moçambique e Cabo Verde.
  
- **Custos competitivos**
  - Portugal apresenta, de acordo com dados do Eurostat para 2012, um dos custos unitários do trabalho mais competitivos da União Europeia<sup>3</sup>. A média europeia em 2012 foi de € 23.4/hora e Portugal registou um custo unitário horário de € 12.2/hora.
  - O custo médio por m<sup>2</sup> para arrendamento de escritórios em Portugal é dos mais baixos na Europa. O custo por m<sup>2</sup> de arrendamento de um escritório em zona *prime* de Lisboa é em média € 244<sup>4</sup>, o que compara com €352.8 em Madrid, € 444 em Frankfurt, € 800 em Paris, €1.423 em Londres.
  
- **Alta qualidade das suas infraestruturas**
  - Portugal encontra-se na 26<sup>o</sup> posição mundial, em 160 países, no *Logistic Performance Index* - 2014, do Banco Mundial, sendo, 13<sup>o</sup> entre 28 EM da UE, relativa às infraestruturas. Entre outras, Portugal dispõe das seguintes infraestruturas:
    - **Portuárias** - 9 portos marítimos principais no continente, todos com tráfego internacional e um porto de águas profundas em Sines, inseridos numa importante rede das autoestradas marítimas.  
O porto de águas profundas de Sines permite a ancoragem de navios *Post-panamax* e é o porto europeu mais próximo do Canal de Panamá, cujas obras de ampliação estão previstas terminar em Dezembro de 2015. Para além dos portos, tem igualmente 2 terminais principais de contentores, para além das respectivas zonas logísticas de trasfega de mercadorias;
    - **Rodoviárias** – Cerca de 22.700 km de rede viária de elevada qualidade;
    - **Aeroportuárias** – Dispõe de três aeroportos internacionais em Portugal Continental com crescente utilização;
    - **Centros logísticos/empresariais** – Merecem destaque, de entre vários outros, os disponibilizados por Associações Empresariais, Autarquias e pela AICEP Global Parques, (Zona Industrial e Logística de Sines, Parque Empresarial da Península de Setúbal, Parque Empresarial de Albarraque).
    - **Ferrovárias** – Dispõe de quatro linhas ferroviárias internacionais com saídas a partir de Portugal, com terminais ferro-rodoportuários em vários pontos do país.
  
- **Ambiente económico amigo do investidor**
  - Portugal é um dos países melhor classificado nos indicadores mundiais de reconhecidas entidades mundiais, como o Banco Mundial, o *World Economic Forum* e a OCDE.
  - Portugal dispõe de um conjunto de facilidades de apoio ao investimento, decorrentes de amplo leque de reformas que têm vindo a ser implementadas na Administração Pública, como sejam a possibilidade de constituir uma empresa numa hora, a facilidade de registar uma marca em Portugal e aceder a uma proteção europeia, o alto nível de incorporação de soluções *online* dos serviços públicos.
  - Portugal tem ainda vindo a promover algumas reformas estruturais no sentido de aumentar a sua competitividade internacional e atrair IDE.

<sup>2</sup> De acordo com o relatório *Migrant Integration Policy, Index III*, do index de Políticas de Integração de Migrantes (MIPEX) da União Europeia, que compara todos os países da União Europeia. Para cada uma das 7 áreas políticas (acesso ao mercado de trabalho, reagrupamento familiar, educação, participação política, residência de longa duração, aquisição de nacionalidade e anti discriminação), o MIPEX identifica os mais elevados padrões europeus e internacionais com vista a assegurar a igualdade de direitos, deveres e oportunidades para todos os residentes.

<sup>3</sup> Dados analisados sem incluir a Agricultura e a Administração Pública.

<sup>4</sup> De acordo com *Office Space Across the World*, da Cushman & Wakefield, 2014.

- **Incentivos fiscais e subsídios**

- Em 2014 entrou em vigor a nova reforma fiscal do IRC, a qual tem entre os seus objetivos contribuir eficazmente para a internacionalização das empresas portuguesas e para a atração de IDE, privilegiando um reposicionamento de Portugal como país exportador de capitais, designadamente em mercados internacionais considerados prioritários para o investimento português.
- Entre as várias medidas adotadas com vista a alcançar estes dois objetivos, destacam-se:
  - A eliminação ou redução significativa da tributação aplicável aos dividendos recebidos por entidades sediadas em Portugal – *participation exemption*;
  - A criação de um regime opcional de não concorrência, para a determinação do lucro tributável do sujeito passivo, dos lucros e prejuízos fiscais imputáveis a um estabelecimento estável situado fora do território português;
  - A criação de um regime de crédito por dupla tributação económica internacional, aplicável por opção do sujeito passivo que receba lucros ou reservas aos quais não seja aplicável o regime da *participation exemption*;
  - Alargamento do prazo do crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional a cinco exercícios.
- O Centro Internacional de Negócios da Madeira permite às entidades licenciadas até 31/12/2014 para operarem no CINM serem tributadas em IRC à taxa reduzida de 5%, aplicável a *plafonds* de matéria coletável, variáveis de acordo com o número de postos de trabalho criado.
- O regime dos residentes não habituais e a autorização de residência para atividade de investimento (*golden visa*), permitem fixar investidores e expatriados.
- Além dos incentivos fiscais, como supra referido, as empresas poderão aceder a parte dos novos fundos comunitários de apoio cujo montante global ascende a € 21.46 mil milhões.

Com a deslocalização para sul e para ocidente do crescimento económico, Portugal está a deixar de ser periférico para passar a estar no centro de uma nova realidade mundial.

O eventual acordo de comércio entre a União Europeia e os Estados Unidos, o alargamento do canal do Panamá, o dinamismo económico do Atlântico Sul, onde os espaços que falam português (localizados em cada uma das suas margens) assumem uma relevância significativa, a expectativa de crescimento de Moçambique e a importância do Golfo da Guiné, são elementos que determinam uma nova centralidade geo-económica, altamente favorável para Portugal.

Neste contexto, a par da sua integração na União Europeia e na zona euro, o reforço das relações comerciais entre os países da CPLP assume um papel relevantíssimo, podendo Portugal ser, como acima referido, um *hub* preferencial de comércio de bens e serviços e de investimento com destino à CPLP e aos espaços de integração regional em que os seus membros se inserem, sem esquecer a RAE de Macau e a República Popular da China, bem assim como entre esses espaços e a União Europeia.

Para o efeito e como acima elencado, Portugal já dispõe de um conjunto de infraestruturas que poderão permitir essa circulação multilateral, incluindo inúmeros parques empresariais e excelentes infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias, a que acrescem, naturalmente, a língua e a cultura.

Fazer acontecer esta nova centralidade dependerá de uma conjugação de vontades que poderão dar novo impulso a uma realidade económica que poderá resultar no crescimento conjunto de todos os países da CPLP.

<b>Forças</b>	<b>Fraquezas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso ao mercado da União Europeia, 2º maior mercado mundial, com uma moeda única</li> <li>• Língua comum e fortes laços culturais</li> <li>• É o país da CPLP com maior volume de comércio com os demais países da CPLP</li> <li>• Localização geográfica estratégica</li> <li>• Mão-de-obra qualificada</li> <li>• Alta qualidade das suas infraestruturas</li> <li>• Ambiente económico e amigo do investidor</li> <li>• Incentivos fiscais e subsídios</li> <li>• As previsões económicas apontam para a recuperação da economia</li> <li>• Perspetivas de crescimento das exportações portuguesas no horizonte 2014-2020</li> <li>• A abertura de Canal do Panamá no final de 2015 e a utilização do Porto de Sines como potencial principal porto de ligação entre a Europa e o Pacífico</li> <li>• Acesso a ampla rede de acordos internacionais</li> <li>• Portugal encontrar-se no centro de uma nova centralidade mundial, de ligação entre os dois lados do atlântico sul e a União Europeia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carga tributária</li> <li>• Incerteza ou volatilidade do crescimento económico</li> <li>• Dúvidas sobre consolidação orçamental</li> <li>• Tempo de resolução de litígios em Tribunal</li> <li>• Instabilidade legislativa</li> <li>• Perceção externa</li> </ul>
<b>Oportunidades</b>	<b>Ameaças</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novo quadro comunitário de apoio com fundos comunitários que totalizam para o período 2014-2020 o montante de € 21.46 mil milhões</li> <li>• Implementação do novo Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas (PETI3+), que prevê novos investimentos em infraestruturas entre 2014 e 2020 no montante de € 6.067 milhões, distribuídos pelos seguintes setores:             <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Setor ferroviário – € 2.639 milhões</li> <li>○ Setor marítimo portuário - € 1.534 milhões</li> <li>○ Setor rodoviário - € 898 milhões</li> <li>○ Setor aéreo e aéreo portuário – 241 milhões</li> <li>○ Transportes públicos de passageiros – 745 milhões</li> </ul> </li> <li>• Acesso a fundos de financiamento europeus orientados para o investimento das empresas nos mercados emergentes, por via da ajuda pública ao desenvolvimento</li> <li>• Acesso facilitado a autorização de residência para atividade de investimento em Portugal e de Portugal para o espaço Schengen</li> <li>• Fortes relações económicas entre Portugal e os países da CPLP, em particular com Angola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento económico da Zona Euro</li> <li>• Endividamento público</li> <li>• Necessidade de amplo consenso para a realização de reformas estruturais e implementação da reforma do estado</li> <li>• Emigração de mão-de-obra qualificada</li> <li>• Aumento do preço do petróleo</li> <li>• Evolução das taxas de juro fixadas pelo Banco Central Europeu</li> <li>• Volatilidade do mercado de capitais</li> <li>• Mudanças nos comportamentos dos consumidores</li> <li>• Acesso ao financiamento</li> <li>• A necessidade de redução da dívida pública de 130% do PIB para 60% do PIB</li> </ul>

# 1.CPLP

## Enquadramento regional, político e económico



# 1. Portugal e a CPLP e Macau. Enquadramento regional, económico e político

## 1.1. Caracterização da CPLP

### 1.1.1. Origem

Durante uma visita oficial a Cabo Verde realizada em 1983, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, referiu que *"O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas frequentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais, bem como avançar com a constituição de um grupo de língua portuguesa no seio da União Interparlamentar"*. O desenvolvimento desta ideia e os esforços envidados para juntar os países de língua portuguesa num só grupo, tiveram especial fulgor na década de 90.

Em novembro de 1989, a convite do então presidente brasileiro, José Sarney, foi realizado o primeiro encontro entre os Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa – então Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, tendo sido então decidido criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, cujo objetivo passava pela promoção e pela difusão do português, elo de ligação primordial entre os vários países.

### 1.1.2. Desenvolvimento, objetivos e aspirações<sup>5</sup>

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é um fórum multilateral que tem em vista o aprofundamento da cooperação e da amizade mútua entre os seus membros. A CPLP visa também pôr em prática os objetivos de integração dos territórios lusófonos, detalhados mais abaixo.

Dotada de personalidade jurídica, bem como de autonomia financeira, a Comunidade foi estabelecida a 17 de julho de 1996, e tem, ainda hoje, como principais **objetivos**:

- A concertação político-diplomática entre os seus Estados Membros para, designadamente, reforçar a presença da Comunidade nos fóruns internacionais;
- A cooperação em todos os domínios, incluindo na educação, na saúde, na ciência e na tecnologia, na defesa, na agricultura, na administração pública, nas telecomunicações, na justiça, na segurança pública, na cultura, no desporto e na comunicação social; e
- A concretização de projetos que visem a promoção e a difusão da língua portuguesa.

A CPLP rege-se pelos seguintes **princípios** orientadores:

- A igualdade soberana dos seus Estados Membros;
- A não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado;
- O respeito pela identidade nacional;
- A reciprocidade de tratamento;
- O primado da paz, da democracia, do Estado de Direito, da boa governação, dos direitos humanos e da justiça social;
- O respeito pela integridade territorial;
- A promoção do desenvolvimento sustentável; e
- A promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

---

<sup>5</sup> Estatutos da Comunidade de Países da Língua Portuguesa

A CPLP promoverá a cooperação entre os seus membros com o objetivo de impulsionar práticas democráticas, a boa governação e o respeito pelos direitos humanos.

São **órgãos** da Comunidade, os que a seguir se elencam:

- A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;
- O Conselho de Ministros;
- O Comité de Concertação Permanente;
- O Secretariado Executivo;
- As Reuniões Ministeriais Setoriais (órgão estabelecido na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 2002);
- A Reunião dos Pontos Focais da Cooperação (órgão também estabelecido na IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 2002); e o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (órgão estabelecido na X Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em 2005)

### 1.1.3. Estados Membros da CPLP

**Figura 1 – Estados Membros da CPLP**



A CPLP, criada em 1996, teve como Estados Membros fundadores:

- Angola;
- Brasil;
- Cabo Verde;
- Guiné-Bissau;
- Moçambique;
- Portugal; e,
- São Tomé e Príncipe.

No entanto, em 2002, e após conquistar a sua independência, Timor Leste passou a fazer parte da Comunidade, enquanto Estado membro de pleno direito. À data, são oito os países que integram a CPLP.

A CPLP tem evidenciado desde a sua fundação o desejo de promover colaborações extracomunitárias. Neste quadro foi criado o Estatuto de Observador na II Cimeira de Chefes de Estado e do Governo, na Cidade da Praia em julho de 1998.

No Conselho de Ministros da CPLP reunido em Luanda em 2005, foram estabelecidas as categorias de Observador Associado e de Observador Consultivo. A criação do estatuto de Observador Associado veio permitir o – eventual – ingresso de Estados ou regiões lusófonas pertencentes a Estados terceiros, mediante a

anuência dos Estados Membros da Comunidade.

Cumprе referir que os Estados que pretendam adquirir o Estatuto de Observador Associado, terão de partilhar os princípios orientadores da CPLP. As candidaturas deverão ser fundamentadas por forma a demonstrar um interesse genuíno e efetivo pelos princípios e objetivos da CPLP.

Os Observadores Associados beneficiarão dessa qualidade a título permanente, podendo participar, ainda que sem direito a voto, nas Cimeiras de Chefes de Estado e de Governo, bem como no Conselho de Ministros, sendo-lhes facultado o acesso à respetiva documentação não confidencial. Poderão ser ainda convidados para reuniões de carácter técnico.

A qualidade de Observador Associado ou Consultivo poderá ser retirada, temporária ou definitivamente, sempre que se verifiquem alterações às condições que levaram à aceitação desse mesmo Estatuto.

Neste âmbito, cumprе notar que no XI Conselho de Ministros em Bissau, a julho de 2006, foi recomendada a atribuição do Estatuto de Observador Associado à Guiné-Equatorial e às Ilhas Maurícias, tendo o Senegal recebido esse mesmo Estatuto durante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo que se realizou a 25 de julho de 2008, em Lisboa.

**Tabela 1 – Observadores Associados CPLP<sup>6</sup>**

Observadores Associados
Guiné-Equatorial
Ilhas Maurícias
Senegal

Na XIV Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, na Cidade da Praia, a 20 de julho de 2009, foi aprovado, via Resolução, o Regulamento dos Observadores Consultivos da CPLP que efetua uma revisão da tramitação para os pedidos de concessão deste Estatuto, tendo vindo estabelecer ainda os mecanismos da cooperação dos Observadores, entre si e com a CPLP.

Na Cimeira de 2006, em Bissau, foi atribuído o estatuto de Observador Consultivo da CPLP a várias entidades da Sociedade Civil, seguidamente elencadas.

**Tabela 2 – Observadores Consultivos da CPLP<sup>7</sup>**

Observadores Consultivos
Associação “Abraço” (Associação de Apoio a Pessoas com VIH/SIDA)
Academia Brasileira de Letras
Associação “Mares Navegados”
Assistência Médica Internacional (AMI)
Associação dos Comitês Olímpicos de Língua Portuguesa
Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República Portuguesa
Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)
Centro de Conciliação e Mediação de Conflitos (Concórdia)
Círculo de Reflexão Lusófona
Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa

<sup>6</sup> <http://www.cplp.org/>

<sup>7</sup> <http://www.cplp.org/>

<b>Observadores Consultivos</b>
Confederação Empresarial da CPLP
Confederação da Publicidade dos Países de Língua Portuguesa
Fórum da Juventude da CPLP
Fundação Bial
Fundação Calouste Gulbenkian
Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo de Língua Portuguesa
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação
Médicos do Mundo
Saúde em Português
União das Misericórdias de Portugal
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Comunidade Médica de Língua Portuguesa
Comissão InterPaíses/Países de Língua Oficial Portuguesa-CIP/PLP
Fundação Rotarianos São Paulo
Fundação Agostinho Neto
Fundação Amílcar Cabral
Fundação Champalimaud
Fundação Eduardo dos Santos (FESA)
Fundação Mário Soares
Fundação Novo Futuro
Fundação Oriente
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Fundação Portugal-África
Fundação Roberto Marinho
Instituto Internacional de Macau
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)
Instituto de Higiene e Medicina Tropical
Instituto Marquês de “Valle Flôr”
Observatório da Língua Portuguesa
Organização Paramédicos de Catástrofe Internacional
Sociedade de Geografia de Lisboa
Real Gabinete Português de Leitura

Observadores Consultivos
União dos Advogados de Língua Portuguesa (UALP)
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

#### 1.1.4. Prioridades de desenvolvimento da CPLP<sup>8</sup>

##### 1- Reforço da cooperação

Um dos principais objetivos estratégicos que tem vindo a ser definido através das diversas estratégias adotadas pela CPLP, consiste no aumento da cooperação para o desenvolvimento através do incremento da eficiência, eficácia, coordenação e harmonização das ações prosseguidas pela Comunidade.

Periodicamente tem lugar a reunião de Pontos Focais de Cooperação que agrega as unidades responsáveis dos diversos Estados Membros pela coordenação da cooperação na CPLP. A coordenação da reunião dos Pontos Focais de Cooperação é assegurada pelo Representante do Estado membro que detém a Presidência do Conselho de Ministros.

##### 2- Prioridades de desenvolvimento

As principais prioridades que se têm colocado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) consubstanciam-se principalmente nos seguintes pontos:

- Conclusão do processo de Revisão do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) para o período 2012-2015;
- Início das atividades de capacitação e reforço dos Pontos Focais de Cooperação;
- Incremento da articulação entre as Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação (RPFC) e as Reuniões Ministeriais;
- Aumento do envolvimento dos Pontos Focais de Cooperação beneficiários de ações de cooperação comunitária na identificação e apresentação de atividades.

Enumeram-se abaixo as principais ações já desenvolvidas no âmbito de cada ponto prioritário de desenvolvimento previsto.

- **Conclusão do processo de Revisão do Programa Indicativo de Cooperação (PIC) para o período 2012-2015**

O Quadro de execução do Plano Indicativo de Cooperação da CPLP permitiu o desenvolvimento dos seguintes pontos:

- Acompanhamento e monitorização dos projetos e ações pontuais aprovadas e em curso;
- Início dos projetos e ações pontuais aprovadas na XVIII RPFC;
- Avanços verificados em termos de monitorização dos processos relativos ao CREDE e ao CREAP, com a concretização da missão ao terreno ao CREAP e produção do respetivo relatório de recomendações;

<sup>8</sup> <http://www.cplp.org/>

- Desenvolvimento de soluções técnicas e jurídicas que permitiram dar início a projetos constantes do PIC cujo arranque se encontrava em atraso;
- Aprofundamento do processo reflexivo em torno de uma nova visão estratégica de cooperação para a CPLP da qual desembocará a preparação de um novo PIC;
- Continuação do processo de reflexão em torno da revisão do Regimento do Fundo Especial da CPLP;
- Preparação de instrumentos jurídicos relativos à área de cooperação para aprovação pelo XIV Conselho de Ministros.

A conclusão do processo de revisão do Programa Indicativo de Cooperação encontra-se prevista para o ano de 2015. No que toca a este ponto prioritário, importa salientar a necessidade de desenvolvimento de novos mecanismos de coordenação, harmonização, eficácia e eficiência para responder aos desafios.

- **Início das atividades de capacitação e reforço dos Pontos Focais de Cooperação**

As reuniões dos Pontos Focais de Cooperação têm sido caracterizadas pelo desenvolvimento do Programa Indicativo de Cooperação da CPLP, destacando-se a execução dos seguintes projetos:

- Projeto “Meninos de Rua: inclusão e inserção Fase II”;
- Projeto Promoção da Segurança Alimentar nas cidades da CPLP através da agricultura urbana sustentável – Fase I;
- Projeto “Base de Dados Jurídica da CPLP – Fase IV (Legis-CPLP)”;
- Ação Pontual “Manuais de Boas Práticas de Arquitetura Sustentável – S. Tomé e Príncipe e Timor Leste – Fase 1 – Levantamento”;
- Ação Pontual “V Escola de Jovens Líderes da CPLP”;
- Ação Pontual “Tráfico de Seres Humanos para a CPLP (Observatório de Tráfico de Seres Humanos).

Encontram-se ainda previstos diversos outros projetos e ações para o desenvolvimento do Programa Indicativo de Cooperação da CPLP.

De notar ainda a importância que tem sido dada aos setores de segurança alimentar e nutrição, bem assim como a consolidação da intervenção da cooperação nos seguintes eixos fundamentais: capacitação e reforço institucional, educação para a cidadania e desenvolvimento e direitos humanos.

## 1.2. A CPLP enquanto comunidade económica e a RAE de Macau

Os EM que compõem a CPLP abrangem mais de 258 milhões de pessoas, distribuídas por quatro continentes e fazendo parte de seis comunidades económicas regionais (UE, Mercosul, CEDEAO, CEEAC, SADC e ASEAN). De realçar ainda que EM da CPLP integram três comunidades monetárias: a UMEOA na CEDEAO, a CEMAC na CEEAC e a Zona Euro na União Europeia.

As moedas comuns nestas zonas monetárias têm uma paridade fixa, entre o Franco CFA na UMEOA e na CEMAC e o Euro na União Europeia. Os desequilíbrios económicos e as grandes distâncias geográficas que separam os países membros têm sido apontados como alguns obstáculos à integração económica dos oito países da CPLP.

Por sua vez, apesar da RAE de Macau não ser membro ou observador associado da CPLP, ao longo dos últimos anos tem vindo a cimentar a sua posição de plataforma entre a China e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Desde a criação, em 2003, do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, tiveram lugar vários encontros de cariz empresarial, académico, governamental e cultural que juntaram na RAE de Macau, na China e nos EM da CPLP milhares de participantes chineses e lusófonos.

**Tabela 3 - Caracterização dos países membros da CPLP e Macau**

País	Extensão Territorial (em km <sup>2</sup> )	População <sup>9</sup>	População (% s/ total região)	PIB (milhões de US\$)	PIB <i>per capita</i>	Nível de IDH <sup>10</sup>	Índice de Liberdade Económica (World rank 2013)
Angola	1.246.700	20.820.525	8,03%	114.197	5.485	Baixo	160
Brasil	8.514.880	198.656.019	76,61%	2.252.664	11.340	Elevado	100
Cabo Verde	4.033	494.401	0,19%	1.897	3.838	Médio	65
Guiné-Bissau	36.544	1.663.558	0,64%	897	539	Baixo	138
Moçambique	801.590	25.203.395	9,72%	14.588	579	Baixo	123
Portugal	92.072	10.487.289	4,04%	212.454	20.182	Muito Elevado	67
São-Tomé e Príncipe	960	188.098	0,07%	263	1.402	Baixo	148
Timor Leste	14.870	1.210.233	0,47%	1.292	1.068	Baixo	44
RAE Macau	30	591.900	0,23%	43.582	78.275	Muito Elevado	26
<b>CPLP<sup>11</sup></b>	<b>10.711.649</b>	<b>258.723.518</b>		<b>2.598.252</b>	<b>10.043</b>		

Os países membros da CPLP apresentam profundas e crescentes assimetrias estruturais, que apontam para uma disparidade entre tamanho e riqueza. De acordo com dados do Banco Mundial, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Cabo Verde e Guiné-Bissau, em conjunto, representavam em 2012, apenas 1,37% da população

<sup>9</sup> Dados de 2013.

<sup>10</sup> Dados de 2012. Dado que o PIB *per capita* não leva em conta níveis de educação e de saúde como dimensões mais próximas do desenvolvimento social, considerou-se o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pela ONU/PNUD. Os resultados do IDH variam entre zero (na ausência completa de bem-estar social) e um (pleno desenvolvimento humano).

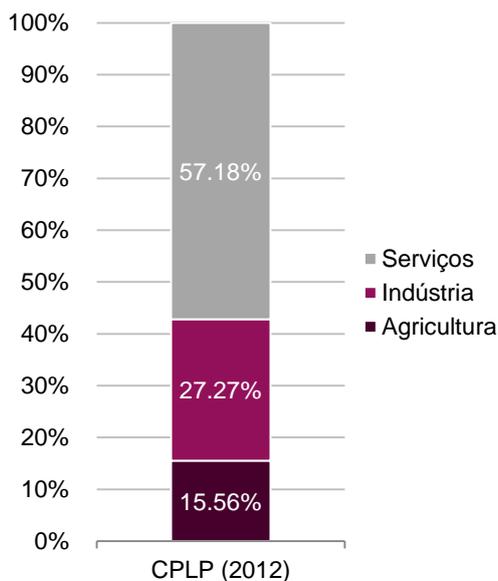
<sup>11</sup> Não inclui a RAE de Macau.

da comunidade e apenas 0,17% do seu Produto Interno Bruto (PIB). Moçambique, apesar de representar apenas 0,56% do PIB da comunidade, detinha então quase 10% da população da região, ficando apenas atrás do Brasil, que representava 76,6% do total da população.

No que se refere ao **índice de liberdade económica**, é de notar que a média da pontuação para os países integrantes da CPLP era de 53,7 em 2013, ligeiramente abaixo da média mundial nesse mesmo ano, de 59,6.

Em 2012, o PIB da região ascendia no seu conjunto a US\$ 2.641.834 milhões, incluindo a RAE de Macau, com uma contribuição de mais de 57% dada pelo setor dos serviços.

**Gráfico 1 – PIB por setor - CPLP**



O Brasil, a maior economia da comunidade, possui extensas reservas de recursos naturais e tem uma economia livre e exportadora, onde se destaca a agro-indústria, considerada a principal fonte de recursos para o desenvolvimento da economia brasileira.

Angola é um país dependente da exploração petrolífera, encontrando-se a desenvolver fortes investimentos de modo a diversificar a sua indústria e conseguir produzir internamente os produtos que atualmente importa.

Timor Leste, com uma população que vive da agricultura e de uma economia de subsistência, tem o setor petrolífero como um setor estratégico para contrariar as fragilidades das estruturas produtivas.

A Guiné-Bissau é altamente dependente da agricultura, a qual representou 45% do PIB em 2012. Apesar do considerável potencial económico de que o país dispõe nos recursos

minerais, a sua exploração é ainda muito limitada, consequência da elevada instabilidade política recorrente em que o país tem vivido nos últimos anos.

A economia de São-Tomé e Príncipe é dominada pelo setor terciário (que representa cerca de 50% do PIB e ocupa 60% da população ativa) e, neste setor, o turismo é aquele que apresenta o maior potencial de desenvolvimento para o país.

Em Moçambique os recursos naturais, especialmente o gás natural, desempenham um papel determinante para o crescimento da economia, apresentando forte potencial de exploração de carvão, gás natural e energia hídrica. No entanto, não tem tido capacidade para explorar eficazmente estes recursos e satisfazer as necessidades em energia elétrica da sua população.

Nos últimos 5 anos (2008-2012) as economias da CPLP cresceram, em média, 5%. O país que mais cresceu foi Timor Leste, com uma taxa de crescimento média acima dos 11%. No entanto, é um país economicamente pobre, de reduzida dimensão e que, assim, muito pouco contribuiu para o crescimento da região.

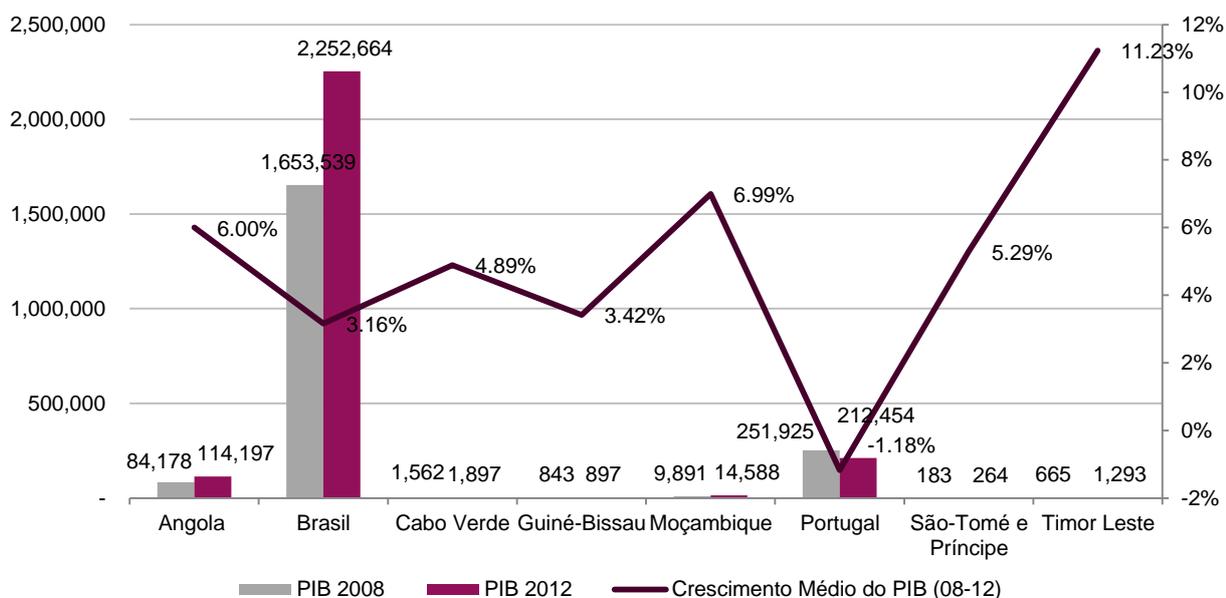
Apesar de não fazer parte da CPLP, a RAE de Macau apresenta fortes laços culturais com Portugal e encontra-se localizada no delta do Rio das Pérolas, num dos eixos mais importantes eixos geográficos do oriente: Guangdong (Cantão) – China Continental - RAE de Hong Kong. A economia de Macau tem registado, nos últimos anos, um notável desenvolvimento, consequência do bom desempenho da indústria do jogo e do turismo. A liberalização daquela indústria permitiu atrair elevados investimentos, maioritariamente oriundos dos EUA, da China e da RAE Hong Kong.

Embora a taxa de crescimento do PIB da RAE de Macau em 2012 tenha sido de 10%, um dos melhores desempenhos registados a nível mundial, este valor pode ser considerado modesto – ainda que mais sustentável – em especial quando comparado com o crescimento de 22% registado em 2011. Na base deste

abrandamento esteve uma desaceleração das exportações de serviços, tendo-se registado uma queda do número de visitantes no segundo semestre de 2012.

Analisando a CPLP como um bloco, verificamos que o crescimento médio entre 2008 e 2012 dos seus EM variou entre 11.23% de Timor-Leste, 6.99% de Moçambique e 6% de Angola e que Portugal registou um valor negativo de -1.18%.

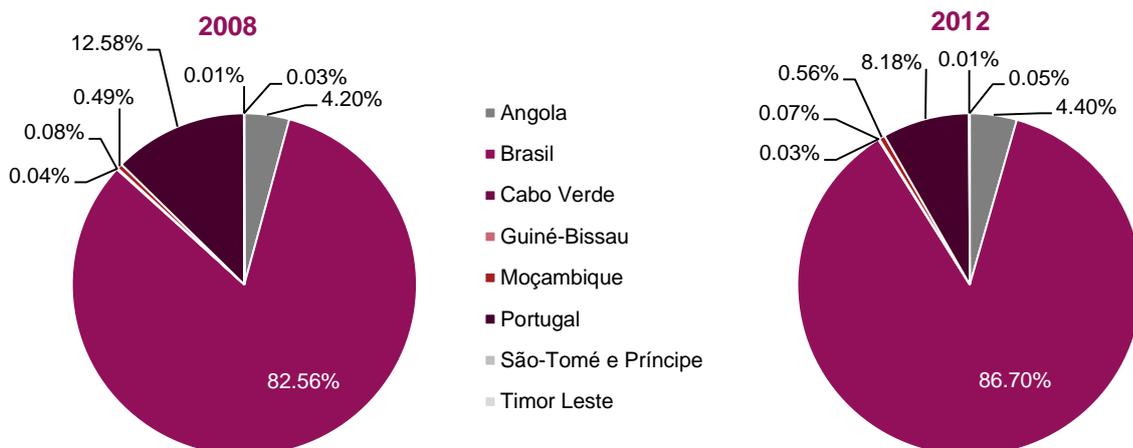
**Gráfico 2 – Crescimento médio anual dos países da CPLP 2008-2012**



Fonte: Banco Mundial

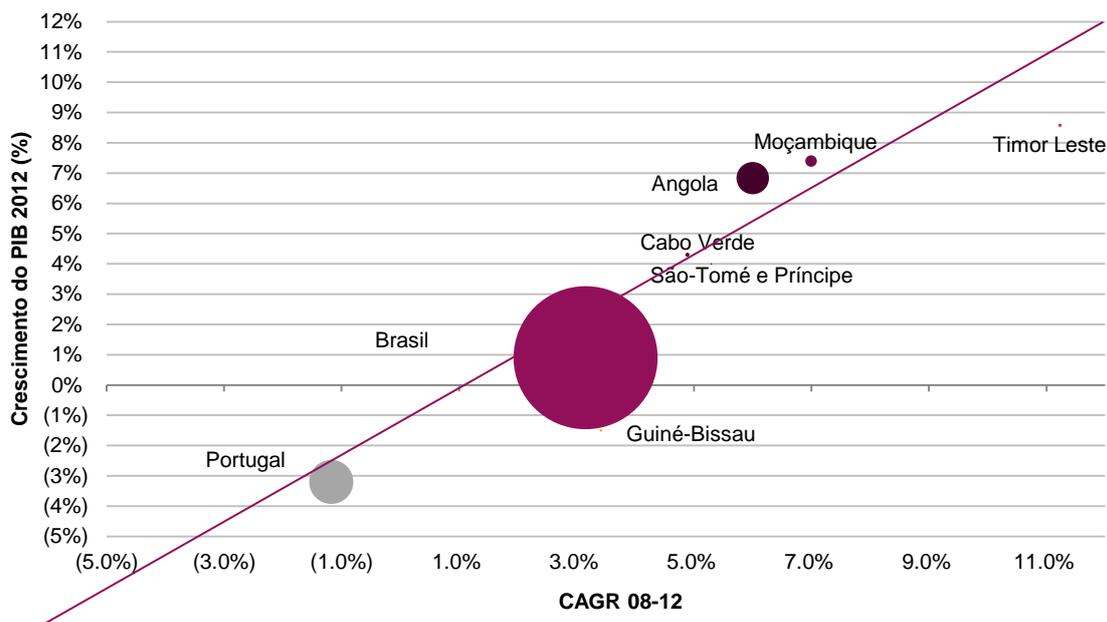
O país que maior peso económico apresenta na CPLP é o Brasil, representando cerca de 86,7% do PIB da CPLP, seguido de Portugal e de Angola, que representam 8,2% e 4,4% do mesmo, respetivamente.

**Gráfico 3 – Contribuição de cada EM para o PIB da CPLP 2008-2012**



Nos últimos 5 anos a contribuição de cada país para o PIB da CPLP tem-se mantido relativamente constante, sendo Portugal o país que mais peso perdeu na região (-4,4%), fundamentalmente em benefício do Brasil (+4,14%).

**Gráfico 4 - Evolução das economias da região 2008-2012<sup>12</sup>**

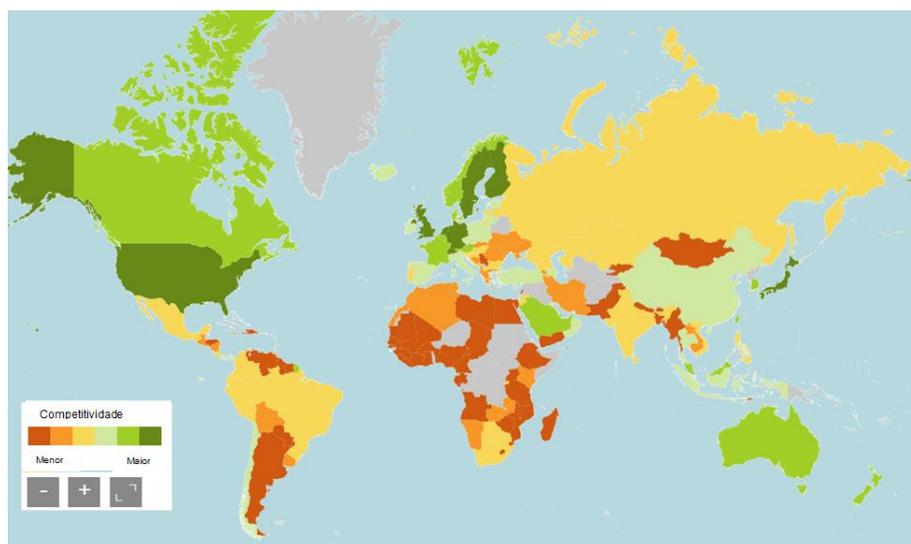


Angola, Moçambique e Timor-Leste têm dado sinais de capacidade de crescimento acima da média da taxa de crescimento anual. Em 2012, foram os únicos países da comunidade que registaram um crescimento económico acima da média que vinham apresentando nos últimos anos.

O verdadeiro motor da comunidade, o Brasil, viu o seu crescimento abrandar em 2012, face à média dos últimos 5 anos, mantendo-se entre os 3% e 4%. Timor Leste, apesar de ter abrandado o crescimento no ano de 2012, manteve uma taxa de crescimento elevada, próxima dos 9%.

No que respeita ao índice de competitividade do *Global Competitiveness Index* do *World Economic Forum*, os países que constituem a comunidade possuem índices baixos, com posicionamento relativamente modesto no *ranking*. Apenas Portugal e Brasil ocupam posições no Top 50 do índice (51 e 56, respetivamente)<sup>13</sup>.

**Figura 2 - Índice de competitividade global 2013 (*Global Competitiveness Report 2013/2014*)**



<sup>12</sup> Banco Mundial  
<sup>13</sup> *Global Competitiveness Report 2013/2014*

Apesar de ser o primeiro país da CPLP classificado no âmbito do *Competitiveness Index* do *World Economic Forum*, Portugal tem vindo a diminuir a sua posição neste *ranking*, tendo descido da 45.º posição em 2011 para 51.º em 2013.

Já o Brasil foi o único país da CPLP que melhorou o seu *ranking* tendo passado da 57.º posição em 2010 para a 56.º posição em 2013.

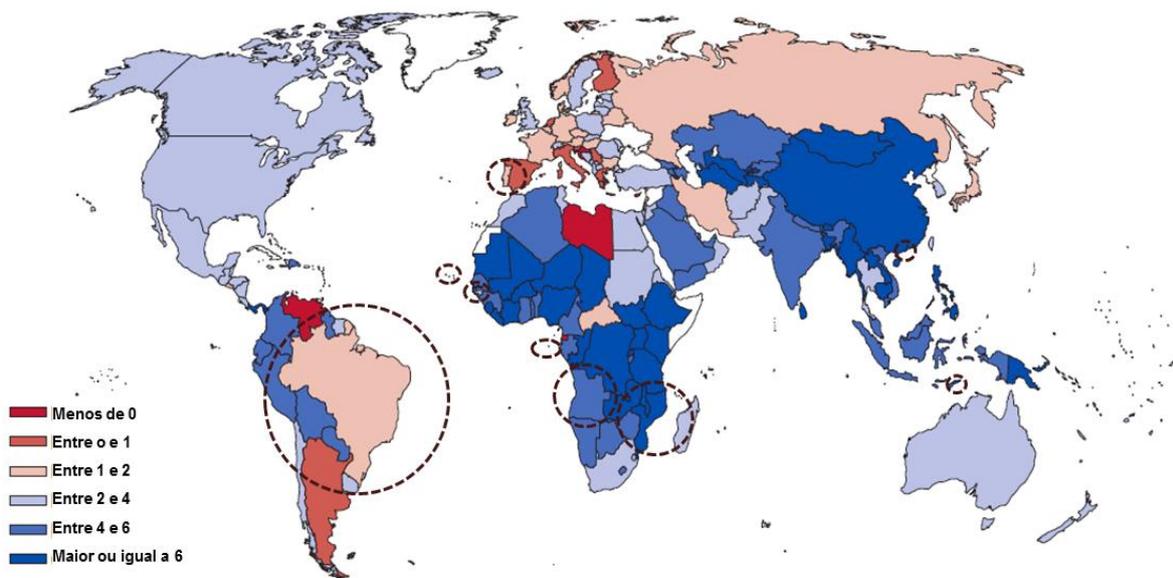
Relativamente aos restantes países, verificam-se diminuições neste *ranking* nos últimos anos, Angola passou da 138.º posição em 2010 para a 142.º posição em 2013, Moçambique passou da 131.º posição em 2010 para a 173.º posição em 2013 e Cabo Verde da 117.º posição em 2010 para a 122.º posição em 2013<sup>14</sup>.

Não obstante esta redução do índice de competitividade do *World Economic Forum*, em termos de crescimento do PIB, Angola, Moçambique e Cabo Verde apresentaram valores de crescimento acima dos 4% no período entre 2008 e 2012.

Para 2014, há uma previsão de variação do crescimento do PIB nos vários EM acima de 4%, com exceção do Brasil, que deverá registar um abrandamento do crescimento, de acordo com as previsões do FMI e OCDE, entre 1% a 2% e, de Portugal, onde se prevê um crescimento ligeiro.

### Figura 3 - Estimativas de crescimento do PIB em 2014 no mundo

2014 % Crescimento do PIB



Fonte: FMI, World Economic Outlook, Abril de 2014

<sup>14</sup> São Tomé e Príncipe e Timor-Leste não se encontram avaliados nesta avaliação do World Economic Forum.

## 1.3. As economias da CPLP e da RAE Macau

### Angola

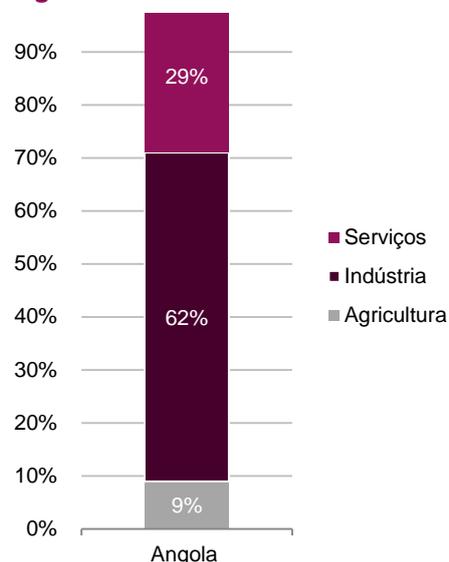
Angola possui reservas de petróleo que, no ano de 2011, estavam estimadas em 10.470 mil milhões de barris, tendo a produção nesse mesmo ano atingido 1.618 milhões de barris por dia. Contudo, a elevada importância deste subsector na economia poderá acarretar um enviesamento da estrutura produtiva do país (“*dutch disease*”).

O setor da indústria é caracterizado pelo elevado nível de importações, cuja resposta deverá ser formalizada através de uma aposta estratégica na produção nacional. Apesar da produção de diamantes corresponder apenas a 0,9% do PIB, o setor tem um forte potencial de crescimento. De acordo com o *Global Diamond Report de 2013*, Angola é o 4.º país africano com mais reservas de diamantes e de acordo com o *Global Summary 2010 – Kimberley process*, o 4º maior produtor mundial.

Constituindo 16,1% do PIB angolano, e em resultado do “boom” no consumo interno e no investimento privado nos últimos 4 anos, o comércio assume-se como o setor central, enquanto a produção nacional não responder às necessidades do mercado nacional.

Relativamente ao setor da agricultura (9%), o Governo tem vindo a apostar na produção nacional através de várias iniciativas, incluindo programas de incentivos, forte investimento público e campanhas de *marketing*. O Governo pretende também fomentar polos agroindustriais, com o objetivo de criar sinergias entre as produções agrícolas e pecuárias, e o seu processo de transformação, de armazenamento, e de logística.

Gráfico 5 – PIB por setor 2012 - Angola



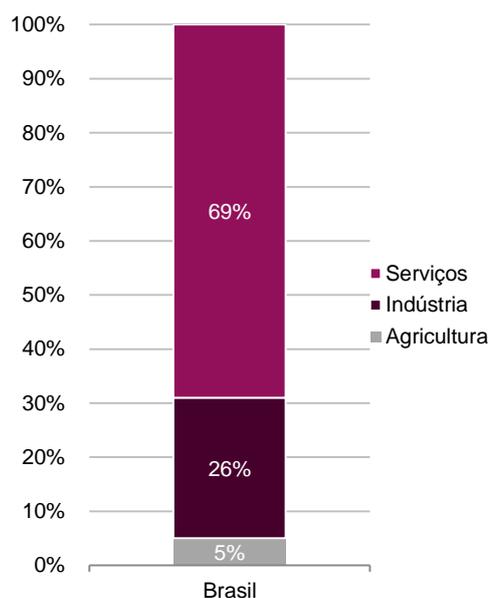
### Brasil

O **Brasil** é a maior economia da América Latina e a 7ª maior economia do mundo, de acordo com o FMI e o Banco Mundial.

A agro-indústria<sup>15</sup> foi, e poderá continuar a ser, a principal fonte de recursos para o desenvolvimento da economia brasileira. Graças a investimentos tecnológicos que asseguraram o aumento da produtividade dos terrenos sem necessidade da sua expansão, o setor tornou-se extremamente competitivo em termos globais e o país assumiu importante posição no mercado agrícola mundial. A área ocupada pela agricultura representa apenas 8% do território. Mais de 1/3 das terras agrícolas são destinadas à cultura de soja. Milho, cana e florestas plantadas são as três outras principais culturas da agricultura brasileira.

A construção é um dos setores que apresenta um ritmo intenso de atividade na economia brasileira, reflexo da adoção e ampliação de um conjunto de medidas por parte do Governo, de um ambiente favorável para a procura, bem como dos

Gráfico 6 – PIB por setor 2012 - Brasil



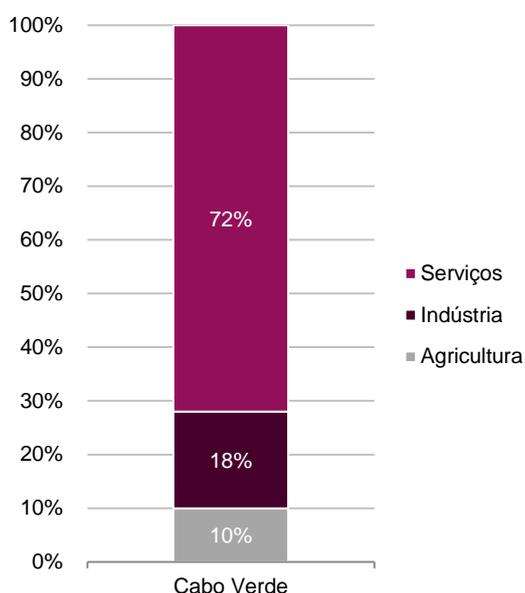
<sup>15</sup> Ou agronegócio, também chamado de *agribusiness*, é toda relação comercial e industrial que envolve a cadeia produtiva agrícola ou pecuária.

investimentos necessários para a realização dos dois grandes eventos desportivos que o país irá acolherá (Mundial de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016).

Nas últimas décadas, o Brasil expandiu e diversificou o seu setor industrial, com relevância para a indústria automóvel, aeronáutica e aeroespacial. O país é também considerado um dos maiores produtores e exportadores de minerais e possui enormes depósitos que incluem minério de ferro, bauxite, manganês, cobre, estanho e ouro, disfrutando também das maiores reservas mundiais de urânio e nióbio. Entre 2002 e 2011, a produção brasileira de petróleo cresceu 45%, tendo atingido em 2011 o valor mais elevado de sempre.

O setor do turismo encontra-se em fase de grande desenvolvimento estrutural, com crescimento da hotelaria e melhoria das infraestruturas, serviços básicos e gestão ambiental, perspetivando-se um elevado ritmo de crescimento. O Plano Nacional de Turismo, cujo principal objetivo é a inclusão social, pretende colocar o Brasil entre os primeiros vinte destinos turísticos mundiais até 2020.

**Gráfico 7 – PIB por setor 2012 – Cabo Verde**



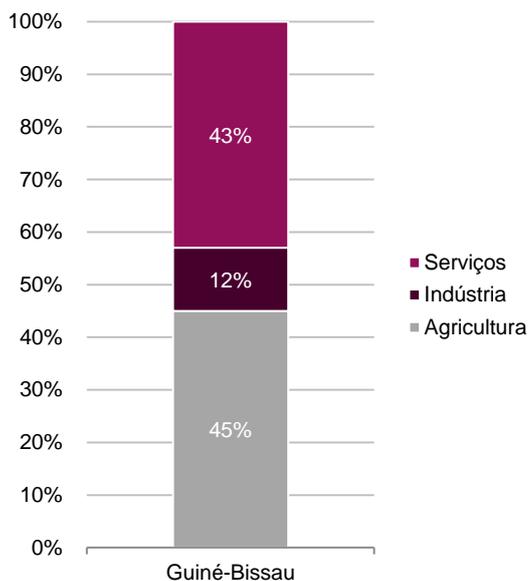
### Cabo Verde

Cabo Verde é uma pequena economia aberta, muito condicionada pela conjuntura externa, o que se explica pela elevada dependência face às importações de energia e alimentos e aos fluxos de capitais oriundos do estrangeiro. A economia é orientada para o setor dos serviços, incluindo atividades como o comércio, transportes, comunicações, hotelaria, de alojamento, atividade bancária, e serviços públicos, os quais no seu conjunto totalizam cerca de 72% do PIB.

A agricultura e pescas representam cerca de 10% do PIB, atividades essas que são desenvolvidas por cerca de 70% da população de Cabo Verde que habita em regiões rurais. No entanto, de todo o território, apenas quatro ilhas têm produção agrícola significativa (Santiago, Santo Antão, Fogo e Brava). O turismo, uma das atividades estratégicas de Cabo Verde, concentra-se em grandes zonas de *resorts*, criando assim um desafio importante de articulação com as comunidades locais, na alavancagem do seu potencial impacto económico.

Entre os produtos mais exportados por Cabo Verde em 2012, estão as conservas de pescado, representando 43,3% do total das exportações, e os peixes moluscos e crustáceos que se posicionam em segundo lugar, com 40,7% do total. Esses dois produtos evoluíram negativamente em 2012, diminuindo 17,6% e 8,8 %, respetivamente, face ao ano anterior. O vestuário também teve uma evolução negativa de 46,3%. Apenas o calçado teve uma evolução positiva, de 1,8%, em relação a 2011. Os principais produtos importados pelo país no mesmo ano foram os combustíveis (14,3%), os reatores e caldeiras (7,3%), as máquinas (5,9%), os veículos automóveis (5,1%) e o ferro e o aço (5%).

**Gráfico 8 – PIB por setor 2012 – Guiné-Bissau**



**Guiné-Bissau**

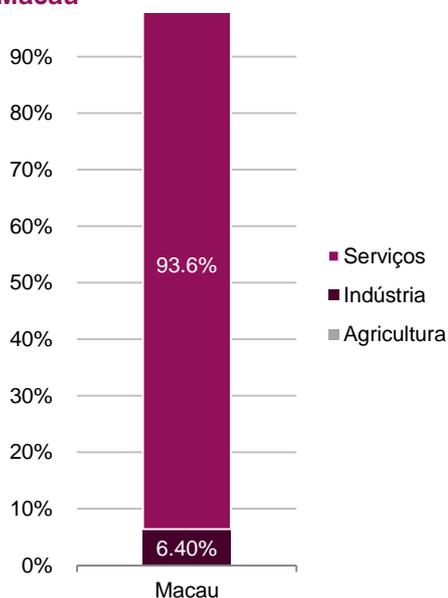
A **Guiné-Bissau** é altamente dependente da agricultura, que representou 45% do PIB em 2012. Apesar do considerável potencial económico de que o país dispõe na exploração de recursos minerais, a sua exploração é ainda limitada, consequência da elevada instabilidade política recorrente em que o país vem vivendo nos últimos anos.

Os principais produtos exportados<sup>16</sup> pelo país são as frutas (castanha-do-pará e castanha de caju) - 83,7% do total em 2012 -, a borracha - 4,8% -, a madeira - 4,5% -, e os peixes congelados - 3,9%. Quanto às importações, destacaram-se em 2012 os combustíveis, cereais e máquinas (41,8% do total das importações), o ferro e aço (6,9%), as obras de ferro/aço (6,4%) e as bebidas (5,7%).

Com múltiplas reservas naturais, uma cultura gastronómica diversificada, e a inexistência de obstáculos

à obtenção de vistos – exigidos apenas para cidadãos de países não pertencentes à CEDEAO –, o país poderá ver aumentada a relevância do turismo, bem como tornar-se um eixo de ligação comercial aos países vizinhos.

**Gráfico 9 – PIB por setor 2012 – RAE de Macau**



**RAE de Macau**

O setor dos serviços tem um peso preponderante na economia da **RAE de Macau**, representando 93,6% do PIB do país.

Registou-se uma evolução positiva da economia macaense, devido em grande parte, ao crescimento do setor dos serviços essencialmente relacionado com o desenvolvimento das indústrias do turismo e do jogo, como resultado da liberalização do mercado, em 2002, facilitando o investimento estrangeiro.

No que respeita ao setor do turismo, tem-se verificado um aumento ao nível da construção de hotéis e o desenvolvimento de projetos conexos com a atividade turística. Relativamente ao setor do jogo, principal pilar da economia, Macau tem assumido a posição de líder de mercado, tendo-se verificado um crescimento significativo desta indústria.

O setor da indústria apresenta um peso diminuto no PIB (6,4%), realçando-se neste setor a produção têxtil, a produção de brinquedos e a construção civil.

<sup>16</sup> www.brasilglobalnet.gov.br

## Moçambique

Moçambique apresenta forte potencial de exploração de carvão, gás natural e hidroeletricidade. No entanto, não tem capacidade para explorar eficazmente estes recursos e satisfazer as necessidades em eletricidade da sua população. Sabe-se que, atualmente, apenas 10% da população tem acesso a eletricidade (2011).

Apenas 10% da área agrícola moçambicana está a ser explorada. O país dispõe de inúmeras possibilidades em termos de irrigação, possuindo grandes bacias hidrográficas que continuam por explorar (Zambeze, Save e Limpopo). O estado atual das infraestruturas carece de fortes investimentos e limita o desenvolvimento do setor agrícola do país. No entanto, estão já perspetivados diversos investimentos.

Moçambique é também um país com grandes potencialidades no setor das pescas, devido à sua localização costeira, com uma extensão litoral de 2.750 km e uma Zona Económica Exclusiva (“ZEE”) de 586 mil km<sup>2</sup> de superfície oceânica, possuindo grande diversidade de recursos de pesca.

Os recursos naturais, especialmente o gás natural, desempenham um papel determinante para o crescimento da economia. Efetivamente, Moçambique poderá vir a tornar-se, em 2018, no segundo maior exportador de gás natural de África, ficando apenas atrás da Nigéria. A relevância dada à indústria extrativa no Plano Económico e Social para 2013, destaca os objetivos de desenvolvimento previstos para a área dos recursos minerais.

A produção industrial tem crescido a uma taxa média anual acima dos 3% no decurso dos dois últimos anos, estimando-se que tenha atingido os 5,8% em 2013. Os setores que manifestam maior potencial de crescimento são o dos cimentos, o mobiliário e também das indústrias alimentares e bebidas.

Apesar do peso ainda diminuto no PIB do país, cerca de escassos 2%, o setor do turismo tem vindo a recuperar o seu potencial, tendo sido reforçada a capacidade de alojamento e a qualidade do produto oferecido.

Gráfico 10 – PIB por setor 2012 - Moçambique

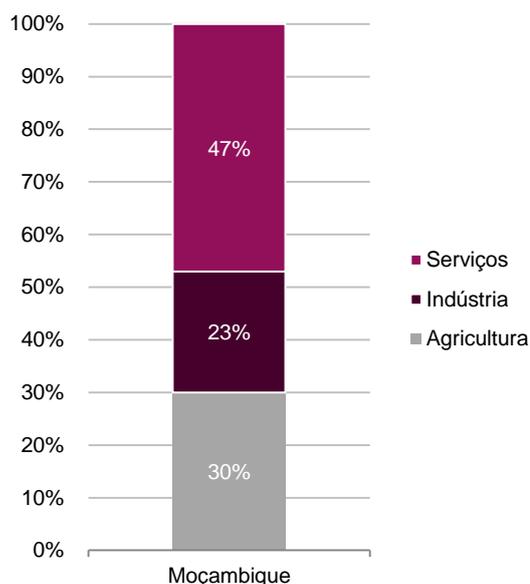
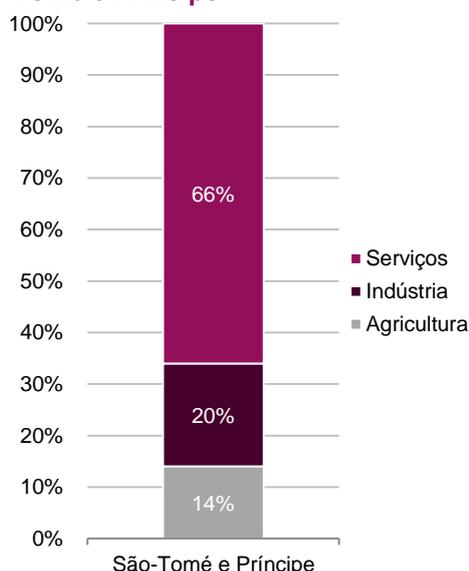


Gráfico 11 – PIB por setor 2012 – São Tomé e Príncipe



## São Tomé e Príncipe

Em termos setoriais, a economia de São Tomé e Príncipe é essencialmente dominada pelo setor terciário (que responde por cerca de 66% do PIB e ocupa 60% da população ativa).

A base de exportações do país é constituída principalmente pelo cacau e pelo turismo.

O setor do turismo tem pois um forte potencial no país, tendo as autoridades confirmado o objetivo de dinamizar este setor, que passou a ser considerado estratégico. É visto como um importante promotor de transformações socioeconómicas internas, fundamentalmente ao nível da saúde e das infraestruturas, contribuindo assim para o desenvolvimento social e económico do País e para a melhoria das condições de vida da população. Contudo, este setor ainda enfrenta alguns desafios, dada a carência de infraestruturas, a falta de pessoal qualificado e a

insuficiência de voos de ligação com a Europa e com o resto do Mundo.

O setor secundário é dominado pela construção civil, obras públicas e indústria transformadora (produção de eletricidade e de cerveja).

A partir de 2017/18, a confirmar-se o início da exploração do petróleo, estima-se uma alteração significativa da configuração da estrutura económica e social do país.

## Portugal

A economia de **Portugal** é caracterizada pelo elevado peso do setor dos serviços, que representa 76% do PIB e emprega cerca de 64% da população (2012). A agricultura, silvicultura e pescas representam apenas 2% do PIB e 10,5% do emprego, enquanto a indústria, a construção, a energia e a água correspondem a 22% do PIB.

Na última década, para além de uma maior incidência e diversificação dos serviços na atividade económica, registou-se uma alteração significativa no padrão de especialização da indústria transformadora em Portugal, aliviando a dependência de atividades industriais tradicionais para uma situação em que novos setores de maior incorporação tecnológica ganham peso e uma dinâmica de crescimento. Neste quadro destacam-se o setor automóvel e componentes, a eletrónica, a energia, o setor farmacêutico e as indústrias relacionadas com as novas tecnologias de informação e comunicação.

Ainda nos serviços, salienta-se a importância da posição geográfica de Portugal, usufruindo do clima mediterrânico, moderado pela influência do Atlântico, bem como o significado da imensa costa portuguesa, que contribui para a importante indústria turística.

As máquinas e aparelhos foram os produtos mais exportados (15,1% do total), seguidas pelos veículos e outro material de transporte (11,7%) e pelos combustíveis (8,5%). Quanto às importações de bens, os combustíveis, as máquinas e aparelhos, os produtos químicos e os agrícolas lideram o *ranking* das compras efetuadas em 2012.

Gráfico 12 – PIB por setor 2012 - Portugal

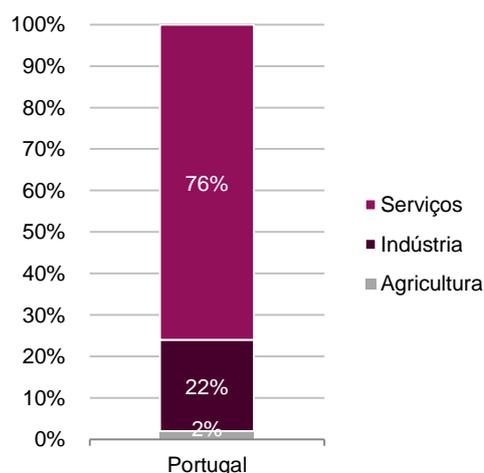
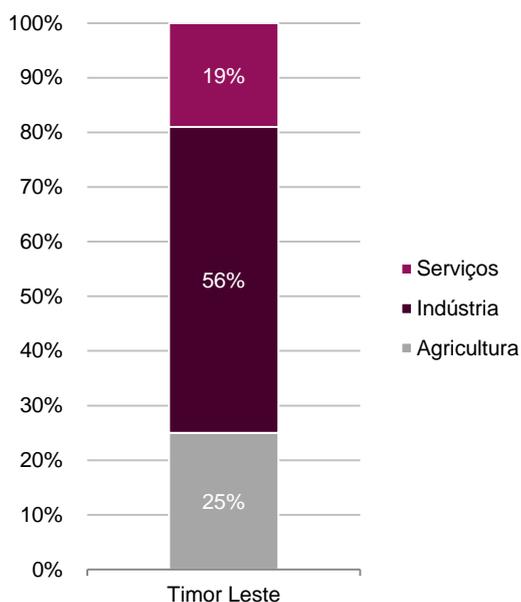


Gráfico 13 – PIB por setor 2012 – Timor



### Timor-Leste

Com uma população jovem e um elevado ritmo de crescimento económico, **Timor Leste** tornou-se oficialmente independente em 2002. A maioria da população de Timor Leste vive da agricultura e de uma economia de subsistência. Este setor, que emprega cerca de 75% da população, exporta essencialmente baunilha e café, que correspondem a cerca de 90% do total de produtos agrícolas exportados.

O setor dos serviços tem igualmente forte implantação, representando cerca de 19% do PIB do país, destacando-se nomeadamente os serviços da Administração Pública.

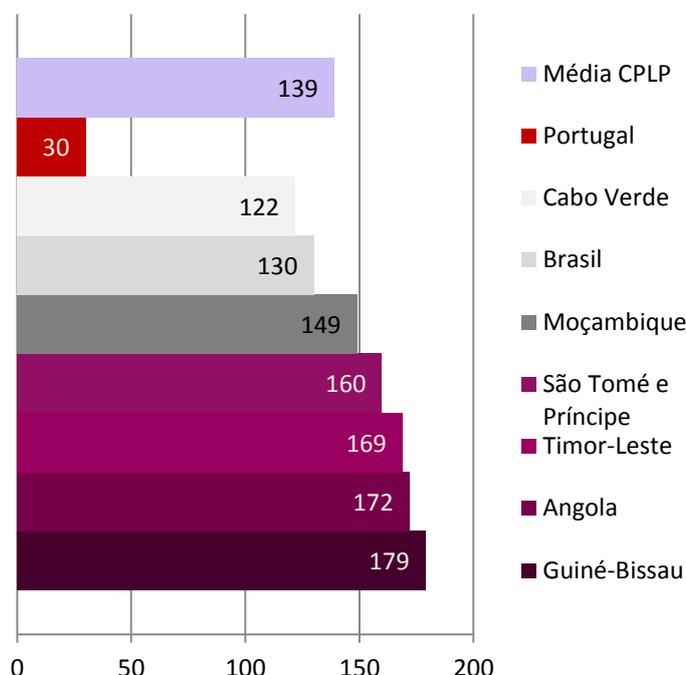
Relativamente ao setor da indústria, que representa mais de metade do PIB do país (56%), destaca-se a exploração de petróleo, que tem exercido uma influência determinante sobre as condições macroeconómicas, repercutindo-se favoravelmente nas contas públicas e possibilitando a obtenção de excedentes nas contas externas.

O setor petrolífero tem sido encarado pelas autoridades timorenses como setor estratégico para contrariar as fragilidades em termos de estruturas produtivas e as carências sociais consideráveis, encontrando-se enquadrado por uma estratégia inspirada nas melhores práticas internacionais, das quais faz parte o estabelecimento de um fundo petrolífero.

Dada a relevância das receitas petrolíferas, Timor Leste instituiu um Fundo Soberano que concentra as receitas do petróleo e que, em 2012, estava avaliado em US\$ 10,35 mil milhões. A Lei do Fundo Petrolífero dispõe que as receitas petrolíferas devem ser transferidas para este fundo e investidas no exterior em ativos financeiros. As saídas do fundo admissíveis consubstanciam-se em transferências para o Orçamento Geral do Estado, em conformidade com a aprovação parlamentar.

## 1.4. Doing business na CPLP

Gráfico 14 - Ranking do *Doing Business*\* – CPLP<sup>17</sup>

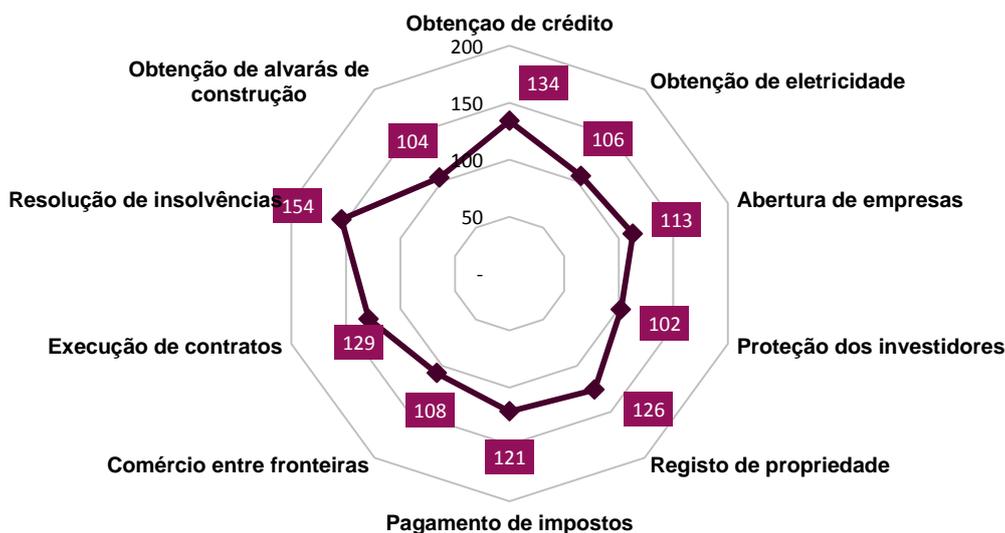


O *Doing Business*\* regista todos os procedimentos oficialmente necessários, para um empresário abrir e operar “formalmente” uma empresa industrial ou comercial, assim como o tempo e custo necessários para completá-los. São analisadas 10 áreas chave em cada país, nomeadamente:

- i) Abertura de empresas;
- ii) Obtenção de eletricidade;
- iii) Registo de propriedades;
- iv) Obtenção de crédito;
- v) Proteção de investidores;
- vi) Pagamento de impostos;
- vii) Comércio entre fronteiras;
- viii) Execução de contratos;
- ix) Resolução de insolvência; e
- x) Obtenção de alvarás de construção.

De entre os Estados Membros da CPLP, Portugal é o país que apresenta melhor classificação, o que significa que o ambiente regulatório desta economia é o que mais promove o funcionamento de negócios.

Gráfico 15 - Como é que a CPLP se classifica em média no ranking “*Doing Business*”?



<sup>17</sup> As economias são classificadas no índice de facilidade para fazer negócios, de 1 a 183, em que 1 é a melhor classificação.

\*PwC - *Doing Business* 2013

Como é que os países da CPLP se caracterizam em algumas áreas chave, para fazer negócios? (ranking 1 – 183)

Gráfico 16 - Facilidade em começar um negócio

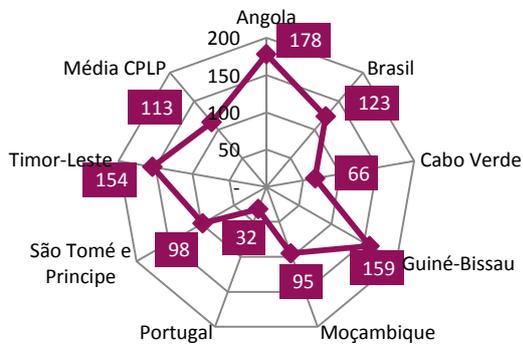


Gráfico 17 – Nº de dias para abrir uma empresa

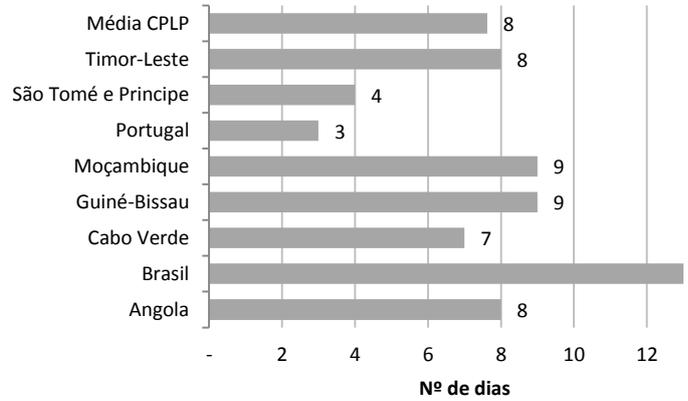


Gráfico 18 - Obtenção de eletricidade

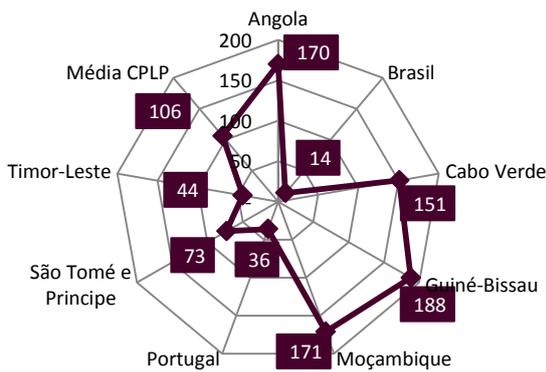


Gráfico 19 – Nº de dias para se obter eletricidade

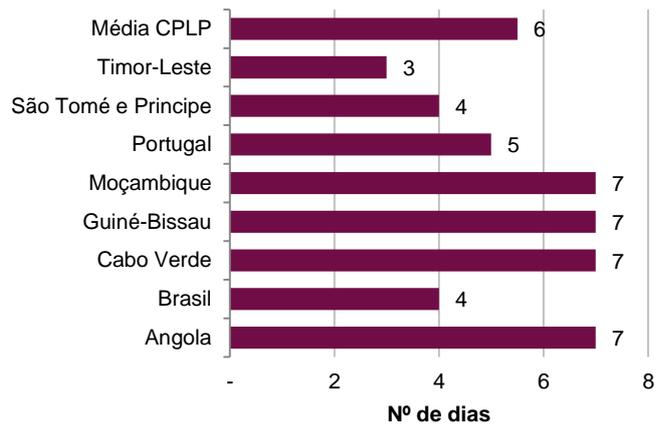


Gráfico 20 - Obtenção de crédito

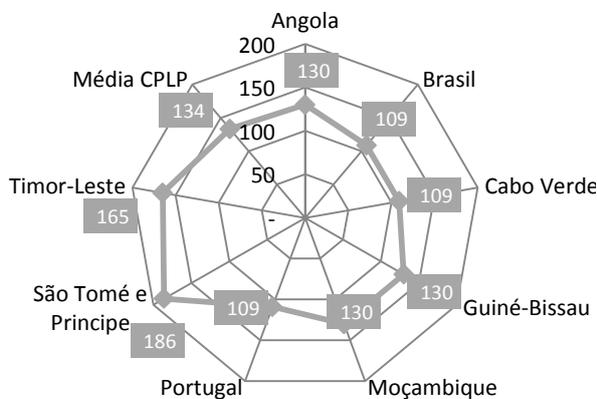
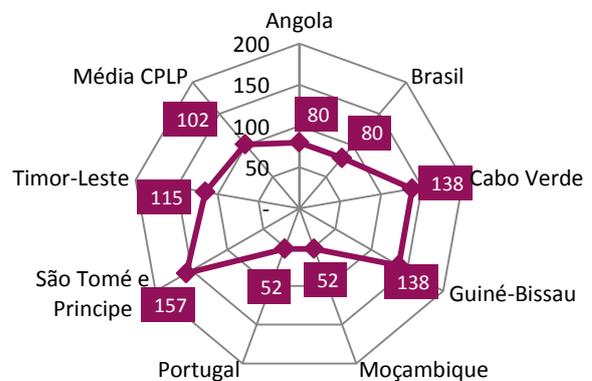


Gráfico 21 - Proteção dos investidores



## **2.CPLP**

### **Trocas comerciais e IDE**



## 2. Trocas comerciais e IDE na CPLP, na RAE de Macau e nas economias regionais

### 2.1. Complementaridade das economias

A intensificação das trocas comerciais exige complementaridade industrial das economias, implicando níveis de especialização diferenciada entre parceiros.

*Estima-se que 35,8% das exportações da CPLP têm como destino Portugal*

**Tabela 4 - TCI (Trade Complementary Index) da CPLP e da RAE de Macau (%)<sup>18</sup>**

		País exportador								
		Angola	Brasil	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	São Tomé e Príncipe	Timor Leste	Portugal	Macau
País importador	Angola		5	1	2	4	2	1	80	0
	Brasil	40		32	19	31	24	23	47	13
	Cabo Verde	6	5		3	8	4	3	2	7
	Guiné-Bissau	2	5	3		4	1	1	1	0
	Moçambique	15	12	13	10		11	10	9	9
	São Tomé e Príncipe	18	13	18	19	19		6	3	8
	Timor Leste	5	1	5	3	7	4		1	4
	Portugal	83	48	72	38	66	51	37		35
	Macau	11	8	9	5	12	6	5	1	

Fonte: Cálculo realizado pela PwC com base nos dados do UNCTAD, UNCTADstat

O nível de complementaridade comercial das economias da CPLP e da RAE de Macau é baixo, excetuando-se apenas o relacionamento entre Portugal e Angola.

De facto, apenas **2,9% das exportações** dos países da CPLP têm outro país da CPLP como destino, sendo que o seu peso relativo tem vindo a reduzir-se desde 2008. Apesar das exportações intrarregião evidenciarem um decréscimo médio anual de 0,4% entre 2008 e 2010, verifica-se uma retoma favorável das exportações intrarregião de 20,8% (crescimento médio anual) entre 2010 e 2012.

Apesar do baixo nível de complementaridade referido, a estrutura de importações de Portugal poderá potenciar o incremento das trocas com o Brasil (48 pts), Guiné-Bissau (38 pts), Moçambique (66 pts), São Tomé e Príncipe (51 pts) e Timor Leste (37 pts), a somar portanto ao elevado índice de complementaridade entre Portugal e Angola (83 pts e 80 pts), o qual revela uma relação potencial biunívoca para ambos países.

O índice de complementaridade entre Portugal e Cabo Verde evidencia uma relação potencial unívoca, apresentando um grau de complementaridade de 72 pts.

Por sua vez a estrutura de importações do Brasil poderá apresentar algum grau de complementaridade com as estruturas exportadoras de Angola (40 pts) e Portugal (47 pts).

É notório que a alavancagem comercial intra-CPLP poderá ser potenciada fundamentalmente por 2 motores, por Angola - país com maior relevância nas exportações intrarregião, ainda que relacionado em grande percentagem por um único produto, o petróleo - e por Portugal, país da CPLP que mais se destaca nas importações intrarregião.

<sup>18</sup> O *Trade Complementary Index* (TCI) é um indicador utilizado para medir a compatibilidade do perfil comercial, através da comparação das estruturas de exportação e de importação entre países. Índices mais elevados revelam potenciais de complementaridade superiores e maior correspondência entre a estrutura de exportações/importações dos 2 países. TCI nulo é sinónimo de não complementaridade.

Com efeito, Portugal apresenta-se como o país mais aberto e complementar das diversas economias da CPLP e poderá potenciar-se como *hub* comercial da CPLP, assumindo um papel fundamental de porta de entrada na região.

## 2.2. Comércio intra-CPLP e RAE de Macau

Se compararmos a CPLP com as regiões económicas em que se integram os seus Estados Membros, a CPLP regista um valor reduzido, com apenas o 6º rácio nas trocas entre Estados Membros, medido pelo peso das exportações sobre o PIB dos espaços de integração económica analisados. Neste índice, o nível de integração é liderado pela União Europeia, sendo seguido pela ASEAN e pela SADC.

Este valor evidencia que, apesar dos países da CPLP se encontrarem geograficamente distantes, têm uma ampla margem de progressão das suas relações económicas dada a vontade comum dos seus EM, a facilidade de comunicação e os fortes laços culturais existentes, o que diferencia esta comunidade dos demais espaços de integração económica e revela o seu forte potencial de integração e crescimento económico.

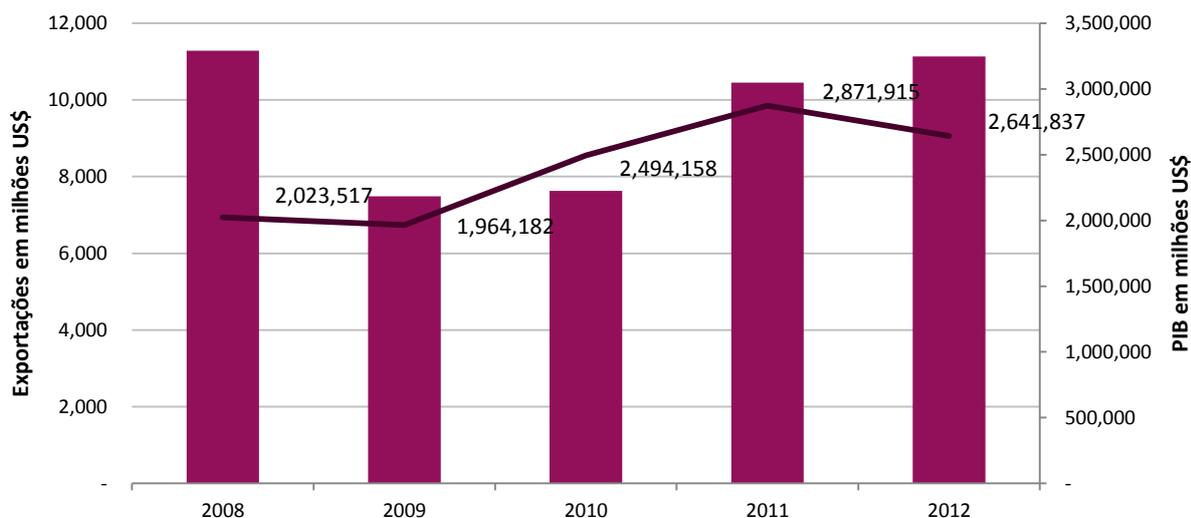
**Tabela 5 - Comunidades económicas regionais em perspetiva (2012)**

Indicador	SADC	União Europeia	CPLP	CEEAC	Mercosul	CEDEAO	ASEAN
Exportações intrarregião (milhões US\$, 2012)	27.153	3.630.191	16.283	1.111	67.343	11.667	324.184
Exportações intrarregião (% no PIB da região, 2012)	4,09%	21,90%	0,62%	0,47%	2,10%	2,86%	13,90%
Exportações intrarregião (% das exportações mundiais, 2012)	0,15%	19,87%	0,09%	0,01%	0,37%	0,06%	1,77%
Crescimento anual médio das exportações intrarregião (2008-2012)	6,66%	-2,17%	8,12%	3,43%	4,50%	4,27%	6,65%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Apesar de apresentar o 4º maior valor de exportações intrarregião, US\$ 16.283 milhões, as exportações da CPLP representam apenas 0,62% do PIB dos países que compõem a comunidade. Adicionalmente, a CPLP regista um crescimento anual médio das exportações intrarregião (8,12% por ano) superior a qualquer outro verificado nas demais regiões analisadas.

**Gráfico 22 - Evolução do comércio intra-CPLP versus Evolução do PIB da região**

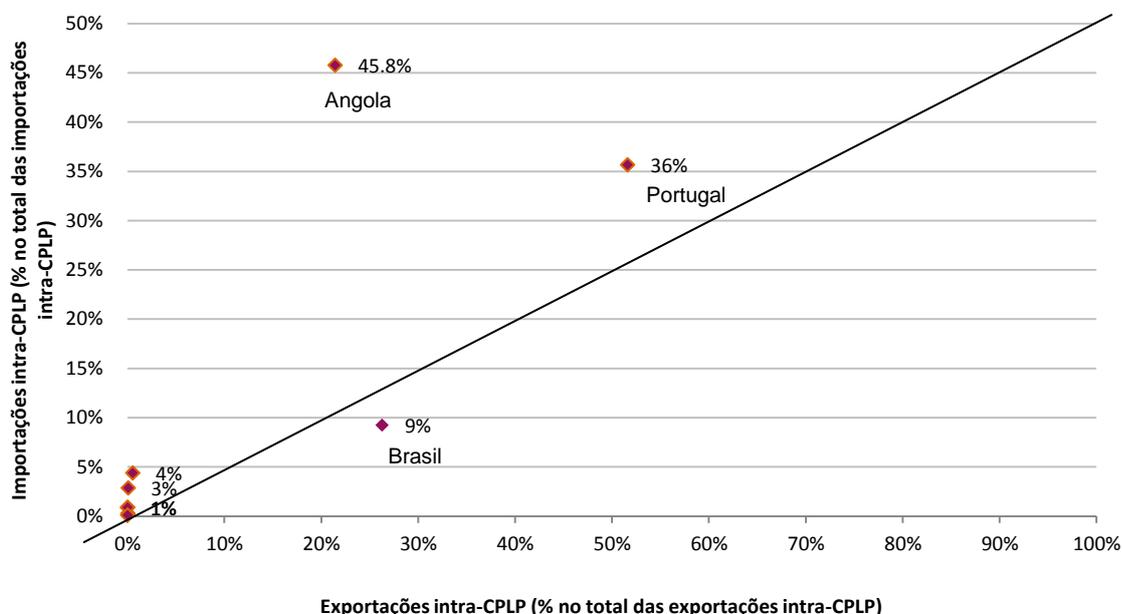


Fonte: UNCTAD, UNCTADstat, World Bank

Este crescimento do relacionamento comercial vem sendo acompanhado pelo ritmo de crescimento do PIB, que apresenta uma correlação positiva relativamente forte com este indicador, como seria aliás expetável. Adicionalmente, apresenta ainda uma elasticidade maior, ou seja, o relacionamento comercial cresce a um ritmo superior ao do PIB, que desde 2008 cresceu 6,89% ano.<sup>19</sup>

A dimensão do PIB de cada um dos EM, a estrutura setorial da sua economia, a localização das economias e parceiros económicos determinam o fluxo atual de trocas comerciais, verificando-se uma grande disparidade ao nível das relações comerciais dos países membros da CPLP.

**Gráfico 23 - Peso das exportações/importações intra-CPLP no total da região, 2012**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

<sup>19</sup> World Bank 2012

A RAE de Macau, Timor Leste, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique apresentam uma contribuição residual para as trocas comerciais intra-CPLP, derivado, em grande parte, da pequena dimensão das suas economias, quando comparadas com as dos restantes membros da comunidade, Brasil, Portugal e Angola.

O Brasil apresenta uma contribuição relevante nas exportações intra-CPLP, no entanto, o país apresenta valores pouco expressivos nas importações, fruto da sua economia relativamente fechada. Por outro lado, Angola apresenta valores muito relevantes nas importações, absorvendo perto de 46% das importações intra-CPLP (essencialmente oriundas de Portugal) e dando causa a mais de 21% das exportações do grupo (essencialmente petróleo).

Angola, não fora a extrema dependência do petróleo para as exportações, seria o país mais virtuoso na vertente das trocas dentro da região. Portugal é, assim, o país que apresenta valores mais consistentes, representando mais de 51% das exportações intra-CPLP e cerca de 36% das importações do grupo, o que em grande medida evidencia a capacidade de relacionamento económico com todos os demais países da CPLP.

## 2.3. Comércio entre Portugal, CPLP e regiões económicas

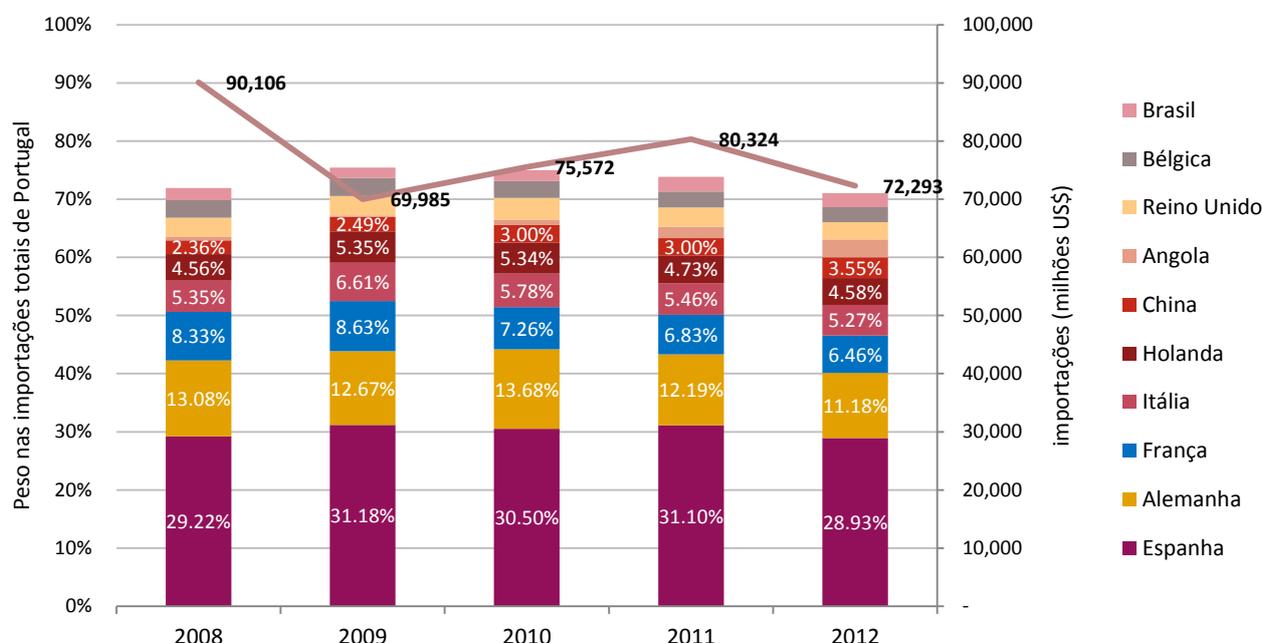
### 2.3.1. Principais parceiros comerciais de Portugal e relações com UE

#### Importações

As importações de Portugal dos seus parceiros comerciais registaram, entre 2008 e 2012, um importante recuo, passando de cerca de US\$ 90.1 mil milhões para US\$ 72.2 mil milhões.

Os principais países fornecedores de Portugal são a Espanha, a Alemanha, a França e a Itália, representando respetivamente, em 2012, 28,93%, 11,18%, 6,46% e 5,27% das importações totais do país. Este *top* de mercados fornecedores de Portugal manteve-se constante ao longo dos últimos 5 anos, apesar de haver um ligeiro decréscimo no peso das importações oriundas de Espanha, da Alemanha e da França. Em contrapartida, países como o Brasil, Angola e China aumentaram a sua participação nas importações totais portuguesas.

**Gráfico 24 – Evolução das importações portuguesas e principais países de origem, 2008-2012**

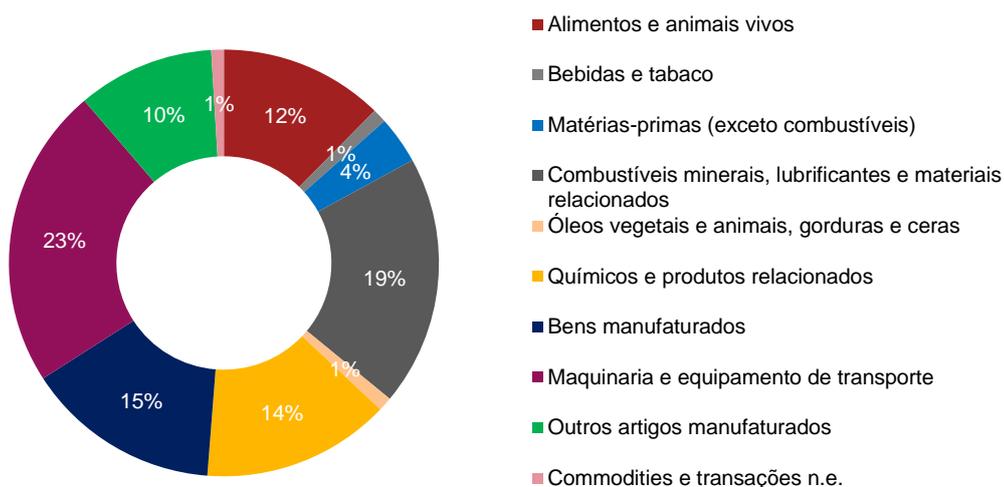


Fonte: UNCTAD, UNCTADst

Os produtos mais importados por Portugal aos seus parceiros comerciais, em 2012 e por categoria, foram a maquinaria e equipamentos de transportes, com uma quota de cerca de 23%, os combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados, com 19%, os bens manufaturados com 15% e os químicos e produtos relacionados com 14%, totalizando cerca de 72% das importações portuguesas.

Destas categorias, os 10 produtos mais importados foram o petróleo no montante de US\$ 10.9 mil milhões, os veículos automóveis no montante de US\$ 5,1 mil milhões, as máquinas e aparelhos no montante de US\$ 3.18 mil milhões, os medicamentos e produtos farmacêuticos no montante de US\$ 2.9 mil milhões, o ferro e aço no montante de US\$ 2.18 mil milhões, outras máquinas e aparelhos industriais no montante de US\$ 2.14 mil milhões, os artigos de vestuário e acessórios no montante de US\$ 2.19 mil milhões, os artigos manufaturados diversos no montante de US\$ 2.13 mil milhões, o gás natural no montante de US\$ 1,89 mil milhões e os plásticos em formas primárias no montante de US\$ 1,84 mil milhões.

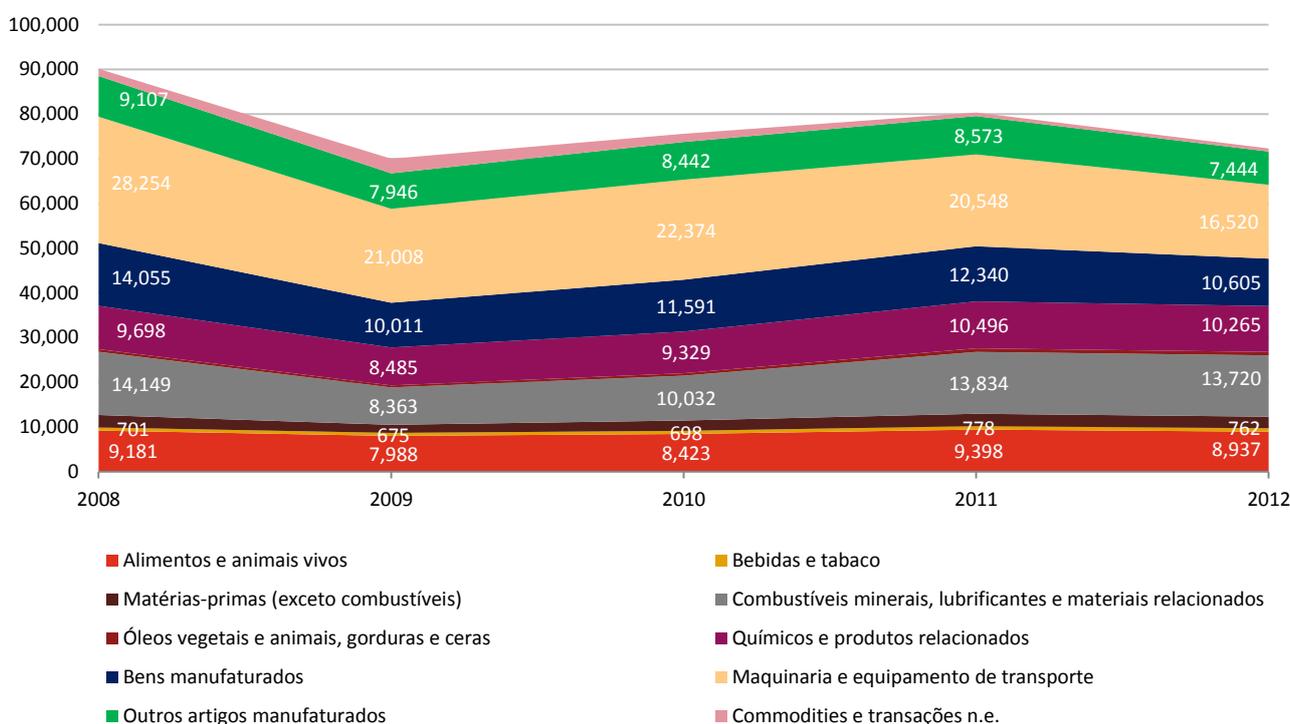
**Gráfico 25 – Importações portuguesas – Top produtos em 2012**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Analisando agora a evolução das importações entre 2008 e 2012 das várias categorias de produtos, verifica-se que a maior redução de importações ocorreu ao nível da maquinaria e equipamentos de transporte, com um redução de US\$ 28.2 mil milhões em 2008 para US\$ 16.2 mil milhões em 2012, e dos bens manufaturados, com decréscimo de US\$ 14 mil milhões para US\$ 10.6 mil milhões.

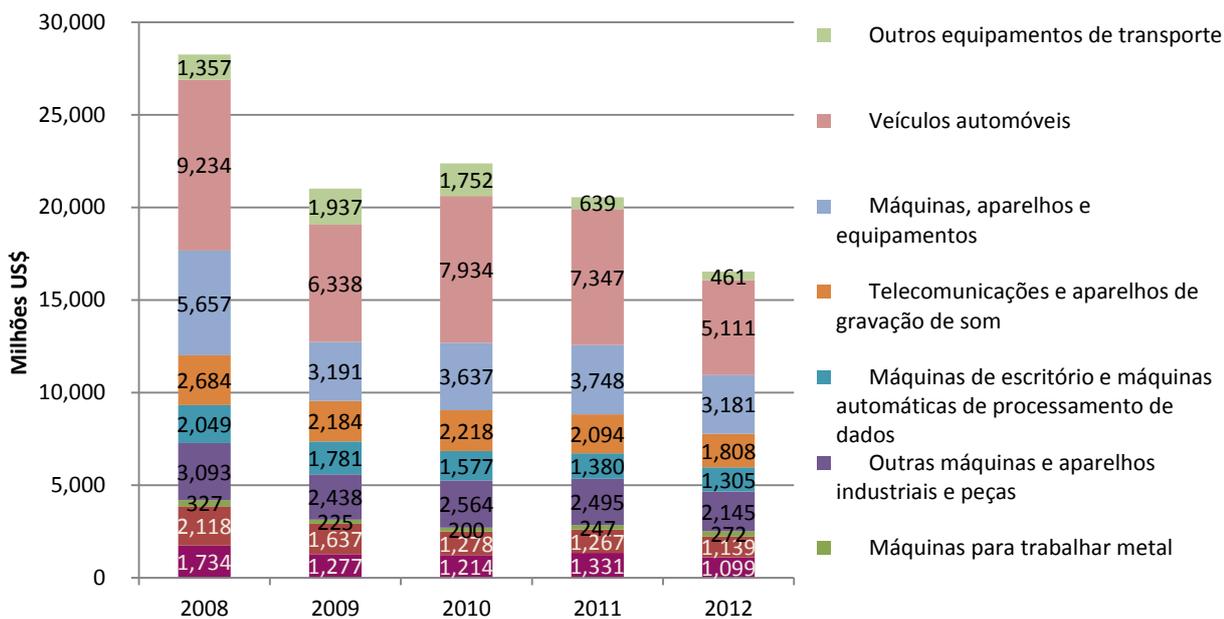
**Gráfico 26 – Evolução das importações portuguesas no período 2008-2012**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Numa análise mais detalhada da evolução das categorias com maior decréscimo, verifica-se na categoria de maquinaria e equipamentos de transporte uma redução das importações de veículos automóveis, de máquinas, aparelhos e equipamentos e de máquinas de escritório e computadores.

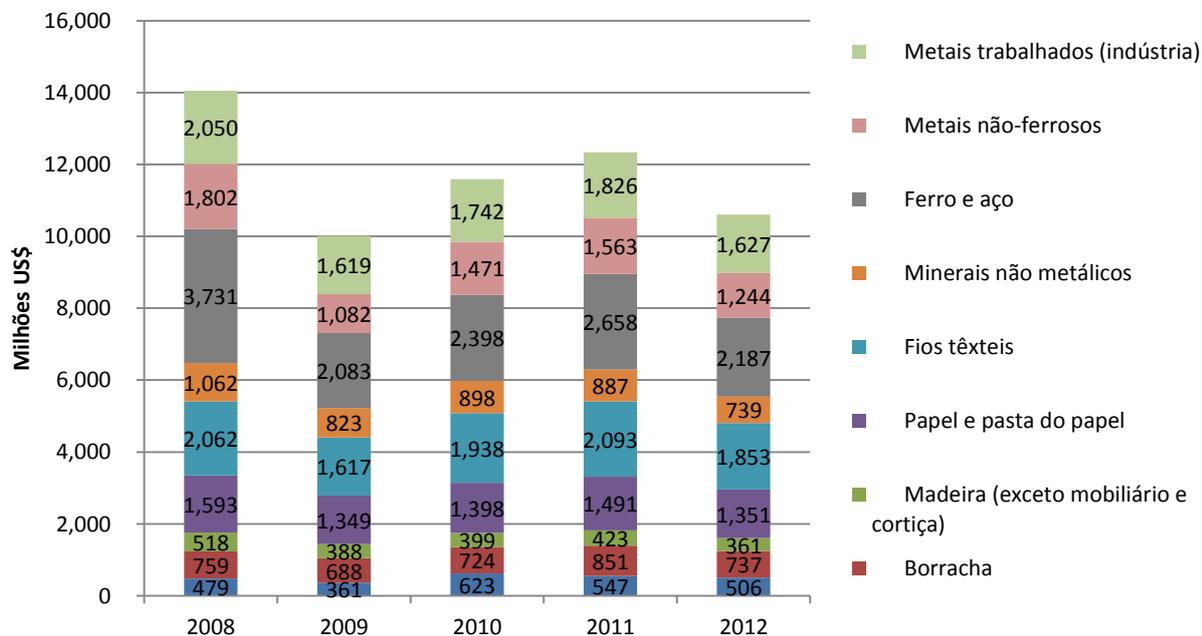
**Gráfico 27 – Evolução das importações de maquinaria e equipamentos de transporte 2008-2012**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Relativamente à importação de bens manufaturados verifica-se uma redução significativa das importações de ferro e aço, de metais não ferrosos e de metais trabalhados (indústria).

**Gráfico 28 – Evolução das importações de bens manufaturados 2008-2012**

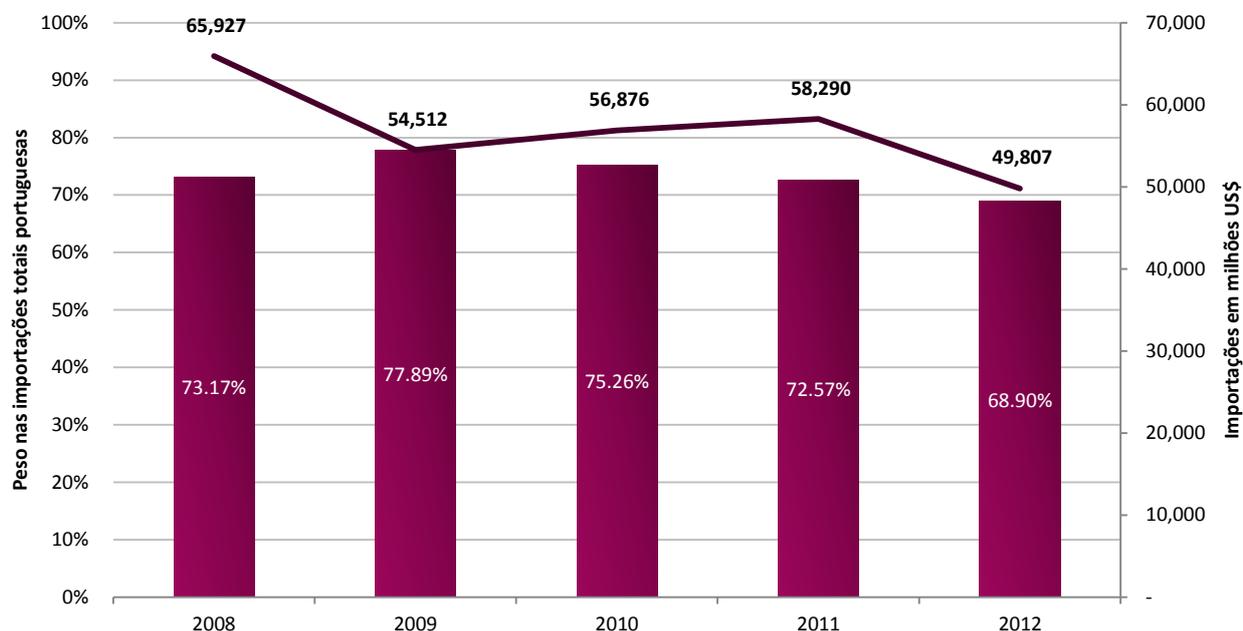


Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

A contração económica e a redução das importações portuguesas durante o período de 2008 a 2012, tiveram impacto nas importações portuguesas junto dos EM da União Europeia, não só em termos de quota de

mercado, com uma redução de 73.17% para 68.9%, como também em termos de valor global, passando de US\$ 65.9 mil milhões para US\$ 49.8 mil milhões.

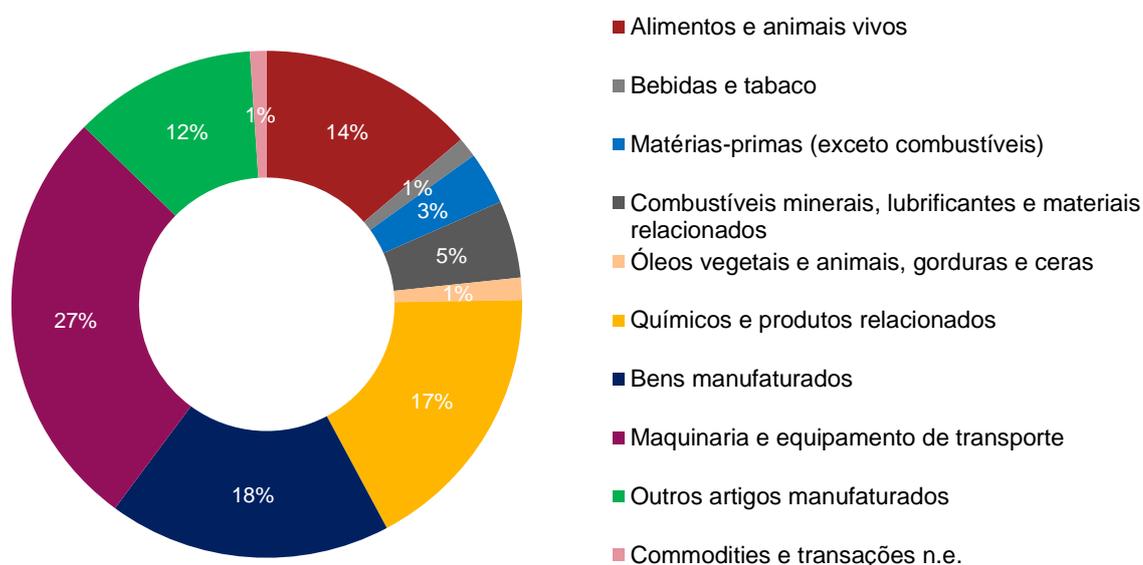
**Gráfico 29 – Evolução das importações portuguesas da UE<sup>20</sup>**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Em 2012, a categoria de produtos mais importados por Portugal dos seus parceiros comerciais da União Europeia, foram a maquinaria e equipamentos de transporte, os bens manufacturados e químicos e produtos relacionados.

**Gráfico 30 – Importações portuguesas da UE – Top produtos em 2012**

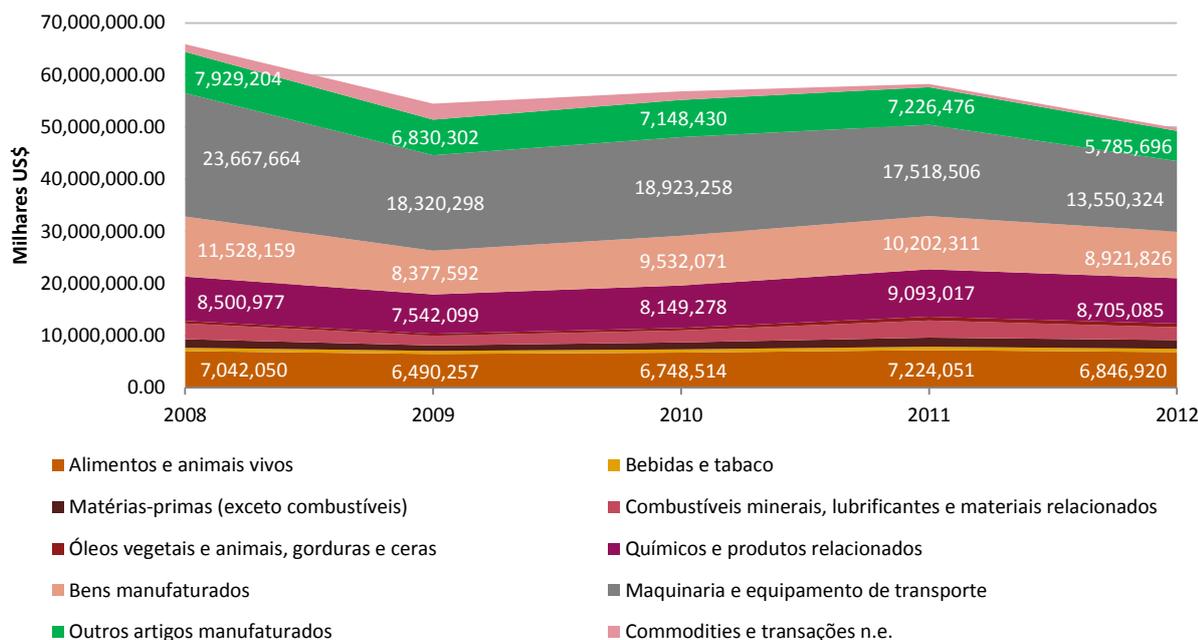


Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

<sup>20</sup> Em 2012 a Croácia ainda não era EM da UE.

A evolução das importações portuguesas da UE entre 2008-2012 acompanha a análise anteriormente realizada aos parceiros comerciais, com uma redução das importações em maquinaria e equipamentos de transporte e outros artigos manufaturados. Os químicos e produtos relacionados correspondem à única categoria de produtos cujas importações aumentaram durante o período, devido ao aumento das importações de produtos químicos orgânicos e de plásticos em formas primárias. De registar ainda a manutenção das importações de alimentos e animais vivos com pequenas variações.

**Gráfico 31 – Evolução das importações portuguesas da UE no período 2008-2012**

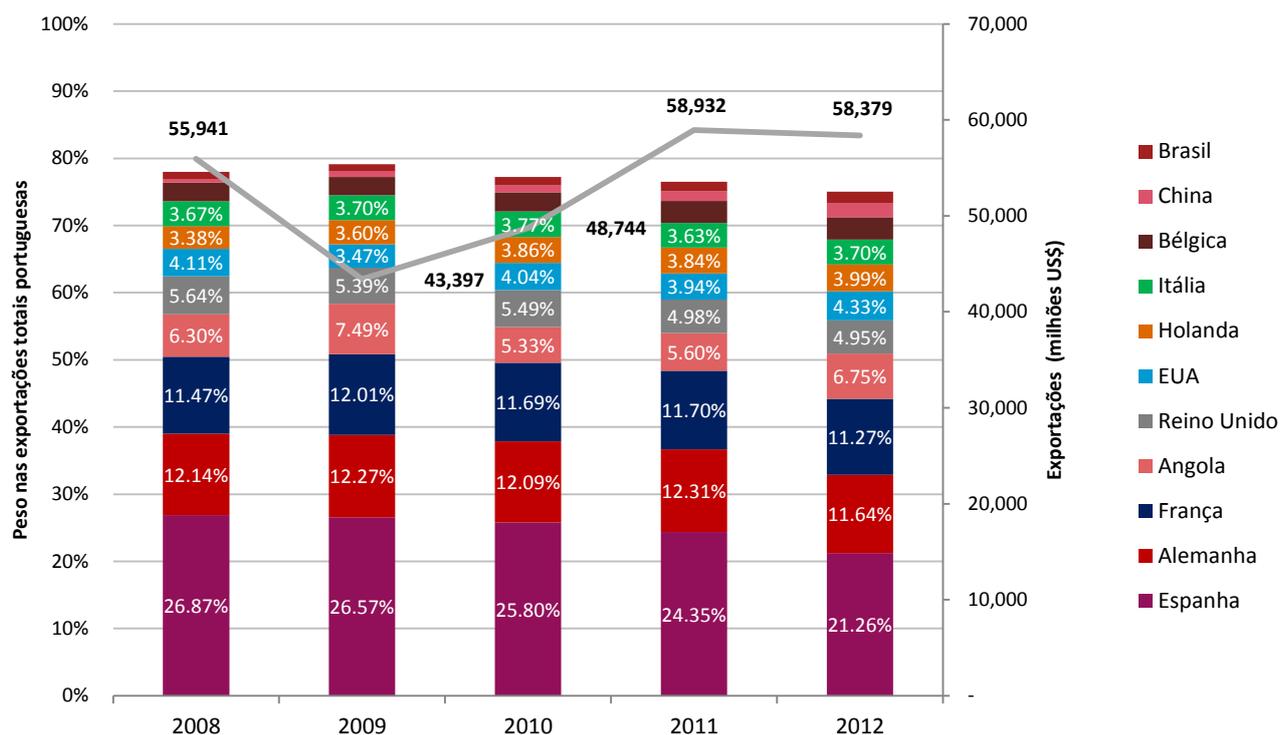


Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

## Exportações

Os quatro principais destinos das exportações portuguesas mantiveram-se constantes entre 2008-2012, correspondendo a Espanha, Alemanha, França e Angola. Pese embora o peso relativo das exportações de Angola, França e Alemanha não ter sofrido alterações no total das exportações portuguesas, Espanha tem vindo consistentemente a perder relevo. Este facto pode ser explicado pela crise económica que este país atravessa. Em contrapartida, as exportações portuguesas para a China e para o Brasil, têm vindo a assumir importância crescente, quer em termos absolutos, quer em termos relativos.

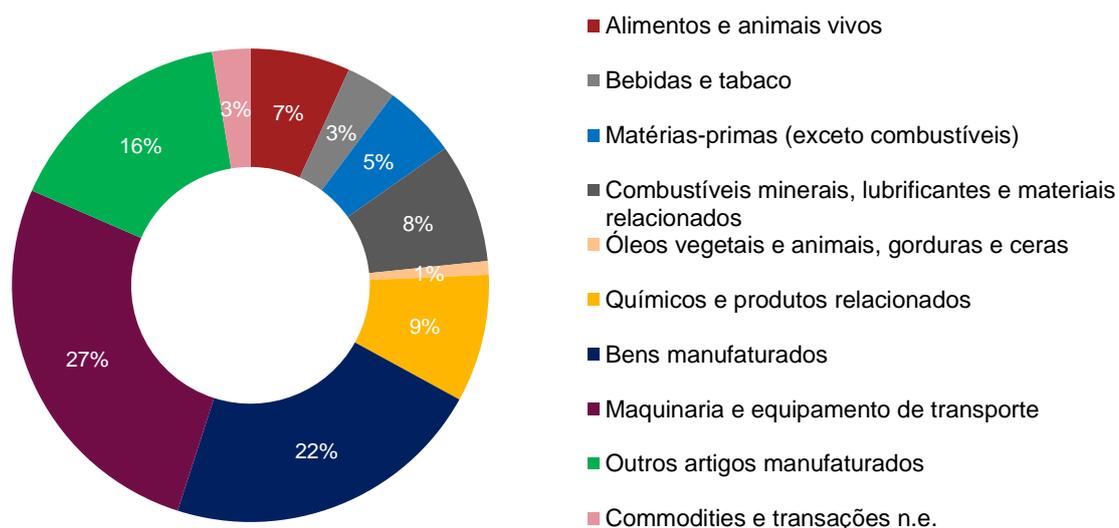
**Gráfico 32 – Evolução das exportações portuguesas e principais países de destino, 2008-2012**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

As principais categorias de produtos exportados em 2012 de Portugal para os seus parceiros económicos foram a maquinaria e equipamento de transporte, bens manufacturados e outros artigos manufacturados.

**Gráfico 33 – Exportações portuguesas – Top produtos em 2012**

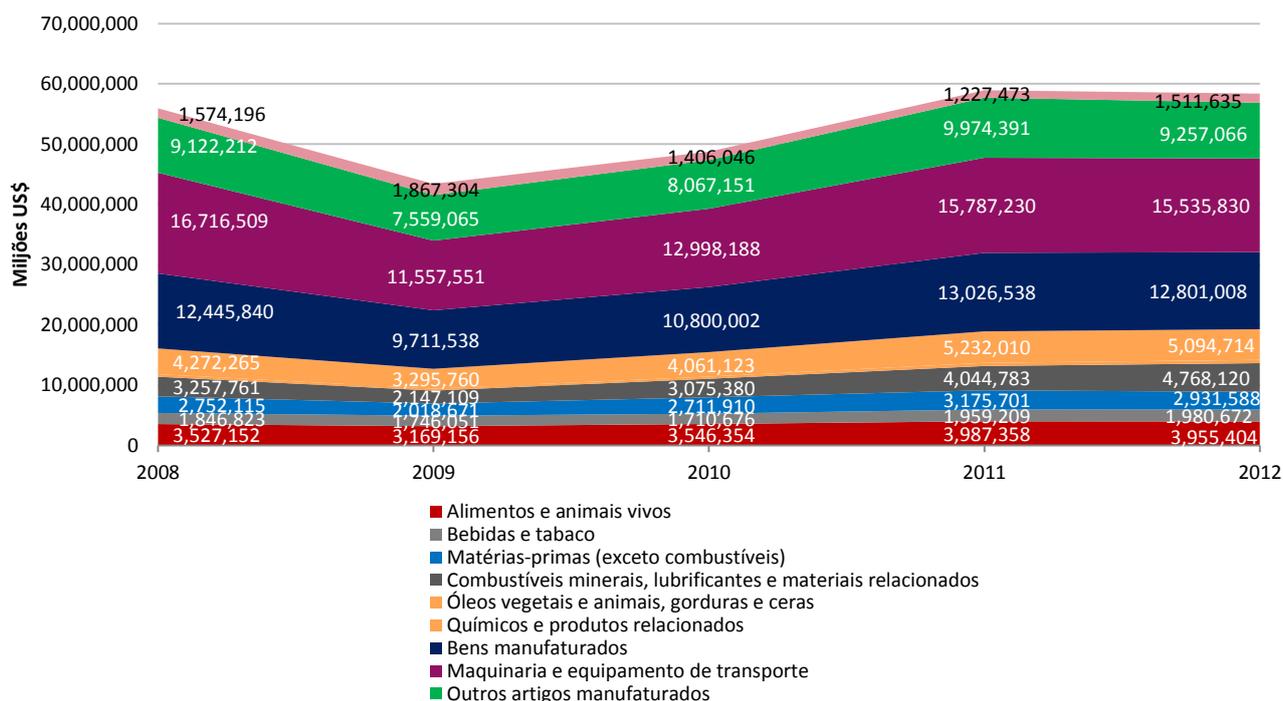


Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Numa análise da evolução a 5 anos das exportações portuguesas verifica-se não só a recuperação do volume de exportações para os valores registados em 2008, em parte pelo crescimento exponencial das exportações

de maquinaria e equipamentos de transportes em 2010 e 2011, dos bens manufacturados de 2010 para 2011 e pelo crescimento progressivo entre 2009 e 2011 de outros artigos manufacturados.

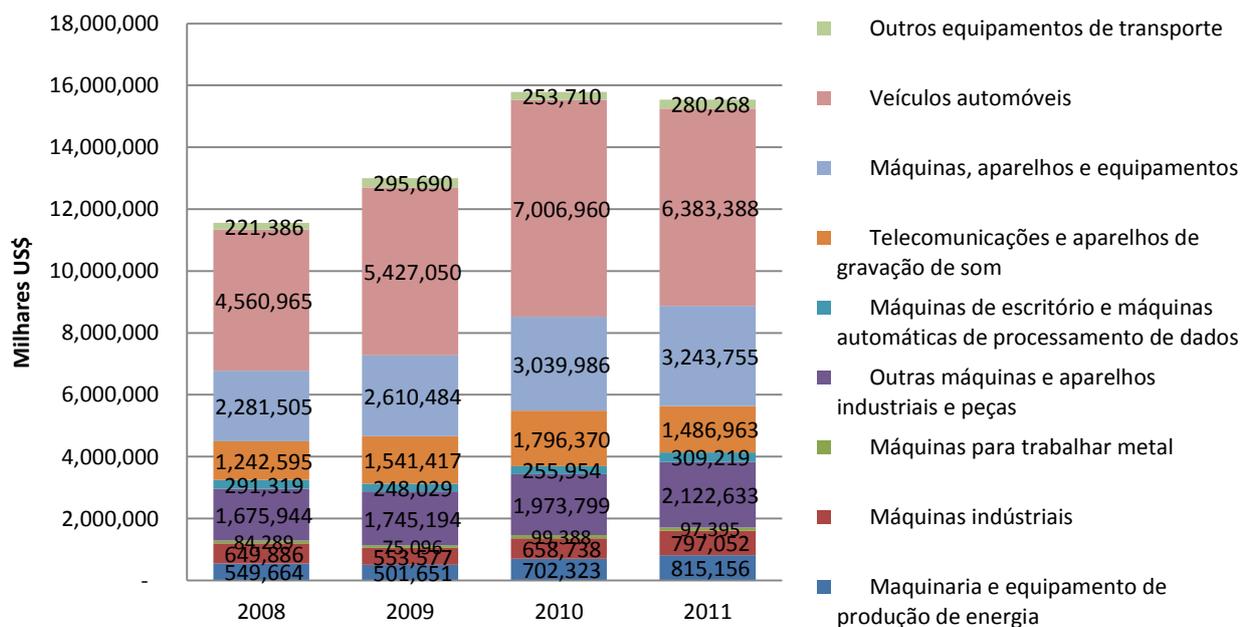
**Gráfico 34 – Evolução das exportações portuguesas no período 2008-2012**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

As principais exportações de maquinaria e equipamento de transporte, durante o período em análise, corresponderam a veículos automóveis, máquinas, aparelhos e equipamentos e outras máquinas e aparelhos industriais e peças.

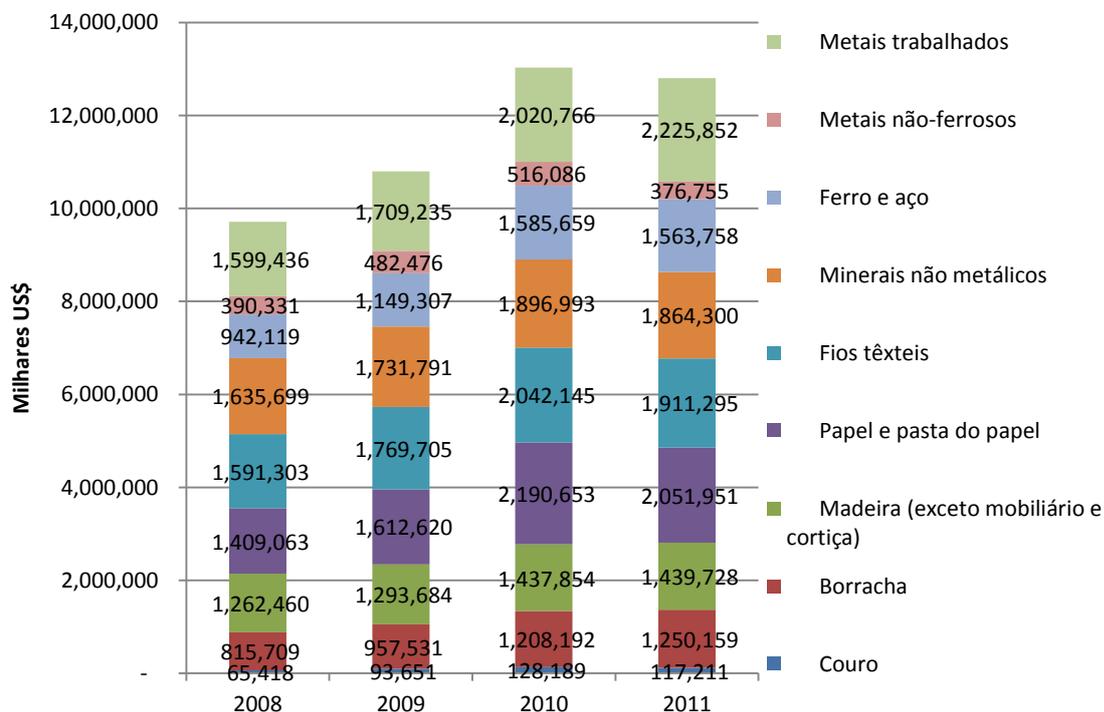
**Gráfico 35 – Evolução das exportações de maquinaria e equipamentos de transporte (2008-2012)**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Relativamente à evolução das exportações de bens manufacturados, importa salientar o crescimento das exportações de metais trabalhados, de papel e pasta do papel e de ferro e aço.

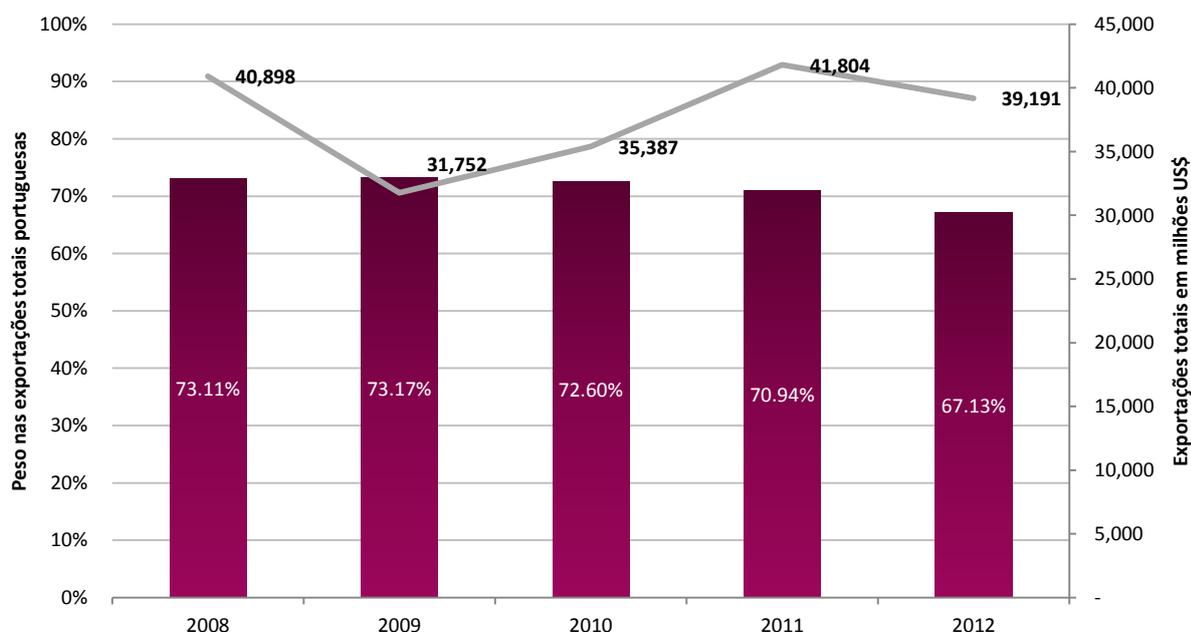
**Gráfico 36 – Evolução das exportações de bens manufacturados (2008-2012)**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

A evolução das exportações para a UE tem vindo a diminuir, atendendo a que as exportações têm aumentado em novos mercados não comunitários, nomeadamente as exportações para Angola, EUA e China.

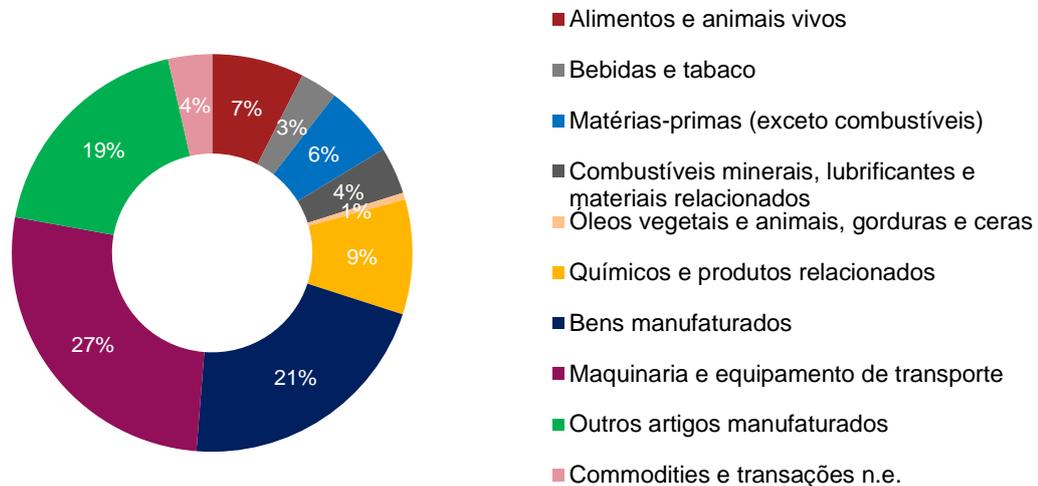
**Gráfico 37 – Evolução das exportações portuguesas para UE**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Apesar da diminuição das exportações portuguesas para a UE, os principais parceiros comerciais continuam a corresponder a alguns dos EM da UE. As exportações por categoria de produtos para a UE encontram-se praticamente alinhadas com as exportações para a totalidade dos parceiros comerciais atrás indicada, com exceção das categorias de outros artigos manufacturados e combustíveis minerais. Aliás, neste último caso, metade das exportações têm como destino países fora da UE.

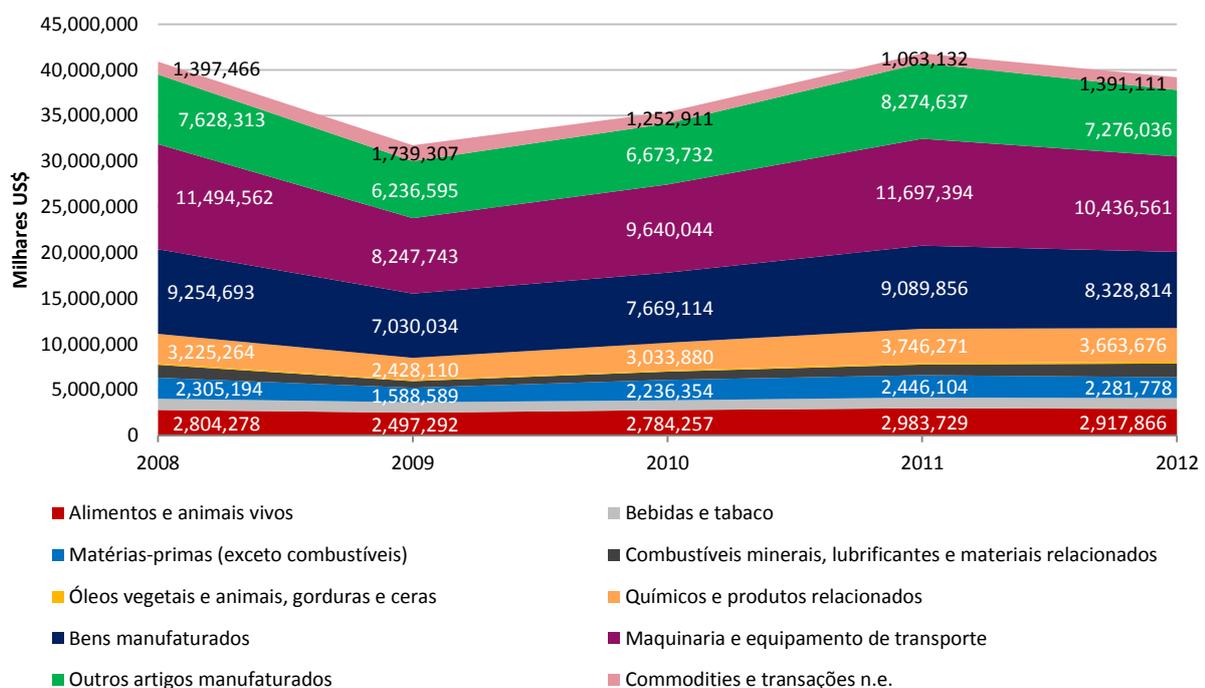
**Gráfico 38 – Exportações portuguesas da UE – Top produtos em 2012**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Relativamente à evolução das exportações portuguesas entre 2008 e 2012 para a UE, regista-se um aumento da exportação de químicos e produtos relacionados e a recuperação das exportações das categorias de maquinaria e equipamentos de transporte, bens manufacturados e outros artigos manufacturados entre 2009 e 2011.

**Gráfico 39 – Evolução das exportações portuguesas para a UE no período 2008-2012**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

## 2.3.2. Trocas comerciais entre Portugal e a CPLP

**Tabela 6 - Indicadores da economia portuguesa**

Portugal	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa de câmbio (US\$ / EUR)	0,68	0,72	0,76	0,72	0,78
Inflação	2,59%	-0,84%	1,40%	3,65%	2,77%
Balança Comercial (em milhões US\$)	-34.165	-26.588	-26.829	-21.392	-13.914
Balança Comercial com a CPLP (em milhões US\$)	2.452	2.758	1.599	1.247	1.777
Balança Corrente (em % do PIB)	-12,66%	-10,96%	-10,66%	-7,05%	-1,58%
Abertura da Economia	74,96%	63,46%	70,32%	75,84%	78,10%

Fonte: Banco Mundial, UNCTAD, UNCTADstat

A taxa de câmbio de Portugal não está sob controlo ou influência direta da economia portuguesa, mas sim de toda a Zona Euro, i.e. do Banco Central Europeu, pelo que a economia portuguesa tem tido uma taxa de câmbio estável e valorizada quando comparada com o dólar.

Por sua vez, a inflação em Portugal encontra-se controlada em consequência de uma multiplicidade de fatores, entre os quais a diminuição no acesso ao crédito e o aumento sucessivo dos impostos sobre o consumo e sobre os rendimentos.

O país tem uma economia aberta e dinâmica e, apesar de apresentar saldos negativos na sua balança corrente, este saldo tem vindo a diminuir. Adicionalmente, o rácio da abertura da economia tem vindo a aumentar desde 2009, maioritariamente, devido a um desempenho exemplar das exportações portuguesas.

## Importações de Portugal com origem na CPLP

Dos países da CPLP, apenas Angola, Brasil e Moçambique apresentam valores estatisticamente relevantes nas importações nacionais. A participação da CPLP no total das importações portuguesas teve uma evolução significativa no período 2008-2012, maioritariamente devido à evolução das importações portuguesas de Angola.

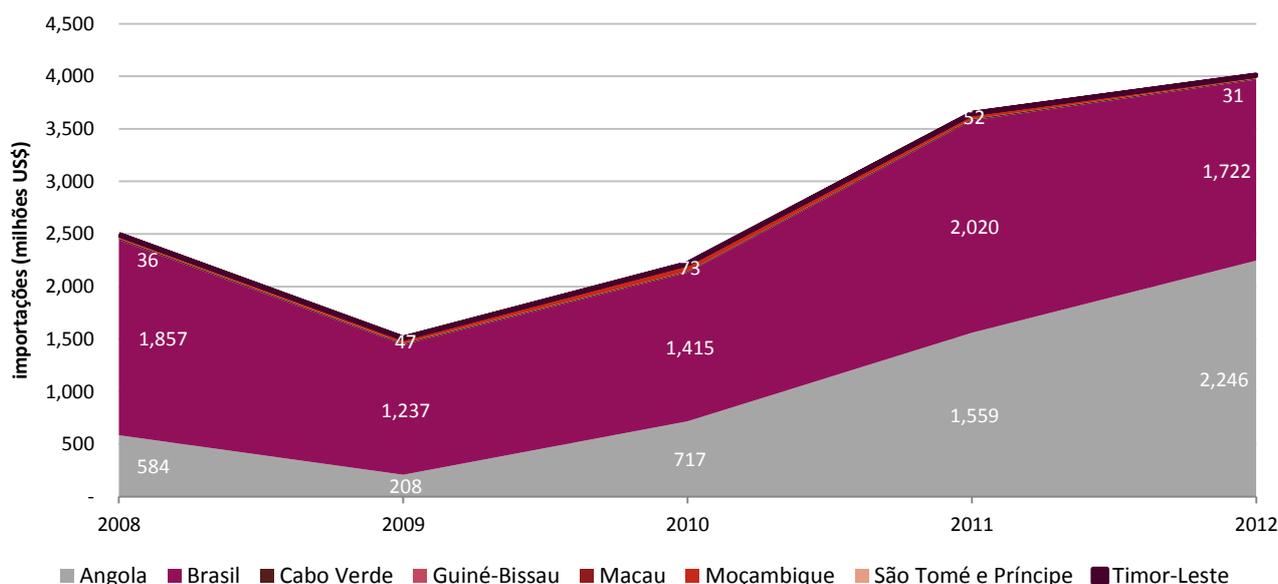
Em 2008, a CPLP era responsável por fornecer apenas 2,77% do total dos produtos importados por Portugal, enquanto, em 2012, a CPLP conseguiu garantir 5,55% do total das importações portuguesas. No mesmo período, Angola ultrapassou o Brasil como maior fornecedor português dentro da CPLP, passando de uma representação de apenas 0,65% em 2008, para 3,11% das importações totais de Portugal, em 2012. Por sua vez, o Brasil passou a representar 2,38% das importações totais portuguesas em 2012, comparativamente com apenas 2,06% em 2008.

**Tabela 7– Importações portuguesas da CPLP – produtos**

	Total (milhões USD)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n.e.
Angola	2.246,00	0,04%	0,00%	0,07%	99,77%	0%	0,00%	0,01%	0,09%	0,02%	0,00%
Brasil	1.721,76	14,56%	2,01%	16,15%	51,65%	0,07%	5,61%	3,46%	3,22%	1,75%	1,52%
Cabo Verde	10,16	13,87%	3,15%	1,43%	0%	0%	0,19%	1,89%	6,68%	72,80%	0,00%
Guiné-Bissau	0,058	20,47%	0%	11,83%	0%	8,75%	0,08%	38,85%	12,91%	7,11%	0,00%
Macau	0,36	0,07%	0%	2,77%	0%	0%	0,49%	1,35%	32,64%	59,63%	3,05%
Moçambique	30,98	14,94%	15,42%	1,21%	0,39%	0%	0,07%	66,55%	0,51%	0,57%	0,34%
São Tomé e Príncipe	0,31	32,50%	0%	3,15%	11,48%	6,86%	0,42%	3,75%	22,96%	18,57%	0,31%
Timor-Leste	1,52	19,22%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	80,70%	0%	0,08%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

**Gráfico 40 – Importações portuguesas da CPLP**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

**Principais importações portuguesas provenientes de Angola (7% das exportações angolanas em 2012)**

- Combustíveis minerais – 5.410 M US\$

**Principais importações portuguesas do Brasil (0,67% das exportações brasileiras em 2012)**

- Combustíveis minerais – 823 M US\$
- Alimentos – 207 M US\$
- Sementes e frutos oleaginosos – 259 M US\$

**Principais importações portuguesas de Cabo-Verde (14% das exportações cabo-verdianas em 2012)**

- Calçado – 4 M US\$
- Vestuário de malha ou outros tecidos – 1 M US\$
- Crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos – 1 M US\$

**Principais importações portuguesas da Guiné-Bissau (1% das exportações de Guiné-Bissau em 2012)**

- Madeira em bruto ou simplesmente esquadriada – 0,5 M US\$
- Algodão – 0,3 M US\$
- Máquinas para fabricação de papel ou celulose – 0,2 M US\$

**Importações portuguesas provenientes da RAE de Macau (não foram estatisticamente relevantes em 2012)**

- Mobiliário e outras peças - 82 M US\$
- Equipamento e aparelhos elétricos – 68 M US\$

**Principais importações portuguesas de Moçambique (2% das exportações moçambicanas em 2012)**

- Açúcar, melado e mel - 32 M US\$
- Crustáceos, moluscos e invertebrados aquáticos – 20 M US\$
- Tabaco (matéria prima) – 13 M US\$

**Importações portuguesas provenientes de São Tomé e Príncipe (2,4% das exportações santomenses em 2012)**

- Café e chá – 83 M US\$

**Importações portuguesas provenientes de Timor-Leste (0,4% das exportações timorenses em 2012)**

- Veículos automóveis – 1,2 M US\$
- Café – 291mil US\$

## Exportações portuguesas para a CPLP

Relativamente às exportações portuguesas para a CPLP, apenas Angola, Brasil, Cabo Verde e Moçambique têm relevância estatística. Apesar da importância da CPLP como destino das exportações portuguesas não sofrer uma profunda alteração no período 2008-2012, esta aumentou de 8,52% em 2008 para 9,84% em 2012 devido, principalmente, ao aumento das exportações para Angola.

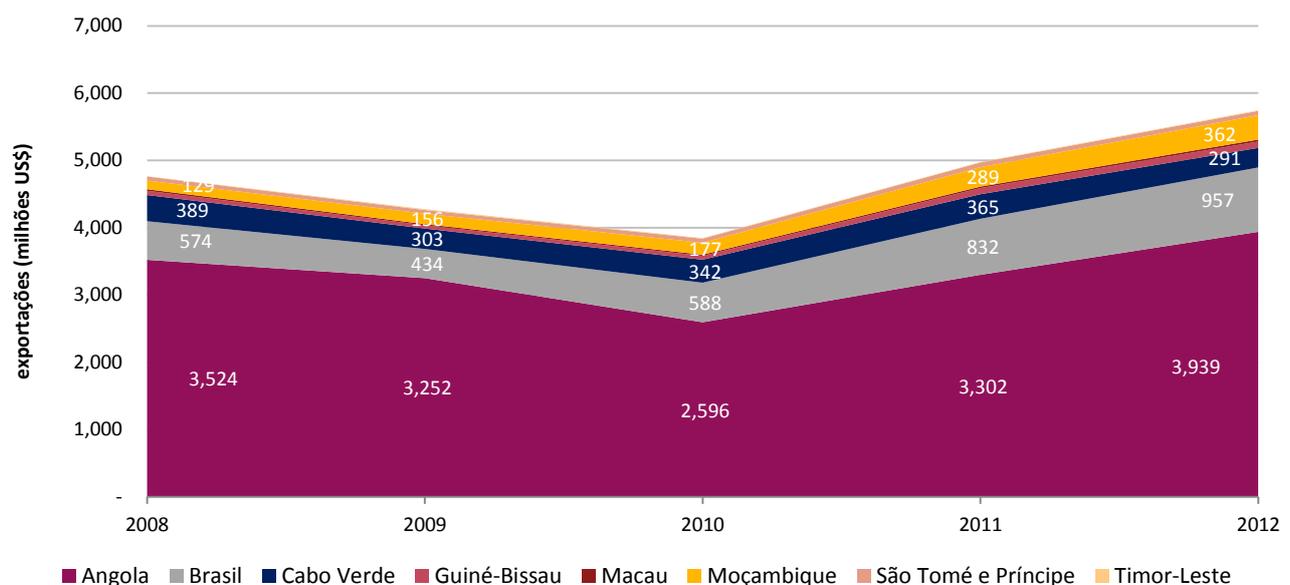
Angola passou a representar 6,75% das exportações totais portuguesas em 2012, comparativamente com 6,30% em 2008. Por sua vez, o Brasil passou de 1,03% para 1,64% no mesmo período, sendo que Moçambique foi outro dos responsáveis pela maior importância relativa da CPLP no total das exportações portuguesas, passando a representar cerca de 0,62% em 2012, contra apenas 0,23% em 2008.

**Tabela 8– Exportações portuguesas para a CPLP – produtos**

	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n.e.
Angola	3.939,46	10,78%	9,99%	0,36%	1,15%	1,67%	8,46%	22,92%	29,63%	15,05%	0,00%
Brasil	957,36	16,20%	3,95%	4,20%	7,34%	20,19%	5,12%	18,90%	20,17%	3,89%	0,05%
Cabo Verde	290,55	17,67%	4,71%	1,14%	1,63%	4,74%	10,53%	27,22%	20,88%	11,45%	0,03%
Guiné-Bissau	94,59	5,12%	15,02%	0,75%	48,92%	0,71%	2,07%	10,16%	11,87%	5,37%	0,01%
Macau	28,75	17,90%	34,40%	0,37%	0,03%	1,86%	10,73%	1,25%	25,70%	7,26%	0,50%
Moçambique	362,11	6,05%	2,77%	0,52%	1,05%	0,93%	8,00%	18,13%	46,95%	15,60%	0,00%
São Tomé e Príncipe	63,26	24,89%	13,18%	1,55%	2,09%	3,41%	8,49%	16,57%	20,27%	9,55%	0,01%
Timor-Leste	9,77	10,91%	9,12%	0,26%	0,28%	2,29%	0,86%	10,50%	44,20%	21,58%	0%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

**Gráfico 41 – Exportações portuguesas para a CPLP**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

### Exportações portuguesas para Angola (31% das importações angolanas em 2012)

Em termos de categoria de produtos, por ordem decrescente

- Bens manufacturados – 2.869 M US\$
- Maquinaria e equipamentos de transporte – 2.239 M US\$
- Alimentos – 814 M US\$
- Bebidas e tabaco – 755 M US\$
- Químicos e produtos relacionados – 639 M US\$

Portugal tem aumentado as exportações para Angola, e acima de tudo a sua quota de mercado (tendo atingido 20%, acima dos 6% registados pelo Brasil, com base em informação de 2012).

Os produtos portugueses mais exportados para Angola, em 2012, foram as bebidas alcoólicas (US\$ 384 milhões), mobiliário e peças (US \$ 204 milhões) e estruturas e peças de ferro, aço, alumínio (US\$ 171 milhões).

Os investidores portugueses poderão procurar antecipar a expansão dos setores económicos com maior potencial de crescimento e maior grau de abertura, como os setores agrícola, das águas e do saneamento básico, da saúde, alimentar, da distribuição, da educação, das telecomunicações, da água, das obras públicas e da construção civil, continuando a afirmar a sua presença no setor financeiro e serviços especializados.

De notar que o Governo angolano, com o objetivo de concretizar a sua estratégia de substituição de importações e procurando estimular o desenvolvimento dos setores de atividade não petrolíferos, procedeu a alterações da pauta aduaneira (em vigor a partir de 2014), tendo agravado as condições de exportação de alguns dos principais produtos portugueses, pelo que será expetável a substituição de algumas exportações por investimentos diretos e a procura de novos mercados.

De facto o efeito conjugado a diversificação da economia angolana e da denominada angolização, da economia, deverão ditar a necessidade de substituir políticas de exportação, por políticas de produção local, com a possível incorporação nacional, o que suscitará novos desafios aos agentes económicos, eventualmente com vantagem para os agentes nacionais com maior exposição ao mercado.

**Do total dos produtos importados por Angola a Portugal, que totalizaram US\$ 4,7 mil milhões, identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 55% das importações, no montante de US\$ 2,6 mil milhões:**

Bebidas alcoólicas; Mobiliário e peças; Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio; Barras de ferro e aço, barras, cantoneiras, perfis e secções; Aparelhos para circuitos elétricos, tabuleiro, painéis; Carne, miudezas, comestíveis, preparados, conservados; Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários); Artigos de plástico; Maquinaria para a construção civil; Equipamento para distribuição de energia elétrica; Metais comuns (industriais); Bebidas não alcoólicas; Equipamento de arrefecimento e de aquecimento, componentes; Outras máquinas e aparelhos para as indústrias particulares; Veículos a motor para transporte de mercadorias; Gorduras vegetais fixas e óleos, refinado; Papel e cartão, cortados em forma ou tamanho; Máquinas e aparelhos elétricos; Geradores; Ferramentas e equipamento mecânico; Peças e acessórios de veículos; Material de impressão; Materiais de construção; Alumínio; Luminárias e acessórios

Fonte: UNCTADStat, dados de 2012

### Exportações portuguesas para o Brasil, 2012

Entre 2009 e 2012, as importações do Brasil com origem em Portugal aumentaram cerca de 57%.

A pauta de exportações portuguesas para o Brasil é bastante diversificada, mas no entanto as exportações mais importantes por categoria de produtos, são, uma vez mais, a maquinaria e equipamento de transporte, encontrando também com um peso significativo alguns produtos do setor alimentar (peixes e crustáceos), bem como óleos vegetais.

As importações do Brasil com origem em Portugal refletem a influência portuguesa na cultura e no consumo interno. Assim, os dois maiores produtos importados de Portugal são as gorduras e óleos vegetais (Azeite), com cerca de US\$ 193 milhões (no qual Portugal tem uma quota de mercado de cerca de 50%) e o peixe seco, sagado, (bacalhau) com cerca de US\$ 50 milhões.

Em termos de crescimento dos produtos exportados para o Brasil, de salientar o crescimento das exportações de frutos secos, que em 2009 eram de cerca US\$ 22 milhões e em 2012 atingiram os US\$ 47 milhões.

Quanto à competitividade do setor agroindustrial Português no Brasil, é destacar não só as exportações do azeite, mas também da fruta, nomeadamente de pera.

### Exportações portuguesas para Cabo Verde (39% das importações cabo-verdianas em 2012)

Portugal representa atualmente cerca de 39% do total das importações cabo-verdianas (US\$ 292 milhões), através de um *mix* diversificado de produtos.

Os produtos portugueses mais exportados para Cabo Verde em 2012 foram o cimento e os materiais de construção fabricados (US\$ 20 milhões), óleos e gorduras vegetais (*azeite e óleos*) (US\$ 13 milhões) e bebidas alcoólicas (US\$ 11 milhões), as quais representam 98%, 82% e 77% do valor de importações destes bens, o que indica que Portugal é um fornecedor quase exclusivo destes artigos.

**Do total dos produtos importados pelo Brasil a Portugal, no total de US\$ 998 milhões, identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 78% das importações, no total de cerca de US\$ 783 milhões:**

Gorduras vegetais e óleos, óleo bruto, refinado, do fracionamento (azeite); Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixe fumado (bacalhau); Frutas e frutos secos (nozes); Peixe frescos ou congelado; Barras de ferro e aço, barras, cantoneiras, perfis e seções; Gás natural; Bebidas alcoólicas; Equipamentos de aquecimento e refrigeração de equipamentos; Os óleos de petróleo ou de minerais betuminosos> óleo de 70%; Partes não elétricas e acessórios para máquinas; Materiais para construção (cimento); Minérios e concentrados de cobre; Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio; Válvulas e tubos catódicos; Equipamento de telecomunicação e peças; Geradores; Outras matérias plásticas em formas primárias; Produtos residuais de petróleo; Aparelho para circuitos elétricos, tabuleiro, painéis; Peças e acessórios dos veículos; Fios de ferro ou aço; Minerais; Outras máquinas e aparelhos para as indústrias particulares; Fertilizantes; Aparelhos recetores de radiodifusão.

Fonte: UNCTADStat, dados de 2012

**Do total dos produtos importados por Cabo Verde a Portugal, que totalizaram US\$ 291 milhões identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 56% das importações, no montante de US\$ 163 milhões:**

Materiais de construção; Gorduras vegetais e óleos, refinados; Bebidas alcoólicas; Leite e produtos lácteos; Mobiliário e peças; Barras de ferro e aço, cantoneiras, perfis e seções; Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários); Aparelho para circuitos elétricos, tabuleiro e painéis; Artigos de plástico; Produtos comestíveis e preparações; Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio; Papel e cartão; Materiais de construção; Equipamento para distribuição de energia elétrica; Frutas e frutos secos; Legumes; Metais comuns; Pigmentos, tintas, vernizes e materiais relacionados; Equipamentos de aquecimento e refrigeração; Tubos, canos e mangueiras de plásticos; Sumos de frutas e vegetais; máquinas de processamento de dados; Equipamento de telecomunicação; Carne, miudezas, comestíveis e conservadas; Máquinas e aparelhos elétricos.

Fonte: UNCTADStat, dados de 2012

### Exportações portuguesas para a Guiné-Bissau (29% das importações de Guiné-Bissau em 2012)

Portugal atualmente representa cerca de 29% do total das importações guineenses, num volume total de US\$ 66 milhões.

Constata-se uma concentração de valor num conjunto de bens importados. Os produtos portugueses mais exportados para a Guiné-Bissau em 2012 foram óleos de petróleo (US\$ 22 milhões), bebidas não alcoólicas (US\$ 8 milhões) e bebidas alcoólicas (US\$ 7 milhões), as quais representam 34%, 13% e 12% do valor total de importações.

O nível de penetração e as boas relações comerciais e culturais entre Portugal e a Guiné-Bissau poderão permitir o crescimento futuro e facilitar uma maior presença na CEDEAO.

**Do total dos produtos importados pela Guiné-Bissau a Portugal, no total de US\$ 66 milhões, identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 81% das importações, no total de cerca US\$ 55 milhões:**

Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos> óleo de 70%;  
Bebidas não alcoólicas; As bebidas alcoólicas; Materiais de construção (cimento); Geradores; Veículos a motor para transporte de mercadorias; Materiais de construção (tijolos); Mobiliário e peças; Ovos; Aves (gemas); Albumina de ovo; Gorduras vegetais fixos e óleos, refinado, do fracionamento; Veículos automóveis para transporte de pessoas; Arroz; Equipamento mecânico manuseio, e suas partes; Braços e munição; Propano e butano liquefeito; Produtos comestíveis e preparações; Artigos de plástico; Preparações de cereais, farinha de frutas ou vegetais; Máquinas de processamento de dados; Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio; Farinha de trigo e farinha de trigo com centeio; Pregos, parafusos, porcas, rebites e semelhantes de metais; Artigos de vestuário, de tecidos têxteis; Roupas e outros artigos têxteis usados; Pigmentos, tintas, vernizes e materiais relacionados.

Fonte: UNCTADStat, dados de 2012

A melhoria das infraestruturas do país é ainda um fator crítico para a competitividade da Guiné-Bissau.

### Exportações portuguesas para a RAE de Macau, 2012

As importações da RAE de Macau ascendem a um total anual de US\$ 8.9 mil milhões.

Portugal tem uma fraca representatividade nas importações de Macau, com um total de cerca de US\$ 30 milhões.

Os produtos mais importados por Macau de Portugal são as bebidas alcoólicas, nomeadamente o vinho, que tem tido uma evolução muito positiva nos últimos anos, o equipamento para distribuição de energia elétrica, componentes e máquinas de energia, aparelhos para circuitos, artigos de vestuário e peixe congelado ou conservado.

### Exportações portuguesas para Moçambique (5% das importações moçambicanas em 2012)

Portugal atualmente representa 5% do total das importações moçambicanas, num volume total de US\$ 312 milhões, uma quota de importações que se encontra, potencialmente, sob explorada atendendo ao valor global anual das importações moçambicanas que, em 2012, atingiu cerca de 6 mil milhões de US\$.

Os produtos portugueses mais exportados para Moçambique em 2012, foram as máquinas e equipamentos para empreitadas de engenharia e construção civil (US\$ 21 milhões), o material de impressão (US \$ 18 milhões) e as estruturas e partes de estruturas de ferro, aço ou alumínio (US\$ 14 milhões).

A composição das importações evidencia a dependência de Moçambique, relativamente aos países industrializados.

**Do total dos produtos importados por Moçambique a Portugal, que totalizaram US\$ 312 milhões identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 63% das importações, no montante de US\$ 198 milhões:**

Maquinas para a construção civil; Material para impressão; Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio; Equipamento para distribuição de energia elétrica; Aparelho para circuitos elétricos, tabuleiro, painéis; Mobiliário e peças; Veículos a motor para transporte de mercadorias; Outras máquinas e aparelhos para as indústrias; Equipamentos de aquecimento e refrigeração; Geradores; Equipamento de telecomunicação; Bebidas alcoólicas; Equipamentos e ferramentas mecânicas; Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários); Metais comuns; Produtos da indústria química; Papel e cartão; Embarcações; Materiais de construção; Artigos de plástico; Trailers e semirreboques; Componentes para máquinas de energia elétrica; Barras de ferro e aço, cantoneiras; Tubos, canos e mangueiras de plásticos; Máquinas agrícolas e peças.

Fonte: UNCTADStat, dados de 2012

### Exportações portuguesas para São Tomé e Príncipe (52% das importações de santomenses em 2012)

Portugal tem já uma elevada representatividade nas importações do país, representando, em valor, mais de 50% destas, num total de US\$ 73 milhões. O elevado nível de penetração deverá permitir beneficiar do crescimento futuro e facilitar igualmente uma maior presença na CEEAC.

Em 2012, os produtos portugueses mais exportados para São Tomé e Príncipe, foram as bebidas alcoólicas, com cerca de US\$ 7 milhões, o cimento, com cerca de US\$ 3.5 milhões e a farinha de trigo com cerca US\$ 3.4 milhões.

A composição das importações evidencia um baixo nível de industrialização do país, com elevada representatividade dos produtos agroindustriais.

**Do total dos produtos importados por São Tomé e Príncipe a Portugal que totalizaram US\$ 73 milhões são identificados de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 62% das importações, no montante de US\$ 45 milhões:**

Bebidas alcoólicas; Cal, cimento; Farinha de trigo e farinha de trigo com centeio; Bebidas não alcoólicas; Gorduras vegetais e óleos, petróleo bruto e refinado; Sabonetes, produtos de limpeza e de polimento; Veículos automóveis para transporte de pessoas; Produtos comestíveis e preparações; Leite e produtos lácteos; Legumes; Preparações de cereais, farinha de frutas ou vegetais; Veículos a motor para transporte de mercadorias; Açúcar, melaço e mel; Artigos de plástico; Mobiliário e peças; Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio; Outras carnes e miudezas comestíveis; Metais comuns; Arroz; Produtos residuais de petróleo; Geradores; Carne, miudezas, comestíveis, preparados, conservada; Materiais de construção; Alimentos para animais; Equipamento de telecomunicação.

Fonte: UNCTADStat, dados de 2012

Em termos de categorias de produtos, as suas importações assentam em três setores dominantes: (i) maquinaria e equipamentos de transporte ligados à construção civil, (ii) alimentos, (iii) bens manufaturados como farinhas, produtos comestíveis e alimentos.

### Exportações portuguesas para Timor-Leste, 2012

As importações de Timor-Leste a Portugal são reduzidas, no montante de cerca de US\$ 10 milhões, mas com potencial de crescimento, por via do crescimento da economia timorense e da futura abertura do Porto da Baía de Tibar. Há, no entanto, necessidade de estabelecer as relações necessárias na região e de criar redes económicas desde já.

Quanto às relações com a CPLP, só o Brasil tem relevância em termos de produtos importados por Timor-Leste.

Em 2012, Timor-Leste importou dos seus parceiros comerciais um valor global de US\$ 353 milhões, valor marginal quando comparado com o valor global das suas importações da ASEAN (US\$ 1.220 mil milhões).

**Do total dos produtos importados por Timor-Leste a Portugal, no total de cerca de US\$ 10 milhões, identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 91% das importações, no total de cerca de US\$ 9 milhões:**

Equipamento de telecomunicação; Material impresso; Bebidas alcoólicas; Estruturas e peças, de ferro, aço, alumínio; Válvulas e tubos catódicos; Aparelho para circuitos elétricos; tabuleiro, painéis; Gorduras vegetais fixos e óleos, refinado; Carne, miudezas, comestíveis, preparados, conservados; Artigos confeccionados, de matérias têxteis; Preparações de cereais, farinha de frutas ou vegetais; Peixes fresco ou congelado; Máquinas e aparelhos elétricos; Leite e produtos lácteos; Peixes, animais invertebrados, preparados, conservados; Máquinas de processamento de dados; Veículos automóveis para transporte de pessoas; Máquinas para a construção civil; Legumes, raízes, tubérculos, preparados, conservados; Talheres; Produtos comestíveis e preparações; Outras carnes e miudezas comestíveis; Equipamento mecânico manuseio e componentes; Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixe fumado; Luminárias e acessórios; Equipamento para distribuição de energia elétrica.

Fonte: UNCTADStat, dados 2012

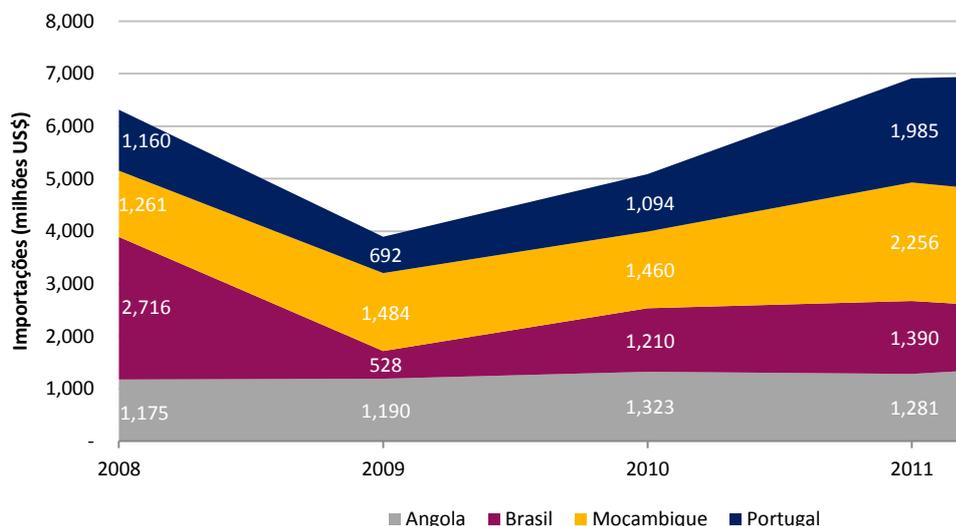
### 2.3.3. Trocas comerciais entre a CPLP, as regiões económicas e os países dominantes das comunidades regionais

#### 2.3.3.1. Trocas comerciais entre a CPLP e a SADC

#### Importações da CPLP à SADC

As exportações da SADC para Brasil e Portugal cresceram, em média, 15% por ano, entre 2008 e 2012

Gráfico 42 - Importações CPLP da SADC



A CPLP é responsável somente por cerca de 3,3% das exportações da SADC, sendo que apenas Portugal e Brasil apresentam valores dignos de registo.

Tabela 9- Importações da CPLP à SADC

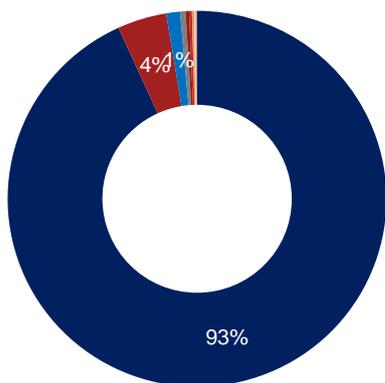
	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n.e.
Angola	1.569,25	16,35%	6,99%	0,87%	3,21%	0,12%	20,07%	11,87%	31,82%	8,51%	0,19%
Brasil	796,77	0,72%	1,35%	5,14%	24,39%	0,05%	30,64%	29,14%	7,64%	0,84%	0,08%
Cabo Verde	0,89	15,19%	0,92%	0,78%	0%	0%	13,84%	6,86%	50,29%	10,84%	1,26%
Guiné-Bissau	0,54	0,00%	0%	7,03%	6,13%	0%	5,74%	10,67%	69,08%	1,35%	0%
Macau	11,11	10,71%	1,33%	1,15%	0%	0%	0,11%	0,24%	35,34%	5,83%	45,25%
Moçambique	2.075,94	12,21%	1,48%	2,03%	19,11%	0,18%	9,65%	16,59%	31,46%	7,22%	0,07%
Portugal	2.601,76	7,26%	0,85%	0,90%	88,35%	0,00%	0,37%	1,00%	0,35%	0,23%	0,69%
São Tomé e Príncipe	32,77	0,05%	0,26%	0,01%	98,38%	0,00%	0,40%	0,17%	0,42%	0,32%	0,00%
Timor-Leste	1,14	0%	0%	77,04%	0,07%	0%	0,03%	0,55%	21,97%	0,33%	0,00%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Portugal tem vindo a aumentar a sua importância no seio da SADC, nomeadamente através da crescente importação de produtos da SADC. Entre 2008 e 2012, Portugal aumentou a sua quota nas exportações da SADC de 0,68% para 2,81%.

O Brasil surge como o 2º país da CPLP, não pertencente ao bloco, em termos de destino das exportações dos países membros da SADC, representando cerca de 0,48% das exportações da zona.

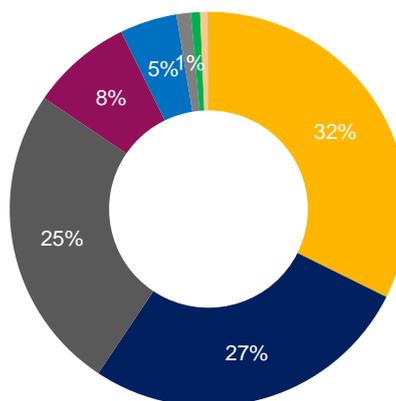
**Gráfico 43 – Importações portuguesas da SADC (2012)**



- Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados
- Alimentos e animais vivos
- Matérias-primas (exceto combustíveis)
- Bebidas e tabaco

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

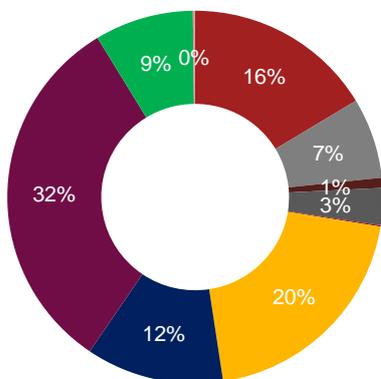
**Gráfico 44 – Importações brasileiras da SADC (2012)**



- Químicos e produtos relacionados
- Bens manufacturados
- Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados
- Maquinaria e equipamentos de transporte
- Matérias-primas (exceto combustíveis)
- Bebidas e tabaco
- Outros artigos manufacturados
- Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

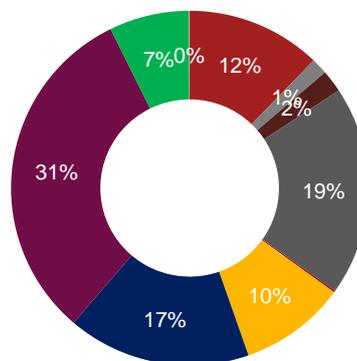
**Gráfico 45 – Importações angolanas da SADC (2012)**



- Alimentos e animais vivos
- Bebidas e tabaco
- Matérias-primas (exceto combustíveis)
- Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados
- Químicos e produtos relacionados
- Bens manufacturados
- Maquinaria e equipamento de transporte
- Outros artigos manufacturados

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

**Gráfico 46 – Importações moçambicanas da SADC (2012)**



- Alimentos e animais vivos
- Bebidas e tabaco
- Matérias-primas (exceto combustíveis)
- Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados
- Químicos e produtos relacionados
- Bens manufacturados
- Maquinaria e equipamento de transporte
- Outros artigos manufacturados

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

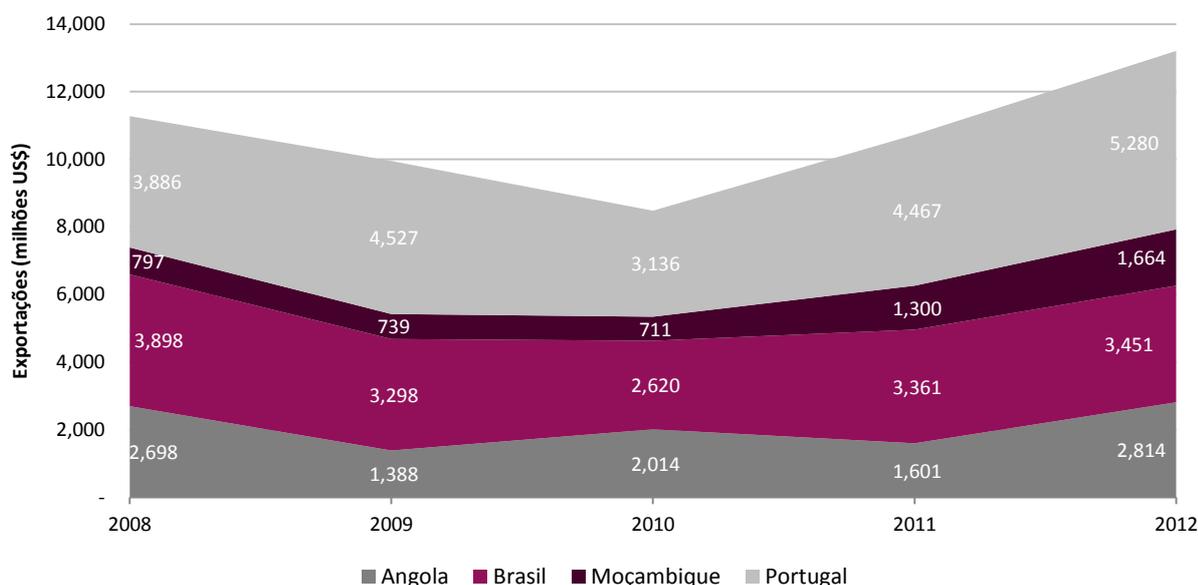
Enquanto Portugal importa quase exclusivamente combustíveis da SADC, o Brasil importa também químicos e outros bens manufacturados, bem como alguma maquinaria.

### Exportações da CPLP para a SADC

Analisando a relação comercial na vertente por países membros da SADC com origem nos países pertencentes à CPLP, apenas Portugal e Brasil apresentam níveis significativos no contexto global. Portugal merece especial destaque pelo aumento do volume de exportações para a SADC (crescimento médio anual de 21%, entre 2008 e 2012).

*As importações da SADC para Brasil e Portugal cresceram, em média, 13% por ano, entre 2008 e 2012*

Gráfico 47 – Exportações da CPLP para a SADC



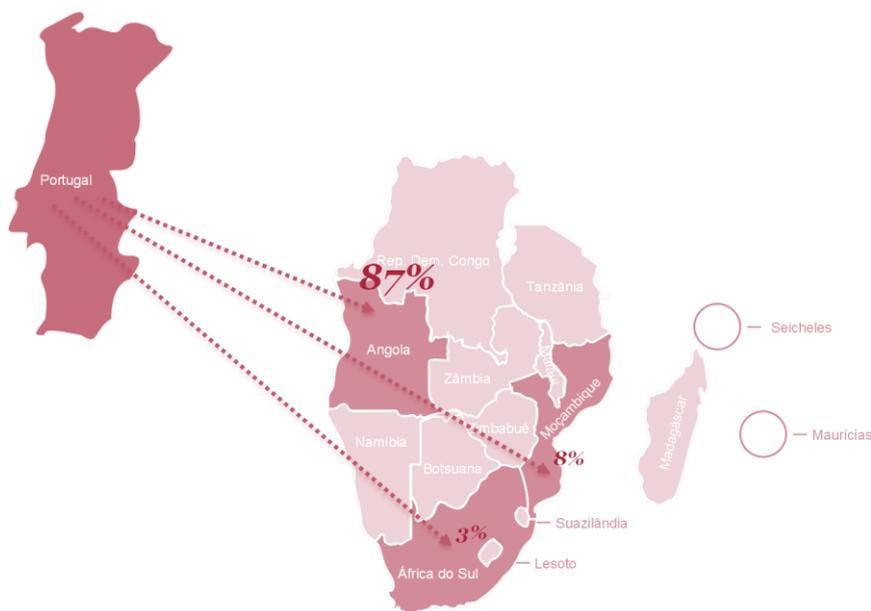
Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Tabela 10– Exportações da CPLP para a SADC

	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras	Químicos e produtos relacionados	Bens manufacturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufacturados	Commodities e transações n.e.
Angola	2.813,63	0,15%	0,02%	0,02%	98,32%	0,02%	0,00%	1,20%	0,26%	0,02%	0,00%
Brasil	3.450,91	42,43%	1,33%	4,34%	0,80%	1,15%	4,80%	9,35%	19,53%	5,81%	10,47%
Cabo Verde	0,20	14,69%	0%	0%	0%	0%	0,00%	56,87%	17,99%	9,87%	0,57%
Guiné-Bissau	0,02	0%	0%	63,36%	1,29%	0%	0%	0%	1,57%	0%	33,78%
Macau	5,16	1,23%	0%	0%	0%	0,07%	0,26%	84,69%	6,38%	4,77%	2,59%
Moçambique	1.664,15	6,58%	0,82%	3,54%	76,79%	0,61%	0,98%	3,25%	4,97%	2,46%	0,01%
Portugal	5.279,87	10,19%	9,52%	0,43%	1,13%	1,60%	8,39%	22,65%	31,14%	14,63%	0,32%
São Tomé e Príncipe	0,12	5,49%	0%	0,82%	0%	0%	15,16%	14,95%	43,78%	19,51%	0,29%
Timor-Leste	0,20	0%	0%	0%	0%	0%	11,71%	16,18%	27,37%	44,69%	0,05%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

**Figura 4 - Principais destinos das exportações portuguesas para a SADC (2012)**



*Angola é o principal parceiro comercial de Portugal dentro da SADC, absorvendo 87% das exportações portuguesas para este mercado*

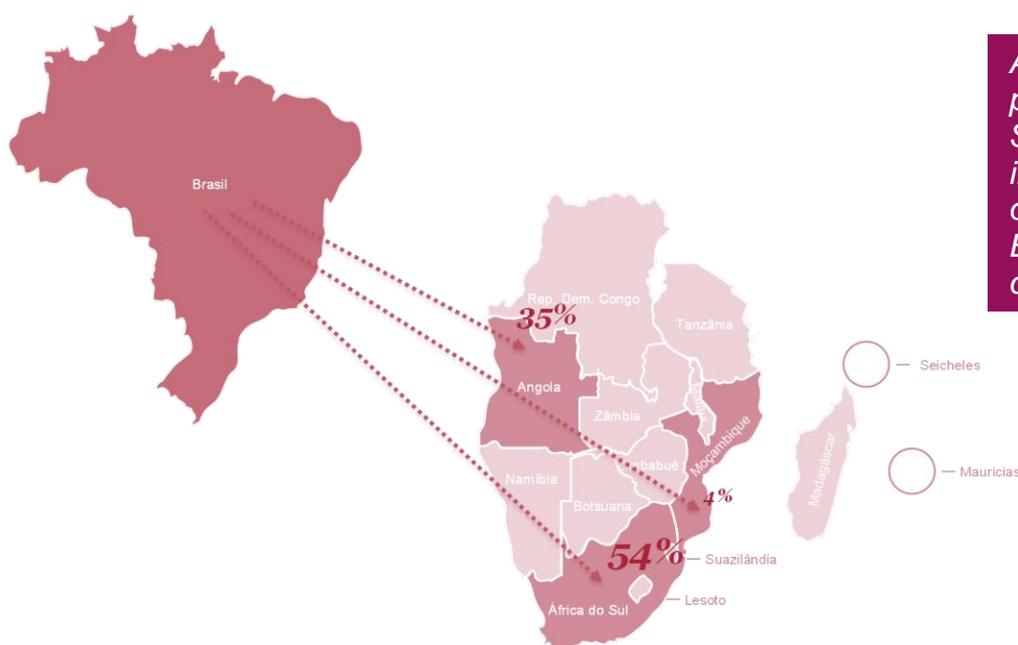
Fonte: International Trade Center

### Exportações portuguesas para a SADC (2012)

Quando observados os principais grupos de produtos exportados por Portugal para a SADC, os que apresentam maior peso são a maquinaria e equipamento de transporte e os bens manufacturados. São também de destacar os seguintes produtos: bebidas alcoólicas, estruturas e partes de estruturas de ferro, aço ou alumínio e móveis e suas partes, cujo principal destino é Angola.

De considerar igualmente a exportação de Portugal de máquinas e aparelhos, metais comuns, veículos e outros materiais de transporte, produtos alimentares, pastas celulósicas e papel e químicos, para Moçambique.

**Figura 5 - Principais destinos das exportações brasileiras para a SADC (2012)**



*África do Sul é o país que na SADC mais importa produtos oriundos do Brasil, seguido de Angola*

### Exportações brasileiras para a SADC (2012)

O Brasil apresenta uma forte exportação de alimentos para a SADC. São de destacar as “outras carnes e miudezas comestíveis”, com forte peso de Angola e da África do Sul, assim como os açúcares, melão e mel, neste caso com forte peso de Angola.

As exportações de móveis e suas partes apresentam também um valor relevante, tendo como principal destino, dentro da SADC, Angola.

O Brasil apresenta uma base diversificada de exportações, conseguindo exportar com relevo para a África do Sul (muito embora com base em produtos do setor primário).

O peso de Moçambique nas exportações do Brasil é diminuto.

### 2.3.3.1.1. Trocas comerciais entre a CPLP e a África do Sul

#### Importações

A CPLP, na sua relação comercial com a África do Sul apresenta um peso relativamente reduzido, apresentando no entanto uma balança comercial superavitária, sustentada fundamentalmente pelas exportações de petróleo de Angola. Em 2012, a comunidade representou 4,65% das exportações Sul-africanas, com destaque para Moçambique.

#### Principais importações moçambicanas da África do Sul (2012)

- Eletricidade - 195 M US\$
- Carvão - 140 M US\$
- Veículos de transporte de mercadorias - 85 M US\$
- Máquinas e equipamentos para a construção civil - 74 M US\$

#### Moçambique

*2,39% das exportações sul africanas*

A África do Sul representa cerca de 31% na quota de importações de Moçambique, sendo fornecedor de inúmeros produtos (com destaque para as exportações de eletricidade e carvão e ainda de maquinaria e equipamentos de transporte), traduzindo uma forte relação comercial.

#### Principais importações angolanas da África do Sul (2012)

- Fertilizantes - 147 M US\$
- Veículos de transporte de mercadorias - 94 M US\$
- Bebidas alcoólicas - 63 M US\$

#### Angola

*1,32% das exportações sul africanas*

Com Angola, o fluxo de exportações não é tão intenso como em relação a Moçambique, mas apresenta ainda assim uma grande diversidade de produtos exportados.

Os maiores fluxos em 2012 foram as exportações de fertilizantes (13%), veículos de transporte de mercadorias (8%) e bebidas alcoólicas (6%).

#### Principais importações brasileiras da África do Sul (2012)

- Carvão - 112 M US\$
- Inseticidas - 76 M US\$
- Outras matérias plásticas em formas primárias - 58 M US\$

#### Brasil

*0,84% das exportações sul africanas*

As exportações da África do Sul para o Brasil têm muito pouca

representatividade no total das importações brasileiras, correspondendo em 2012 a cerca de 0,38% das exportações sul-africanas (0,84%). O seu crescimento médio anual foi de 2,36% entre 2008 e 2012.

Ao nível dos combustíveis minerais exportados para o Brasil, destaca-se o carvão, que em 2012 liderou a lista dos bens exportados. Em segundo lugar surgiram nesse ano as exportações de inseticidas e em terceiro materiais plásticos.

### Principais importações portuguesas da África do Sul (2012)

- Frutas e nozes - 25 M US\$
- Ouro não monetário - 17 M US\$
- Peixe - 16 M US\$

No que se refere às importações portuguesas de produtos Sul-Africanos o grau de especialização é superior.

Em 2012, a importação portuguesa de bens alimentares liderou a tabela, sendo de destacar as compras de frutas e nozes e de peixe.

As compras de ouro não monetário também merecem destaque, representando 20% do volume de importações da África do Sul, sendo este país o principal fornecedor português de ouro nesse mesmo ano.

No entanto, a relevância proporcional nas importações nacionais e nas exportações sul-africanas é diminuta.

### Exportações

*A CPLP representou, em 2012, apenas 4,81% das importações sul-africanas*

As exportações dos países da CPLP têm aumentado de forma relativamente consistente e expressiva nos últimos 3 anos, com especial destaque para os parceiros CPLP inseridos na SADC, Angola e Moçambique, com crescimentos de, respetivamente, cerca de US\$ 2.6 mil milhões em 2011, para cerca de US\$ 4 mil milhões em 2012.

### Principais exportações angolanas para a África do Sul (2012)

- Óleos brutos de petróleo e de minerais betuminosos, crude - 2.766 M US\$

Angola apresenta um forte fluxo de exportação de petróleo para a África do Sul, potenciado pelos diversos acordos comerciais existentes que incluem a cooperação neste setor. Angola e África do Sul mantêm um acordo para exploração, refinação e distribuição de petróleo entre as principais empresas do ramo de ambos os países - a Sul-Africana PetroSA e a angolana Sonangol.

### Principais exportações brasileiras para a África do Sul (2012)

- Outras carnes e miudezas comestíveis - 183 M US\$
- Açúcar, melaço e mel - 108 M US\$
- Trigo - 88 M US\$
- Minério de ferro e seus concentrados - 88 M US\$

Nos últimos anos o perfil de exportações do Brasil para a África do Sul tem vindo a alterar-se, notando-se um aumento do peso dos produtos relacionados com o setor alimentar.

De facto, em 2012, são os produtos alimentares que ocupam o lugar cimeiro das trocas comerciais brasileiras para aquele país, com especial destaque para o abate e a preparação de produtos de carne e de pescado.

### Portugal

*0,10% das exportações sul africanas, com tendência decrescente*

### Angola

*2,28% das importações sul africanas*

### Brasil

*1,36% das importações sul africanas*

### Principais exportações moçambicanas para a África do Sul (2012)

- Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos > 70% óleo - 631 M US\$
- Gás Natural - 246 M US\$
- Eletricidade - 195 M US\$

#### **Moçambique**

1,03% das importações sul africanas

Moçambique tem um peso pouco expressivo nas importações Sul-Africanas.

As exportações moçambicanas correspondem essencialmente (87%) a exportações de petróleo, gás natural e eletricidade, não obstante a facilidade logística de acesso ao mercado.

### Principais exportações portuguesas para a África do Sul (2012)

- Veículos de transporte de pessoas - 12 M US\$
- Artigos de cortiça - 11 M US\$
- Portes e acessórios dos veículos automóveis - 10 M US\$
- Aparelhos elétricos para ligação ou proteção de circuitos - 6 M US\$

#### **Portugal**

Representação marginal nas importações sul africanas

As empresas nacionais não aproveitam o mercado Moçambicano como ponte para o mercado sul-africano, o que pode justificar a fraca penetração no referido mercado.

*As empresas portuguesas gozam de um acordo comercial celebrado entre a África do Sul e a União Europeia que prevê a redução ou mesmo isenção de tarifas nos produtos importados*

Graças ao forte desenvolvimento do setor automóvel na África do Sul (atualmente entre os 20 primeiros a nível mundial em termos de produção automóvel), Portugal tem visto aumentar o seu fluxo de exportações de veículos e outro material de transporte.

A cortiça também merece destaque, representando 7,17% do total das exportações portuguesas para África do Sul em 2012.

### 2.3.3.2. Trocas comerciais entre a CPLP e a CEDEAO

#### Importações da CPLP à CEDEAO

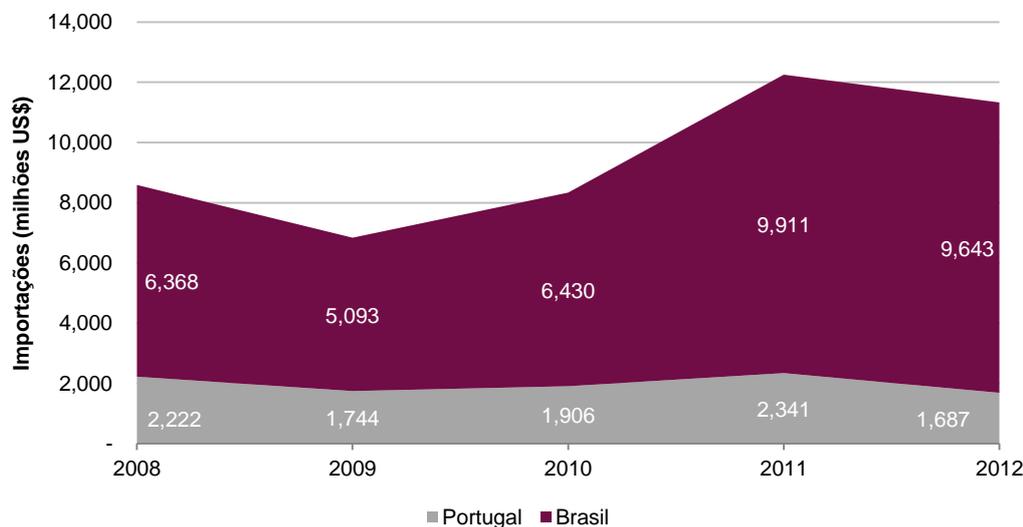
A CPLP é responsável por cerca de 6,9% das exportações da CEDEAO, sendo que apenas Portugal e Brasil apresentam valores dignos de registo.

Tabela 11– Importações da CPLP à CEDEAO

	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras	Químicos e produtos relacionados	Bens manufacturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufacturados	Commodities e transações n.e.
Angola	233,62	2%	0%	9%	34%	0%	7%	4%	40%	4%	0%
Brasil	9.740,44	2%	0%	0%	97%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Cabo Verde	13,52	19%	15%	11%	38%	0%	3%	2%	11%	3%	0%
Guiné-Bissau	67,73	25%	1%	2%	24%	2%	9%	23%	10%	5%	0%
Macau	0,15	49%	0%	0%	0%	0%	1%	0%	0%	48%	1%
Moçambique	0,88	2%	0%	3%	2%	0%	33%	7%	50%	3%	0%
Portugal	1.708,04	3%	0%	2%	91%	0%	0%	2%	1%	0%	0%
São Tomé e Príncipe	0,58	8%	1%	18%	1%	0%	16%	9%	24%	23%	0%
Timor-Leste	0,050	43%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	57%	0%	0%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Gráfico 48 – Importações CPLP da CEDEAO



As exportações da CEDEAO para estes 2 países cresceram, em média, 2,1% por ano, entre 2008 e 2012

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

O Brasil e Portugal importam quase exclusivamente combustíveis da CEDEAO. O Brasil apresenta uma Balança Comercial com a CEDEAO claramente deficitária (US\$ -7,3 mil milhões) e uma taxa de cobertura das importações pelas exportações inferior a 25%, Portugal apresenta um *deficit* comercial de cerca de US\$ 1,1 mil milhões.

## Exportações da CPLP para a CEDEAO

A Balança Comercial entre a CPLP e a CEDEAO apresenta-se fortemente deficitária, sendo que a taxa de cobertura das importações da CPLP, por exportações da CPLP, é de 26%, correspondendo a um saldo comercial negativo para a CPLP em US\$ 8,4 mil milhões.

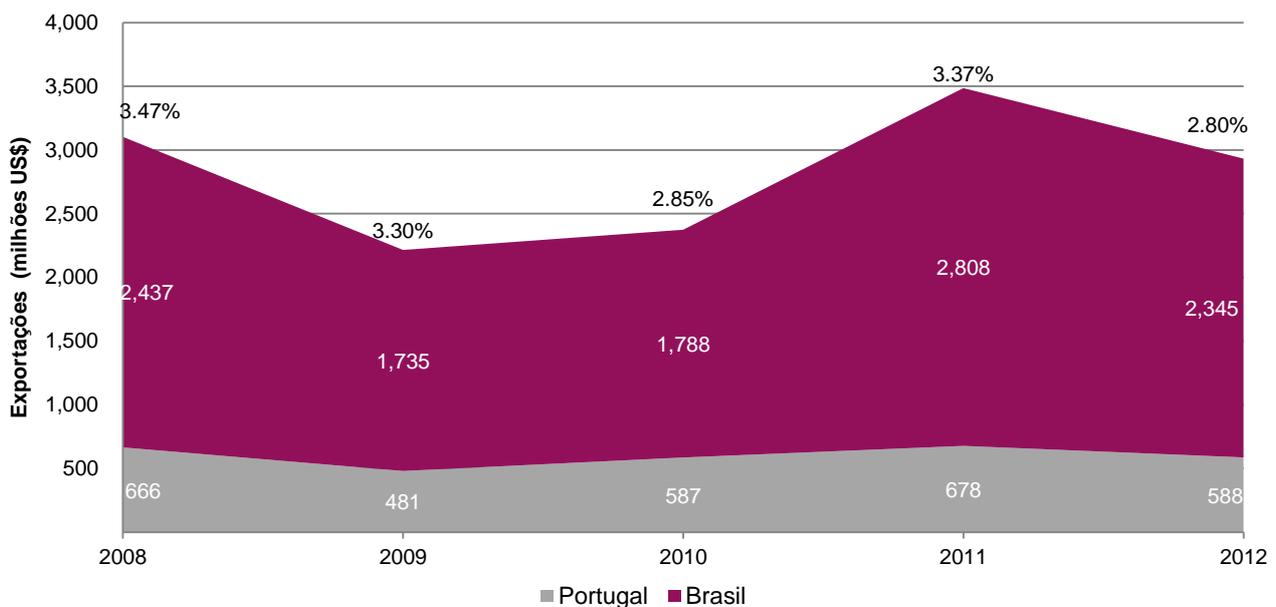
Analisando a relação comercial na vertente das importações da CEDEAO com os países pertencentes à CPLP, apenas Portugal e Brasil apresentam níveis significativos no contexto global. O Brasil apresenta um fluxo de exportações superior ao de Portugal (2 354 milhões de US\$ em 2012 face a 588 milhões de US\$) e as exportações de Portugal para a região têm vindo a decrescer 3,1%/ano.

Tabela 12– Exportações da CPLP para a CEDEAO

	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n.e.
Angola	63,03	1%	0%	7%	3%	0%	5%	18%	63%	4%	0%
Brasil	2.301,59	62%	2%	1%	4%	1%	10%	8%	12%	1%	0%
Cabo Verde	0,93	85%	6%	0%	0%	0%	1%	0%	5%	2%	0%
Guiné-Bissau	3,45	70%	0%	5%	16%	2%	0%	2%	6%	0%	0%
Macau	0,09	0%	0%	0%	0%	0%	89%	0%	1%	4%	5%
Moçambique	0,57	15%	0%	0%	32%	0%	0%	6%	31%	15%	0%
Portugal	593,45	11%	7%	1%	13%	3%	8%	28%	22%	7%	0%
São Tomé e Príncipe	0,51	25%	0%	37%	0%	21%	4%	9%	4%	0%	0%
Timor-Leste	3,41	0%	0%	0%	0%	0%	1%	27%	56%	16%	0%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Gráfico 49 - Exportações CPLP para a CEDEAO



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

### Exportações portuguesas para a CEDEAO (2012)

A CEDEAO importa de Portugal maioritariamente bens manufacturados, maquinaria e equipamentos de transporte e combustíveis que, no total, respeitam a 62% do valor dos produtos importados de Portugal.

De referir que o principal parceiro comercial de Portugal na CEDEAO é Cabo Verde.

### Exportações brasileiras para a CEDEAO (2012)

O Brasil exporta cerca de 5 vezes mais que Portugal para a CEDEAO, fundamentalmente alimentos e animais vivos e alguma maquinaria e equipamentos de transporte.

**Do total dos produtos importados pela CEDEAO a Portugal, no valor total de US\$ 593 milhões, identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 59% das importações do bloco, no montante de US\$ 353 milhões:**

Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos > óleo de 70%; Materiais de construção (cimento); Barras de ferro e aço, cantoneiras, perfis e seções; Bebidas alcoólicas; Gorduras vegetais e óleos, petróleo bruto, refinado; Gás propano e butano liquefeito; Aparelho para circuitos elétricos, tabuleiro, painéis; Bebidas não alcoólicas; Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários); Mobiliário e peças; Veículos a motor para transporte de mercadorias; Embarcações; Produtos comestíveis e preparações; Leite e produtos lácteos; Tubos e perfis ocos, acessórios, ferro, aço; Papel e cartão; Materiais de construção (tijolos); Artigos de plástico; Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio; Equipamento de telecomunicação; Máquinas para a construção civil; Metais comuns; Tabaco; Equipamento para distribuição de energia elétrica; Papel e cartão.

Fonte: UNCTADStat, dados 2012

## 2.3.3.2.1. Trocas comerciais entre a CPLP e a Nigéria

### Importações

Dos países da CPLP, Brasil e Portugal são os que mais importam da Nigéria. Em 2012, as importações de combustíveis minerais provenientes da Nigéria representaram 99% e 96% das importações destes países, respetivamente.

A CPLP representou, em 2012, 8,75% das exportações da Nigéria.

A Balança Comercial entre a CPLP e a Nigéria apresenta-se fortemente negativa, sendo as importações cobertas por menos de 15% das exportações. O único país da CPLP com saldo comercial positivo é Angola, que apenas exporta US\$50 milhões.

### Principais importações brasileiras da Nigéria (2012)

- Óleos brutos de petróleo, óleos de minerais betuminosos, crude - 8.610 M US\$
- Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos > 70% óleo - 325 M US\$
- Gás Natural - 170 M US\$

### Principais importações portuguesas da Nigéria (2012)

- Óleos brutos de petróleo, óleos de minerais betuminosos, crude - 911 M US\$
- Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos > 70% óleo - 106 M US\$
- Gás Natural - 478 M US\$

*A Petrobrás explora petróleo e gás, em parceria com um veículo de investimento gerido e administrado pela BTG Pactual, representando estes produtos cerca de 92% das exportações da Nigéria para o Brasil*

### Portugal

*1,55% das exportações da Nigéria*

## Exportações

A CPLP tem pouca representatividade nas importações da Nigéria. O Brasil é o país do grupo que mais se destaca, mas, mesmo assim, representa menos de 3% das importações da Nigéria, sendo a maioria das importações concentrada em bens alimentares (mel, açúcar e arroz).

### Brasil

*3% das importações da Nigéria*

### Principais exportações brasileiras para a Nigéria (2012)

- Açúcar, melaço e mel - 469 M US\$
- Arroz - 363 M US\$
- Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos > 70% óleo - 86 M US\$

O Brasil apresenta um saldo comercial negativo, entre exportações e importações com a Nigéria, de US\$ 7,8 mil milhões, apresentando uma taxa de cobertura das importações pelas exportações de 16%.

### Principais exportações portuguesas para a Nigéria (2012)

- Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos > 70% óleo - 21 M US\$
- Embarcações e estruturas flutuantes - 9 M US\$
- Tubos de ferro e aço - 6 M US\$

*Mais de metade das importações da Nigéria para o Brasil são exportações de bens alimentares, nomeadamente o açúcar e o arroz*

As relações comerciais da Nigéria com Portugal são estatisticamente irrelevantes. Em termos de categoria de produtos, em 2012, as exportações de Portugal correspondem em grande parte a maquinaria e equipamentos de transporte, sendo de destacar o fornecimento de embarcações e estruturas flutuantes e os veículos rodoviários. Ainda assim, o produto mais exportado por Portugal foram os óleos de petróleo ou de minerais betuminosos > 70.

### Portugal

*0,1% das importações da Nigéria*

## 2.3.3.3. Trocas comerciais entre a CPLP e a CEEAC

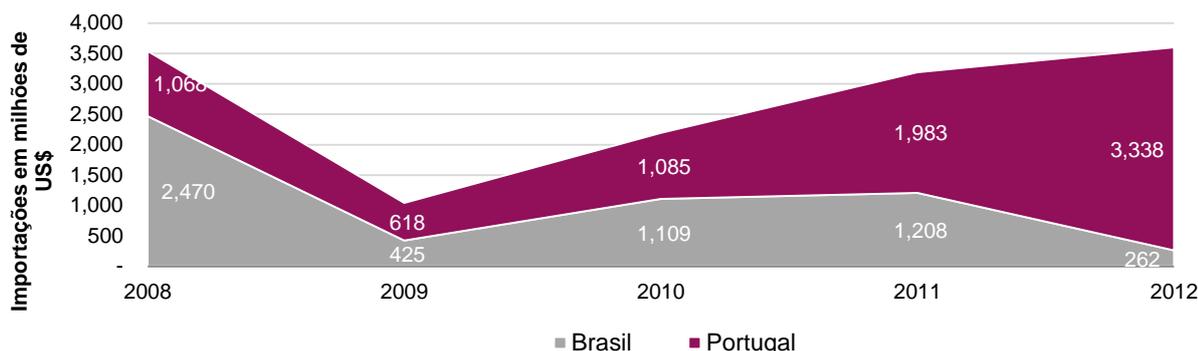
**Importações da CPLP à CEEAC**

A CPLP é responsável por cerca de 2,9% das exportações da CEEAC, sendo que apenas Portugal e Brasil apresentam valores dignos de registo.

**Tabela 13– Importações da CPLP à CEEAC**

	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n.e.
Angola	34,10	5%	5%	1%	2%	0%	6%	5%	71%	4%	0%
Brasil	262,33	0%	0%	0%	91%	0%	6%	2%	0%	0%	0%
Cabo Verde	0,31	0%	0%	5%	75%	0%	0%	0%	20%	0%	0%
Guiné-Bissau	0,00	0%	0%	0%	0%	0%	0%	20%	80%	0%	0%
Macau	0,40	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Moçambique	1,51	2%	2%	0%	0%	0%	18%	19%	56%	3%	0%
Portugal	3.338,26	0%	0%	2%	91%	0%	0%	0%	6%	0%	0%
São Tomé e Príncipe	38,70	6%	1%	0%	83%	0%	1%	1%	6%	1%	0%
Timor-Leste	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

**Gráfico 50 – Importações da CPLP à CEEAC (2008 – 2012)**

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Portugal tem vindo a aumentar a sua importância no seio da CEEAC, nomeadamente através da crescente importação dos produtos da CEEAC, em particular de Angola, entre 2008 e 2012. Portugal aumentou a sua quota nas exportações da CEEAC de apenas 0,95% das exportações da região, para 2,65%. O Brasil aparece como o 2º país da CPLP, não pertencente ao bloco, em termos de destino das exportações dos países membros da CEEAC, representando cerca de 0,21% das exportações da zona.

As exportações da CEEAC para Portugal cresceram, em média, cerca de 33% por ano, entre 2008 e 2012

Tanto o Brasil como Portugal importam quase exclusivamente combustíveis minerais (petróleo), representando este 91% das exportações dos países da CEEAC para os dois países. Portugal importa ainda alguma maquinaria e equipamento de transporte e o Brasil importa alguns produtos químicos e produtos relacionados.

### Exportações da CPLP para a CEEAC

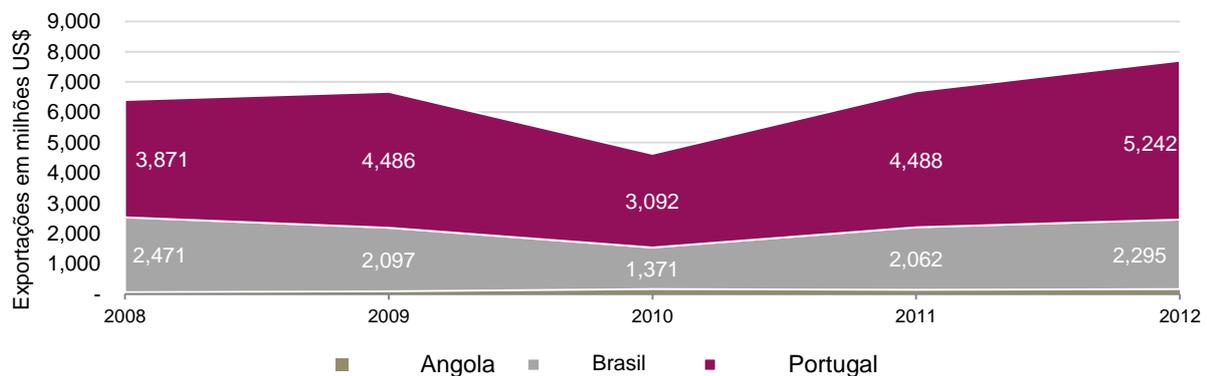
Analisando a relação comercial na vertente das importações da CEEAC com os países pertencentes à CPLP, apenas Portugal e Brasil apresentam níveis significativos no que respeita ao volume de produtos importado pelo bloco. Ambos os países (Portugal e Brasil) têm mantido um peso relativamente constante entre 2008 e 2009.

Tabela 14– Exportações da CPLP para a CEEAC

	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n.e.
Angola	165,55	0%	0%	1%	21%	0%	0%	2%	75%	1%	0%
Brasil	2.294,64	49%	0%	3%	1%	0%	4%	9%	21%	13%	0%
Cabo Verde	0,19	59%	5%	0%	0%	0%	10%	3%	0%	23%	0%
Guiné-Bissau	0,00	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%
Macau	0,13	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%
Moçambique	12,99	1%	0%	0%	0%	0%	0%	10%	79%	9%	0%
Portugal	5.241,84	10%	9%	1%	2%	2%	8%	24%	32%	14%	0%
São Tomé e Príncipe	0,34	33%	0%	2%	0%	0%	0%	3%	61%	1%	0%
Timor-Leste	0,00	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%	0%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Gráfico 51 – Exportações da CPLP para a CEEAC (2008 – 2012)



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

## Principais destinos de exportação de Portugal para a CEEAC (2012)

Angola é o principal parceiro de Portugal, dentro da CEEAC, absorvendo cerca de 88% das exportações portuguesas para este mercado

### Exportações portuguesas para a CEEAC, 2012

Os principais grupos de produtos exportados por Portugal para a CEEAC, a maquinaria e equipamentos de transporte e bens manufacturados (32%) são os que apresentam maior peso.

Em termos de produtos exportados, destacam-se os produtos mais importados por Angola, nomeadamente, as bebidas alcoólicas, as barras de ferro e aço e o mobiliário.

### Principais destinos de exportação do Brasil para a CEEAC, 2012

O principal cliente do Brasil é, de longe, Angola, com 67% das exportações do Brasil para este mercado.

### Exportações brasileiras para a CEEAC, 2012

O Brasil apresenta uma forte exportação de alimentos para a CEEAC, sendo de destacar também a exportação de maquinaria e equipamento de transporte.

Do total dos produtos importados pela CEEAC a Portugal, no montante de US\$ 5.2 mil milhões de US\$, são identificados de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 55% das importações do bloco, no montante de US\$ 2.9 mil milhões:

Bebidas alcoólicas; Barras de ferro e aço, barras, cantoneiras, perfis e seções; Mobiliário e peças; Estruturas e peças, ferro, aço, alumínio; Aparelho para circuitos eléctricos, tabuleiro, painéis; Aeronaves e equipamentos associados; Máquinas de construção civil; Carne, miudezas, comestíveis, preparados, conservados; Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários); Metais comuns; Artigos de plásticos; Equipamento para distribuição de energia eléctrica; Cal e cimento; Outras máquinas e aparelhos para as indústrias particulares; Bebidas não alcoólicas; Veículos a motor para transporte de mercadorias; Equipamentos de aquecimento e arrefecimento; Gorduras vegetais e óleos; Papel e cartão; Máquinas e aparelhos eléctricos; Geradores eléctricos; Peças e acessórios de veículos; Componentes e ferramentas mecânicas; Material para impressão; Materiais de construção.

Fonte: UNCTADStat, dados 2012

### 2.3.3.3.1. Trocas comerciais entre a CPLP e o Gabão

#### Importações

A CPLP representa apenas 0,25% do total das exportações do Gabão, sendo Portugal, de entre os membros da CPLP, aquele que mais produto importa do Gabão, representando 0,13% do total das exportações gabonenses.

A maioria dos produtos que Portugal importa do Gabão são cortiça e madeira.

#### Exportações

A CPLP representa apenas 1,45% do total de importações do Gabão, sendo que o Brasil é o principal responsável pelas exportações da CPLP para este país, representando 1,14% do seu total de importações. De entre os países membros da CPLP, e além do Brasil, apenas Portugal e Angola têm exportações para o Gabão com importância estatística.

Dado o decréscimo das exportações brasileiras para o Gabão, a CPLP diminuiu assim a sua participação nas importações totais do país, entre 2008 e 2012. No entanto, no mesmo período, Portugal conseguiu aumentar a sua participação de 0,21% para 0,25%.

*As exportações gabonenses para a CPLP não são estatisticamente relevantes*

### Principais exportações brasileiras para o Gabão (2012)

- Carnes – 29,59 M US\$
- Produtos lácteos e ovos – 2,4 M US\$

**Brasil**  
1,14% das importações do Gabão

### 2.3.3.4. Trocas comerciais entre a CPLP e o Mercosul

#### Importações da CPLP ao MERCOSUL

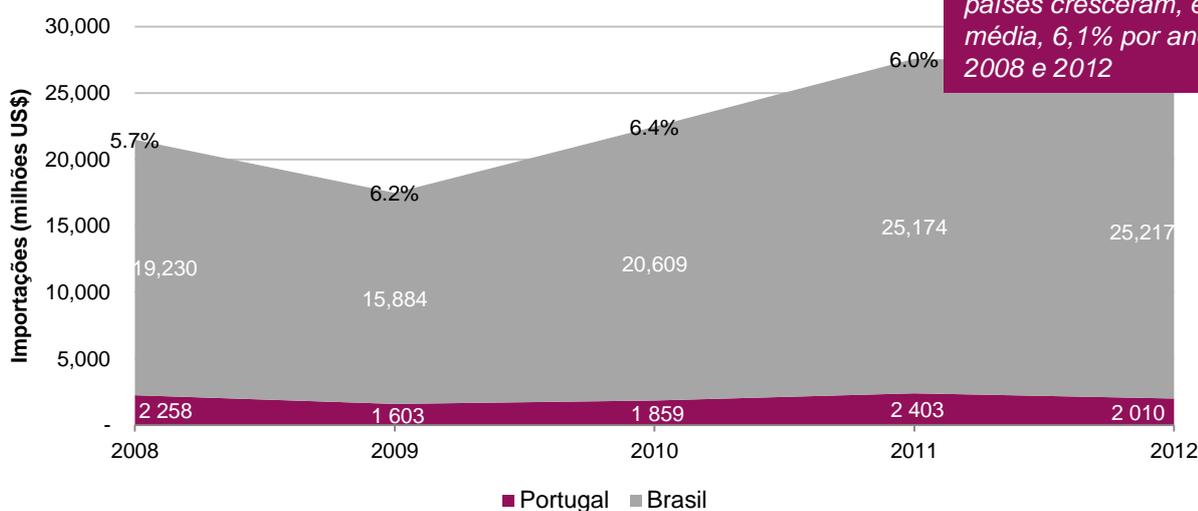
A CPLP é responsável por cerca de 6,1% das exportações do MERCOSUL, sendo que apenas Portugal e o Brasil apresentam valores estatisticamente relevantes.

Tabela 15– Importações da CPLP ao Mercosul

	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n.e.
Angola	1.387,38	59%	0%	2%	0%	3%	4%	7%	15%	9%	0%
Brasil	25.216,70	19%	0%	2%	29%	0%	9%	6%	32%	2%	0%
Cabo Verde	33,90	78%	1%	0%	0%	0%	3%	13%	0%	4%	0%
Guiné-Bissau	5,93	93%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	5%	0%	1%
Macao	0,65	40%	5%	0%	0%	0%	3%	48%	0%	4%	0%
Moçambique	197,95	35%	0%	0%	1%	25%	2%	5%	24%	6%	2%
Portugal	2.010,48	14%	2%	19%	49%	1%	5%	3%	3%	1%	3%
São Tomé e Príncipe	0,55	60%	0%	0%	0%	0%	2%	20%	9%	10%	0%
Timor-Leste	2,58	86%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	7%	5%	0%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Gráfico 52 – Importações CPLP do Mercosul



As exportações do MERCOSUL para estes 2 países cresceram, em média, 6,1% por ano, entre 2008 e 2012

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

A análise do crescimento das exportações do MERCOSUL para a CPLP encontra-se fortemente influenciada pelas importações do Brasil que no período entre 2008 e 2012 cresceram 7.0%, por outro lado, durante o mesmo período, as importações de Portugal decresceram 2.9%. Ainda assim, em termos de análise da CPLP como um bloco estaremos perante um crescimento médio entre 2008 e 2012 de 6.1%.

### Exportações da CPLP para o MERCOSUL

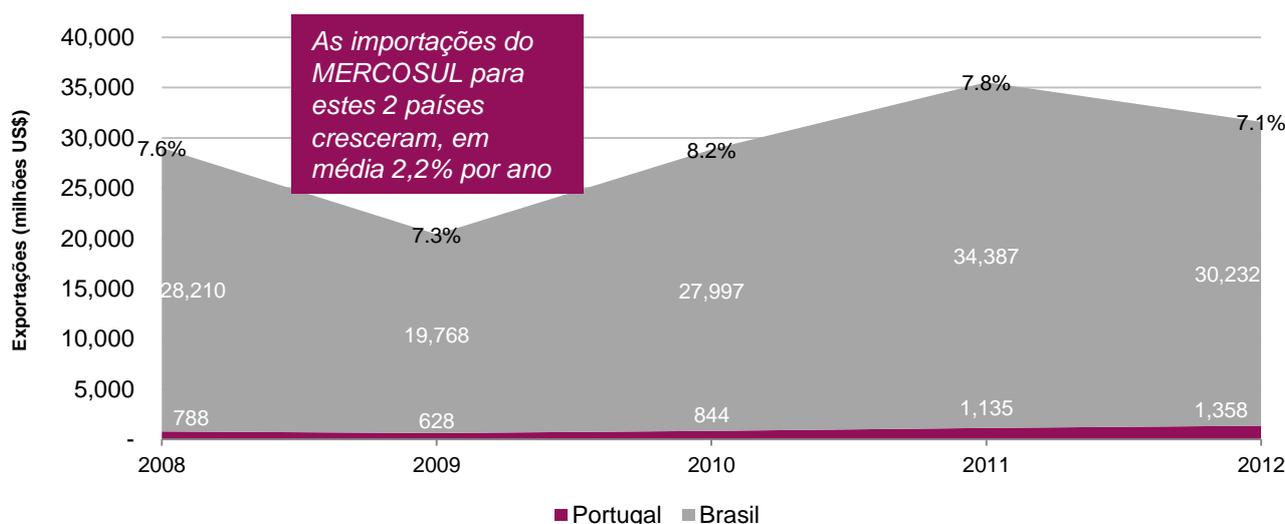
Analisando a relação comercial na vertente das exportações da CPLP para os países membros do Mercosul, apenas Portugal e Brasil apresentam níveis significativos no contexto global. Portugal merece especial destaque pelo aumento do volume de exportações para o MERCOSUL (crescimento médio anual de 21%, entre 2008 e 2012), embora se apresente residual quando comparado com o Brasil.

Tabela 16– Exportações da CPLP para o Mercosul

	Total	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n.e.
Angola	46,04	0%	0%	0%	99%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Brasil	30.232,29	12%	1%	4%	4%	0%	14%	18%	43%	5%	0%
Cabo Verde	0,02	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	99%	0%	0%
Guiné-Bissau	4,87	100%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Macau	12,19	0%	0%	0%	0%	0%	4%	2%	87%	7%	0%
Moçambique	27,76	0%	20%	1%	77%	0%	1%	0%	1%	0%	0%
Portugal	1.357,88	13%	3%	3%	6%	15%	7%	20%	28%	4%	0%
São Tomé e Príncipe	0,00	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	100%	0%	0%
Timor-Leste	0,01	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	27%	15%	59%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Gráfico 53 - Exportações da CPLP para o Mercosul



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

### Principais destinos das exportações portuguesas para o Brasil (2012)

Brasil é o principal parceiro comercial de Portugal no MERCOSUL, absorvendo 88% das exportações portuguesas para este mercado.

### Exportações portuguesas para o Mercosul (2012)

Quando observados os principais grupos de produtos exportados por Portugal para o MERCOSUL, os que apresentam maior peso são a maquinaria e equipamentos de transporte e os bens manufacturados.

Relativamente aos produtos portugueses exportados, dada a influência do Brasil, salientam-se as gorduras vegetais e os óleos refinados, os peixes secos, salgados ou em salmoura, os peixes fumados, os peixes frescos ou congelado, as barras de ferro e aço, cantoneiras, perfis e seções, os equipamentos de aquecimento e refrigeração, as frutas e frutos secos e materiais de construção (cimento).

### Exportações brasileiras para os restantes países do MERCOSUL (2012)

O Brasil tem um peso substancial nas trocas intra-MERCOSUL (37,4%), exportando uma grande diversidade de produtos para os demais Estados da região: maquinaria e equipamentos (43,9%), bens manufacturados (17,3%), químicos (13,0%) e alimentos e animais vivos (9,9%).

Do total dos produtos importados pelo MERCOSUL a Portugal, no total de US\$ 1.358 milhões, identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 71% das importações, no total de cerca de US\$ 971 milhões:

Gorduras vegetais e óleo refinado; Peixes secos, salgados ou em salmoura, peixe fumado; Peixe fresco ou congelado; Barras de ferro e aço, cantoneiras, perfis e seções; Equipamentos de aquecimento e refrigeração; Frutas e frutos secos (nozes); Materiais de construção (cimento); Máquinas de processamento de dados; Gás natural; Bebidas alcoólicas; Partes não elétricas e acessórios de máquinas; Máquinas de energia elétrica; Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos > óleo de 70%; Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio; Cortiça; Minérios e concentrados de cobre; Hidrocarbonetos e halogenados; Equipamento de telecomunicação; Válvulas e tubos catódicos; Veículos automóveis para transporte de pessoas; Geradores; Peças e acessórios dos veículos; Aparelho para circuitos elétricos, tabuleiro, painéis; Outras matérias plásticas em formas primárias; Produtos residuais de petróleo.

Fonte: UNCTADStat, dados 2012

Figura 6 - Principais destinos das exportações brasileiras para o MERCOSUL (2012)



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

O Brasil apresenta uma forte exportação de maquinaria e equipamentos para o MERCOSUL. Destacam-se os veículos de transporte de pessoas e bens e partes e acessórios de veículos.

## 2.3.3.5. Trocas comerciais entre a CPLP e a ASEAN

**Importações da CPLP à ASEAN**

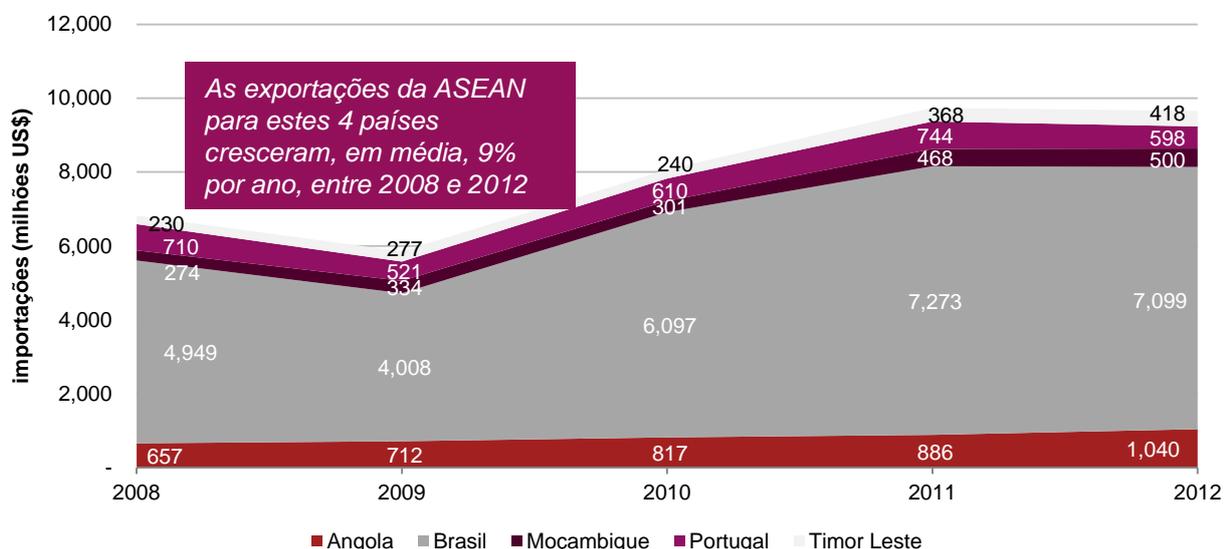
A CPLP é responsável por importar pouco mais de 0,78% das exportações da ASEAN, sendo que entre os países lusófonos são o Brasil e Angola aqueles que recebem a grande fatia das exportações da ASEAN.

Tabela 17– Importações da CPLP à ASEAN

	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n.e.
Angola	1.039,64	24%	1%	0%	19%	17%	9%	7%	17%	7%	1%
Brasil	7.098,74	3%	0%	8%	1%	6%	6%	17%	42%	17%	0%
Cabo Verde	9,58	79%	0%	1%	0%	0%	5%	2%	10%	3%	0%
Guiné-Bissau	5,18	17%	0%	0%	0%	61%	3%	12%	6%	0%	0%
Macau	154,60	14%	8%	4%	0%	0%	11%	6%	36%	20%	1%
Moçambique	500,14	24%	0%	2%	26%	16%	8%	5%	16%	3%	0%
Portugal	595,49	20%	0%	11%	5%	0%	7%	15%	27%	12%	2%
São Tomé e Príncipe	2,75	36%	0%	0%	0%	52%	7%	2%	2%	0%	0%
Timor-Leste	418,38	26%	9%	7%	13%	2%	4%	13%	20%	6%	0%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Gráfico 54 - Importações CPLP da ASEAN



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Portugal tem vindo a perder importância nas exportações da ASEAN, tanto em termos relativos, como em termos absolutos, passando a importar desta região apenas US\$ 598 milhões em 2012, quando em 2008 importava US\$ 710 milhões. Por contrapartida, o Brasil aumentou consideravelmente a sua importância, tanto a nível relativo como absoluto, sendo responsável por 76% do aumento total das importações da ASEAN pelos países lusófonos e aumentando as suas importações da região a um ritmo médio de 9,44% por ano.

## Exportações da CPLP à ASEAN

Analisando as importações da ASEAN com origem nos países membros da CPLP, praticamente apenas o Brasil apresenta valores historicamente relevantes, sendo que Timor Leste e Angola têm vindo a ganhar peso e relevância ao longo dos últimos anos. Portugal tem vindo a perder importância no fornecimento de produtos aos mercados da ASEAN, passando a exportar apenas US\$ 301 milhões em 2012, o que compara mal com o valor das suas exportações de 2008, US\$ 631 milhões.

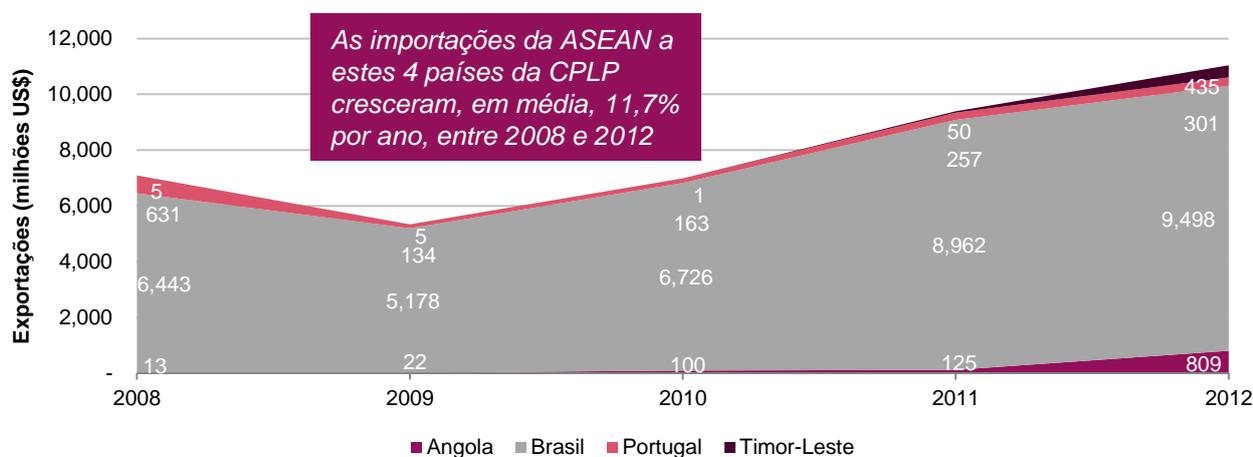
No todo, a CPLP forneceu pouco mais de 0,90% das importações anuais totais da ASEAN em 2012, tendo ainda assim aumentado a sua importância relativa, a qual se situava em apenas 0,75% das importações anuais totais da ASEAN em 2008, sendo que só o Brasil foi responsável por perto de 77% deste aumento. Apesar do Brasil ser o grande responsável pelos ganhos da CPLP, Timor Leste e Angola foram os países que na CPLP mais significativamente cresceram no fornecimento de produtos à ASEAN, com taxas médias anuais de crescimento superiores a 199% e 183%, respetivamente, entre 2008 e 2012.

Tabela 18– Exportações da CPLP para a ASEAN

	Total (milhões US\$)	Alimentos e animais vivos	Bebidas e tabaco	Matérias-primas (exceto combustíveis)	Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras	Químicos e produtos relacionados	Bens manufaturados	Maquinaria e equipamento de transporte	Outros artigos manufaturados	Commodities e transações n. e.
Angola	808,65	0%	0%	1%	99%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Brasil	9491,19	33%	3%	28%	10%	0%	3%	11%	7%	1%	4%
Cabo Verde	1,52	0%	0%	2%	0%	0%	0%	0%	96%	2%	0%
Guiné-Bissau	0,13	0%	0%	99%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Macau	34,59	0%	4%	0%	0%	0%	2%	32%	26%	33%	2%
Moçambique	49,36	9%	16%	70%	0%	0%	0%	3%	1%	0%	0%
Portugal	300,73	1%	1%	3%	0%	0%	4%	14%	61%	14%	1%
São Tomé e Príncipe	0,14	0%	0%	0%	0%	0%	30%	12%	58%	0%	1%
Timor-Leste	434,97	0%	0%	0%	99%	0%	0%	0%	0%	0%	0%

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Gráfico 55 – Exportações da CPLP para a ASEAN



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

### Exportações brasileiras para a ASEAN (2012)

O Brasil destaca-se pela exportação de alimentos e animais vivos. Adicionalmente, o Brasil também exporta em quantidades significativas matérias-primas que não combustíveis e alguns bens manufaturados.

#### Principais destinos das exportações brasileiras para a ASEAN (2012)

- Açúcar e mel – 1.096 M US\$
- Alimentos para animais – 1.024 M US\$

### Exportações portuguesas para a ASEAN (2012)

A grande maioria das poucas exportações portuguesas para os países da região centra-se em maquinaria e equipamento de transporte, sendo ainda relevante a exportação de alguns bens manufaturados, como o papel.

#### Principais exportações portuguesas para a ASEAN (2012)

- Válvulas e tubos – 62 M US\$
- Veículos a motor para o transporte de pessoas – 16 M US\$
- Partes acessórias de veículos – 16 M US\$

**Do total dos produtos importados pela ASEAN a Portugal no montante de US\$ 300 milhões identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 72% das importações, no montante de cerca US\$ 218 milhões:**

Válvulas e tubos catódicos; Veículos automóveis para transporte de pessoas; Peças e acessórios dos veículos; Produtos têxteis e máquinas de couro; Máquinas e aparelhos elétricos; Equipamento de telecomunicação; Gravadores de som ou de reprodução; Aparelho para circuitos elétricos; tabuleiro, painéis; Artigos de vestuário, de tecidos têxteis; Celulose; Papel e cartão; Outras máquinas e aparelhos para as indústrias particulares; Acessórios de tecidos; Vestuário para Mulher de tecidos têxteis; Matérias corantes orgânicas e sintéticas; Tecidos artificiais; Mobiliário e peças; Calçado; Rolamentos; Ferramentas manuais ou industriais; Motores de combustão interna; Fios têxteis; Obras de arte, peças de coleção e antiguidades; Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários); Partes não elétricas e acessórios de máquinas.

Fonte: UNCTADStat, dados 2012

### 2.3.3.5.1. Trocas comerciais entre a CPLP e a Indonésia

#### Importações

O Brasil é atualmente o principal destino das exportações da Indonésia na CPLP, absorvendo cerca de 76% das exportações para a CPLP, em 2011, e 72%, em 2012. Adicionalmente, registou um aumento significativo desde 2009. Timor – Leste surge em segundo lugar, representando cerca de 13% do valor global das exportações para a CPLP.

#### Principais importações brasileiras à Indonésia (2012)

- Bens manufaturados - 407 M US\$
- Óleos vegetais e animais, gorduras e ceras - 314 M US\$

#### Exportações

A CPLP, em 2012, apresentou um saldo comercial positivo em cerca de US\$ 400 milhões, contrariando o défice de cerca de US\$ 300 milhões registado em 2011. Esta alteração decorre, fundamentalmente, da intensificação das relações com Angola, de onde a Indonésia importou mais US\$ 300 milhões em 2012, e de uma variação favorável à balança comercial brasileira, resultante do aumento das exportações do Brasil para a

Indonésia e de uma simultânea redução das importações deste país. Timor-Leste apresenta um peso reduzido nas relações comerciais, nelas assumindo, fundamentalmente, o papel de país importador.

### 2.3.3.6. Trocas comerciais entre a CPLP e a China Continental<sup>21</sup>

#### ***Importações da CPLP com origem na China Continental***

---

Apenas o Brasil, Angola e Portugal apresentam valores com relevância estatística relativamente à absorção das exportações chinesas.

O Brasil apresenta-se como o maior parceiro da China no seio da CPLP, tendo uma Balança Comercial superavitária com a China. Com efeito o Brasil absorve apenas um pouco mais de US\$ 33 mil milhões em produtos chineses, mas exporta mais de US\$ 51 mil milhões para a China. De referir que, não obstante, o Brasil figura no top20 dos mercados de destino das exportações chinesas.

O Brasil foi ainda o país que mais aumentou as suas exportações provenientes da China, com um crescimento médio entre 2008 e 2012 de 15,45% por ano, seguido por Angola com 8,24% e por Portugal com 1,93%.

#### **Principais importações brasileiras da China Continental (2012)**

- Aparelhos de gravação de som e telecomunicações - 3.267 M US\$
- Aparelhos e equipamento elétrico - 3.845 M US\$

#### **Principais importações angolanas da China (2012)**

- Veículos automóveis - 456 M US\$
- Ferro e aço - 361 M US\$

#### **Principais importações portuguesas da China Continental (2012)**

As principais categorias de produtos importadas são:

- Aparelhos de gravação de som e telecomunicações - 314 M US\$
- Maquinaria de escritório e equipamento informático - 361 M US\$

Ainda por referência aos países da CPLP, as exportações chinesas concentram-se em produtos manufacturados e maquinaria e equipamento de transporte. Enquanto o Brasil e Portugal importam em larga escala aparelhos de gravação de som e aparelhos de telecomunicação, Angola importa maioritariamente veículos automóveis.

---

<sup>21</sup> A RAE de Macau e a RAE de Hong Kong dispõem de pauta aduaneira autónoma à China Continental.

## Exportações para a China Continental

As importações chinesas dos países membros da CPLP sofreram uma evolução semelhante à evolução das importações chinesas totais, com decréscimo em 2009 e uma forte recuperação desde então.

Na CPLP, os mercados fornecedores da China mais relevantes são o Brasil e Angola, sendo que Portugal apresenta também valores relevantes. A CPLP representa mais de 5,25% das importações totais chinesas, sendo que nas importações totais do país, o Brasil representa 3,13% (matérias-primas), Angola 2,01% (petróleo) e Portugal 0,09% (veículos automóveis).

As exportações portuguesas para a China cresceram a um ritmo médio de 40,61% por ano, entre 2008 e 2012, levando a que Portugal passasse a representar 0,09% das importações totais chinesas em 2012, contra apenas 0,03% em 2008

Apesar da relevância do Brasil, o destaque no crescimento das exportações para a China vai para Portugal, que conseguiu aumentar as suas exportações para o gigante asiático à média de 40,61% por ano, entre 2008 e 2012. Em conjunto, as exportações dos países que compõem a CPLP para a China cresceram cerca de 14% por ano.

### Principais exportações brasileiras para a China (2012)

- Minérios metálicos - 23.128 M US\$
- Óleos e sementes oleaginosas - 14.260 M US\$

### Principais exportações angolanas para a China (2012)

- Petróleo - 33.373 M US\$

A quase totalidade das exportações angolanas para a China corresponde a petróleo, sendo o 2º maior fornecedor deste produto à China, atrás apenas da Arábia Saudita. Aliás, Angola exporta mais de 12,5% de todo o petróleo que a China importa anualmente, o que também justifica a relevância das relações entre ambos os Estados.

### Principais exportações portuguesas para a China (2012)

- Veículos automóveis 623 M US\$

As exportações de veículos automóveis têm sido um dos grandes motores de crescimento das exportações portuguesas para a China, representando já perto de 42% das exportações totais de Portugal para este mercado.

A Autoeuropa alterou o seu processo de distribuição durante o ano de 2011, passando a exportar a sua produção diretamente do porto de Setúbal para a China, em vez de exportar para a Alemanha que posteriormente exportava para a China

Do total dos produtos importados pela China Continental a Portugal identificamos de seguida, por ordem decrescente, os 25 principais produtos que representam 91% das importações, no montante de US\$ 1.5mil milhões, sendo que as exportações de veículos correspondem a 40% do total das importações:

Veículos automóveis para transporte de pessoas; Válvulas e tubos catódicos; Minérios de cobre e concentrados; Pedra, areia e cascalho; Celulose e desperdício de papel; Aparelho para circuitos elétricos; tabuleiro, painéis; Artigos de vestuário, de tecidos têxteis; Base de resíduos de metais não ferrosos e de sucata; Calçado; Resíduos e aparas de plásticos; Cortiça; Máquinas e aparelhos elétricos; Roupas de tecidos de homem; Hidrocarbonetos; Bebidas alcoólicas; Peixe fresco ou congelado; Fibras sintéticas adequadas para a fição; Mobiliário e peças; Roupas para mulher; Equipamento de telecomunicação e partes; Peças e acessórios dos veículos; Pneus de borracha, bandas de rodagem ou abas e câmara-de-ar; Fios têxteis; Aparelhos para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas, etc.; Aparelhos de medição, análise e controle.

Fonte: UNCTADStat, dados de 2012

## 2.4. Investimento direto estrangeiro de e para a CPLP

Pela dimensão das economias que compõem a CPLP os países mais relevantes em termos de atratividade de investimento direto estrangeiro (IDE), têm sido o Brasil, Portugal e Moçambique.

Relativamente à evolução do IDE em cada um dos países da CPLP, verificam-se valores positivos em praticamente todos os países, com exceção de Angola.

O Brasil, em particular, registou entre 2011 e 2012, níveis de investimento direto estrangeiro particularmente elevados, quando comparado com o período de 2008 a 2010, tendo registado US\$ 66 mil milhões em 2011 e US\$ 65 mil milhões em 2012.

Angola registou valores negativos no período entre 2010 a 2012 que, de acordo com o Banco de Portugal<sup>22</sup>, refletem a recuperação do investimento anteriormente realizado por empresas petrolíferas estrangeiras.

<i>Inward Investment – Países CPLP (valor em US\$ milhões)</i>	2008	2009	2010	2011	2012
Angola	1,679.0	2,205.3	- 3,227.2	- 3,023.8	- 6,897.8
Brasil	45,058.2	25,948.6	48,506.5	66,660.1	65,271.9
Cabo Verde	209.2	119.4	111.5	93.1	70.9
Guiné-Bissau	5.1	17.5	33.2	25.0	16.2
Moçambique	591.6	892.5	1,017.9	2,662.8	5,218.1
Portugal	4,664.9	2,706.4	2,645.8	11,149.6	8,915.5
São Tomé e Príncipe	79.1	15.5	50.6	35.0	49.5
Timor-Leste	39.7	49.9	28.5	47.1	42.0

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Relativamente ao investimento dos países da CPLP no estrangeiro, há um conjunto de países com valores de investimento (valores positivos) e de desinvestimento (valores negativos) muito reduzidos, nomeadamente Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Angola e Portugal foram os dois países da CPLP que, entre 2008 e 2012, registaram valores positivos relevantes de investimento no estrangeiro.

<i>Outward Investment – Países CPLP (valor em US\$ milhões)</i>	2008	2009	2010	2011	2012
Angola	2,569.6	6.8	1,340.4	2,092.6	2,740.8
Brasil	20,457.1	-10,084.2	11,587.6	-1,029.0	-2,821.4
Cabo Verde	0.1	-0.2	0.0	1.4	-0.9
Guiné-Bissau	-0.8	-0.1	5.5	0.9	0.6
Moçambique	0.0	-2.8	0.8	-3.4	-8.5
Portugal	2,741.5	816.5	-7,493.2	14,905.2	1,915.0
São Tomé e Príncipe	0.1	0.2	0.1	0.3	0.5
Timor-Leste*	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

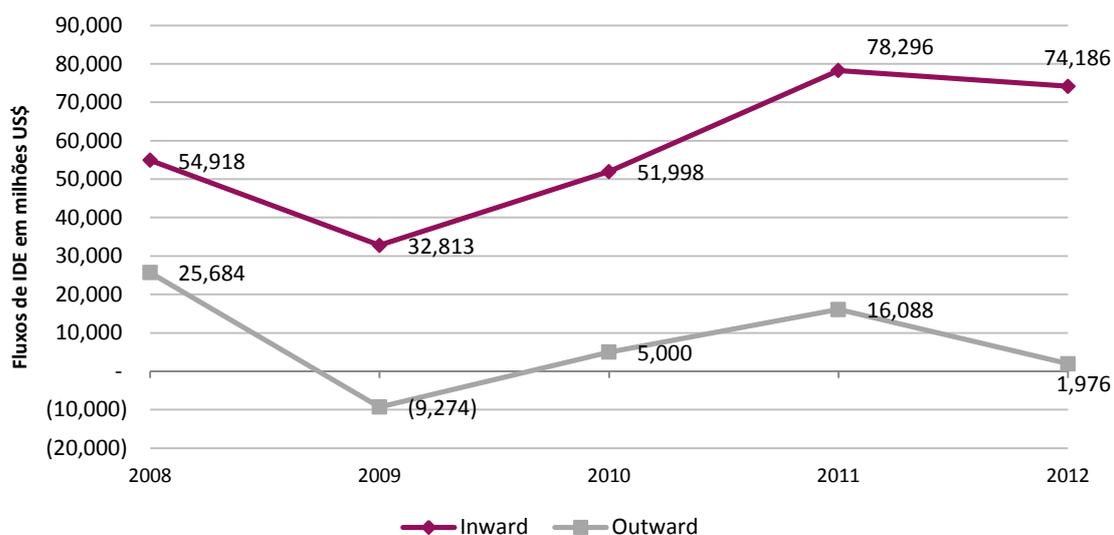
\*Dados não disponíveis

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Em termos de evolução dos fluxos de IDE na CPLP, verifica-se o crescimento acentuado do investimento direto estrangeiro (*inward*) entre 2009 e 2011, em grande medida por influência do Brasil e de Portugal.

<sup>22</sup> Relatório do Banco de Portugal, Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste, 2012/2013

Gráfico 56 - Fluxos de IDE de e para a CPLP, 2008-2012



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

## Brasil

Individualmente, o Brasil tem mantido uma elevada e crescente atratividade na captação de IDE.

### **Brasil**

*Maior destino de IDE na América Latina e 3º no mundo, em 2012, atrás apenas da China e dos EUA*

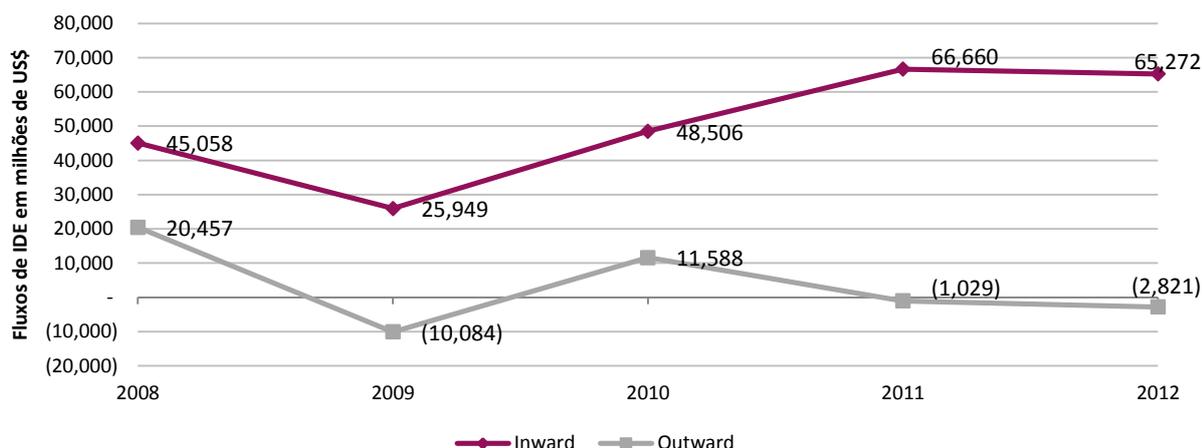
O acentuado decréscimo em 2009, decorreu da crise financeira internacional que provocou uma contração generalizada do IDE. Não obstante o ligeiro decréscimo entre 2011 e 2012, o Brasil manteve-se como o maior recetor de IDE da América Latina e o 3º maior do mundo<sup>23</sup>, seguido da China e dos EUA.

Para além dos esforços governamentais para tornar o IDE no Brasil mais atrativo, espera-se que os grandes eventos que ocorrerão no Brasil em 2014 e 2016 contribuam, também, para a divulgação do potencial económico do país e para atrair investimento estrangeiro.

A atratividade brasileira centra-se nos seus vastos recursos naturais, com destaque para o petróleo e gás natural, e no crescimento da sua classe média, incentivando o desenvolvimento do mercado interno. Porém, os custos elevados do investimento, o acesso ao crédito, a falta de mão-de-obra qualificada, a dificuldade na obtenção de licenças e um sistema de tributação muito complexo, constituem fatores que podem atrasar a decisão de investimento no Brasil e afastar potenciais investidores.

<sup>23</sup> De acordo com o ranking do Banco Mundial.

Gráfico 57 - Fluxos de IDE no Brasil, 2008-2012



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Independentemente da forte capacidade de atração de IDE, o Brasil não se posiciona ainda como um dos grandes investidores no estrangeiro.

Condicionado pelo desenvolvimento lento da economia internacional e pelo crescimento reduzido do PIB nos últimos anos, o país tem vindo a diminuir o seu investimento no estrangeiro. Consequentemente, o saldo do IDE é bastante positivo para o país. Não obstante, o Governo do Brasil tem procurado apoiar as empresas brasileiras na sua internacionalização, principalmente através do seu Banco de Desenvolvimento (o BNDES), de modo a que o país disponha de grupos de dimensão económica internacional.

## Angola

Em 2012, as propostas de investimento aprovadas totalizaram US\$2.436 milhões<sup>24</sup>. Portugal foi o país estrangeiro com o maior valor de investimentos aprovados, com um total de 489 milhões US\$ investidos no país.

A grande maioria dos investimentos aprovados tiveram como destino a província de Luanda, compreendendo atividades auxiliares de seguros e fundos de investimento (sendo esta a principal atividade económica na qual as empresas portuguesas investiram), projetos de construção de edifícios (no todo ou em parte), projetos de investimento no comércio a retalho e no comércio por grosso e a fabricação de diversos produtos, tal como cimento, cerveja e malte, artigos de plástico, de entre outros.

Durante o primeiro trimestre de 2013 foram investidos US\$ 383 milhões, tendo a China levado a dianteira como principal fonte de investimento em Angola, com um total de US\$ 30 milhões US\$. Portugal viu aprovados propostas de investimento no total de 11 milhões US\$, sendo assim o segundo país em valor de investimento em Angola. Adicionalmente, em 2013, o Brasil também viu duas propostas de investimento privado aprovadas, num total de 4 milhões US\$.

O IDE tem vindo a desempenhar um papel relevante na atividade económica de Angola. A atração dos investidores por Angola deve-se, maioritariamente, às riquezas existentes em petróleo e outros recursos naturais. Nas atividades não-petrolíferas, o principal interesse recai sobre a indústria transformadora e sobre a reabilitação das infraestruturas e a agricultura.

Não obstante, o período entre 2010 e 2012, foi um período de retração do IDE em Angola, tendo-se verificado inclusivamente um forte fluxo de desinvestimento. Esse facto provocou um saldo líquido negativo nesse

<sup>24</sup> De acordo com informação oficial da ANIP.

período, devido a uma multiplicidade de fatores, como a recuperação do investimento anteriormente realizado por empresas petrolíferas estrangeiras, a falta de liquidez de alguns investidores internacionais e a necessidade de obtenção de liquidez através da venda das respetivas participações no investimento realizado e sua aquisição por investidores nacionais.

Angola apresenta uma economia fortemente especializada na extração petrolífera, o que também se reflete no IDE recebido. Entre 2003 e 2012, este setor atraiu 3.609 projetos, representando 2.8% de todos os projetos *greenfield* do período. Segundo a plataforma *fDI Markets* (*Financial Times Ltd.*), Angola liderou o *ranking* dos projetos *greenfield*<sup>25</sup> dos países subdesenvolvidos, com o projeto americano no setor do petróleo da empresa Esso Exploration Angola (*Block 15*), com o valor de 2.500 milhões US\$, o qual criou 219 postos de trabalho.

O setor das tecnologias de comunicação e informação apresentou um crescimento de IDE relevante – a sua quota do total de projetos *greenfield* cresceu de 9,3% em 2003 para 13,4% em 2012, e foi o setor que mais projetos atraiu neste período.

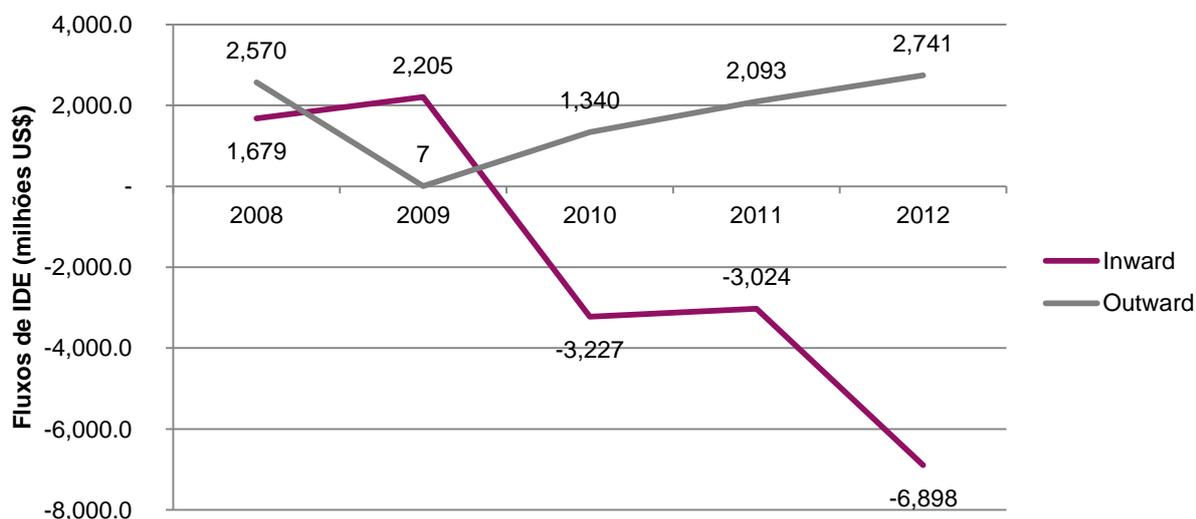
No setor dos serviços financeiros, entre 2003 e 2012, Angola atraiu 135 projetos na área da Banca, dos quais 76% oriundos de Portugal, tendo o número de projetos aumentado o seu peso no IDE recebido de 6,8% em 2003 para 9% em 2012.

No que respeita a investimento no exterior (*Outward*) com origem em Angola, entre 2010 e 2012 registou-se um aumento progressivo do investimento, tendo Portugal como principal destino.

*“O investimento privado, a par do investimento público, continua a ser uma aposta estratégica do Estado para a mobilização de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos, visando o desenvolvimento económico e social do País, o aumento da competitividade, crescimento da oferta de emprego e a melhoria das condições de vida das populações”*

Lei Base de Investimento Privado – Lei nº 20/11

Gráfico 58 - Fluxos de IDE em Angola 2008-2012



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

No entanto, começaram a verificar-se novos modelos de IDE em África. A China tem vindo a desenvolver várias iniciativas alterando a configuração do investimento em África, entre as quais o desenvolvimento e implantação territorial de zonas económicas, reforçando a sua presença e atuando como plataforma multiplicadora de novo investimento chinês.

<sup>25</sup> Projetos novos construídos de raiz.

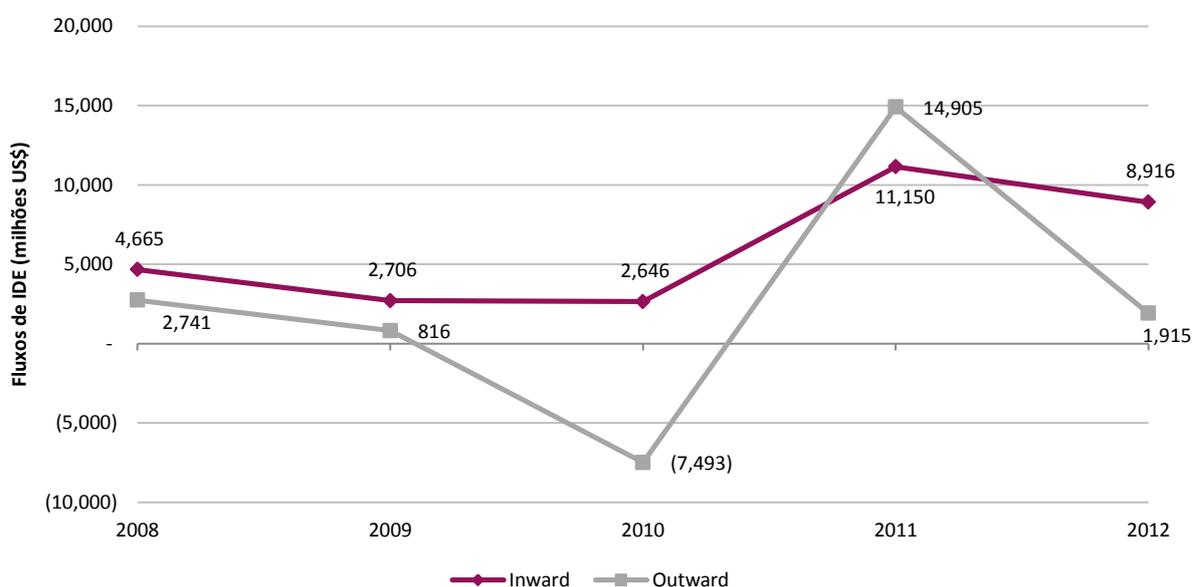
## Portugal

O IDE em Portugal tem evidenciado um comportamento positivo em termos brutos, com acumulação de *stock* de IDE. O comércio por grosso e a retalho foi o setor que mais beneficiou com a entrada de capitais estrangeiros em Portugal, sendo seguido pelo setor das indústrias transformadoras e das atividades financeiras e de seguros, representando, em conjunto, a larga maioria do IDE no país.

O principal investimento estrangeiro em Portugal tem origem nos Estados Membros da UE, sendo o *top 5* composto por Espanha, França, Reino Unido, Alemanha e Holanda. Fora da UE, o maior investidor estrangeiro em Portugal é a Suíça.

Nos anos de 2011 e de 2012 foram registados importantes valores de IDE em Portugal devido, principalmente, à política de privatizações do Governo Português, que atraiu importantes investidores Espanhóis, Chineses, Franceses e do Médio Oriente.

**Gráfico 59 - Fluxos de IDE em Portugal, 2008-2012**



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

O investimento no exterior (*Outward*) com origem em Portugal foi muito volátil no período entre 2008 a 2012. Apresenta um fluxo positivo, com exceção do ano de 2010 ano em que se registou um desinvestimento no exterior de cerca de US\$ 7.5 mil milhões.

No ano subsequente, em 2011, a investimento no exterior e já em 2012, o valor do investimento no exterior regressa a valores de 2008 e 2009.

As atividades financeiras e de seguros foram os setores em que as empresas portuguesas mais investiram em 2012, seguindo-se as indústrias transformadoras e o comércio por grosso e a retalho.

O destino dos investimentos portugueses concentra-se ainda na UE, sendo a Holanda o maior recetor do investimento português, seguida da Espanha e da Alemanha. A motivação fiscal do investimento na Holanda para constituição de entidades *holdings*, impede, nesta análise, a identificação do real destino do IDE.

No “Acordo de Parceria 2014 – 2020”, que o Governo Português propôs à Comissão Europeia em Janeiro de 2014, que definirá as prioridades estratégicas de Portugal até 2020, identificam-se que os problemas de competitividade da economia portuguesa e analisa-se a perda de alguma atratividade, em termos de fluxos líquidos de investimento direto estrangeiro (IDE), nomeadamente a favor das economias da Europa de Leste, as quais beneficiam de uma maior proximidade geográfica aos principais mercados europeus, bem como de níveis de educação da população adulta mais elevados e custos de produção laborais mais reduzidos.

Acrescenta o Governo Português que, de uma forma geral, o IDE em Portugal tem constituído um mecanismo relevante para a mudança estrutural das exportações portuguesas, no sentido do reforço do peso de atividades mais intensivas em tecnologia. Importa, ainda assim, ter presente que as atividades exportadoras tecnologicamente mais intensivas em Portugal tendem a ser caracterizadas por uma forte incorporação de importações intermédias.

Fonte: Acordo de Parceria 2014 – 2020, Portugal 2020



# 3. Quadro de oportunidades CPLP



### 3. Quadro de oportunidades – Exportações CPLP

Com base nas principais importações dos países CPLP e das diversas regiões analisadas, bem com nas exportações dos países CPLP, identificam-se a seguir os potenciais fornecedores de cada um destes mercados dentro dos Estados Membros da CPLP. Com base em dificuldades logísticas de transporte de algumas mercadorias, potencial de produção nos diversos países e barreiras legais ou alfandegárias, identificam-se ainda os produtos que poderiam ser alvo de desenvolvimento a nível local, potenciando assim o investimento direto estrangeiro nos países em análise.

#### Angola – Valor total das importações, US\$ 24 mil milhões, 2012

Principais produtos importados		Potenciais fornecedores CPLP
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos &gt; óleo de 70%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal*</li> </ul>
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>Máquinas para a construção civil</li> <li>Geradores</li> <li>Veículos a motor para transporte de mercadorias</li> <li>Veículos automóveis para transporte de pessoas</li> <li>Outras máquinas e aparelhos para as indústrias particulares</li> <li>Aparelho para circuitos elétricos, tabuleiro, painéis</li> <li>Materiais de construção</li> <li>Equipamento para distribuição de energia elétrica</li> <li>Bombas, compressores a gás e ventiladores</li> <li>Equipamentos de aquecimento e refrigeração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> </ul>
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamento de telecomunicação</li> <li>Motocicletas e velocípedes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> </ul>
Outros artigos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aparelhos para canalizações, caldeiras, reservatórios, cubas;</li> <li>Aparelhos de medição, análise e controle;</li> <li>Artigos de plástico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> </ul>
Alimentos e bebidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bebidas alcoólicas</li> <li>Preparações de cereais, farinha de frutas ou vegetais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carnes e miudezas comestíveis</li> <li>Cereais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Moçambique</li> </ul>
Matéria prima (exceto combustíveis)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ferro e aço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> </ul>
Produtos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Produtos de ferro e aço</li> <li>Barras de ferro e aço, cantoneiras, perfis e seções;</li> <li>Metais comuns;</li> <li>Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio;</li> <li>Tubos e perfis ocios, acessórios, ferro, aço</li> <li>Ferramentas mecânicas e outros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> </ul>

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

\* Petróleo refinado

#### Alguns dos produtos com potencial de produção local\*

Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maquinaria especializada</li> <li>Peças industriais</li> <li>Materiais de construção</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Carnes</li> <li>Cereais</li> <li>Agro indústria em geral e pescas</li> </ul>
Produtos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vestuário</li> <li>Ferro e aço</li> <li>Produtos de ferro e aço</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Petróleo</li> <li>Gás natural</li> </ul>

\*Para mais dados ver estudo sobre Angola.

**Brasil – Valor total das importações, US\$ 223 mil milhões, 2012**

Principais produtos importados		Potenciais fornecedores CPLP
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos &gt; óleo de 70%</li> <li>Óleos brutos de petróleo, óleos de xistos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Angola</li> </ul>
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gás natural</li> <li>Carvão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Moçambique</li> <li>Angola (gás natural futuramente)</li> </ul>
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>Veículos automóveis para transporte de pessoas</li> <li>Peças e acessórios dos veículos</li> <li>Veículos a motor para transporte de mercadorias</li> <li>Peças, acessórios para máquinas</li> <li>Máquinas e aparelhos elétricos</li> <li>Motores de pistão de combustão interna, peças</li> <li>Aparelho para circuitos elétricos, tabuleiro, painéis</li> <li>Outras máquinas e aparelhos para as indústrias particulares</li> <li>Máquinas de processamento de dados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Produtos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Válvulas e tubos catódicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Outros artigos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aparelhos de medição, análise e controle de aparelhos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Produtos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fertilizantes</li> <li>Produtos medicinais e farmacêuticos Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários) Inseticidas e produtos semelhantes, para venda a retalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bebidas alcoólicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Angola</li> </ul>
Óleos animais e vegetais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gorduras vegetais e óleos, óleo bruto, refinado, do fracionamento (azeite)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Peixe seco, salgados ou em salmoura; peixe fumado (bacalhau)</li> <li>Peixe fresco ou congelado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Frutas e frutos secos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Guiné-Bissau</li> <li>Timor-Leste</li> <li>São Tomé e Príncipe</li> </ul>

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

Alguns dos produtos com potencial de produção local*	
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>Veículos automóveis</li> <li>Máquinas e peças industriais</li> <li>Equipamentos e máquinas para a produção de energia</li> <li>Outras</li> </ul>
Produtos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fertilizantes</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Petróleo</li> <li>Gás natural</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Petróleo</li> <li>Gás natural</li> </ul>
Alimentos e animais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Atividade agrícola e da agroindústria</li> <li>Pecuária</li> <li>Gado</li> <li>Outras</li> </ul>

\*Para mais dados ver estudo sobre Brasil.

## Cabo Verde – Valor total das importações, US\$ 754 milhões, 2012

Principais produtos importados		Potenciais fornecedores CPLP
Combustíveis minerais, lubrificantes e materiais relacionados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos &gt; óleo de 70%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Angola</li> <li>Portugal<sup>1</sup></li> <li>Brasil</li> <li>Timor-Leste<sup>2</sup></li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cereais</li> <li>Vegetais e frutas</li> <li>Produtos lácteos e ovos</li> <li>Produtos comestíveis e preparações</li> <li>Outras carnes e miudezas comestíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gorduras vegetais, óleos</li> <li>Legumes</li> <li>Carne, miudezas, comestíveis, preparados e conservados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bebidas alcoólicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Angola</li> <li>Brasil</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Petróleo</li> <li>Gás natural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Angola (gás natural futuramente)</li> <li>Brasil</li> <li>Moçambique</li> </ul>
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>Equipamento eletrónico</li> <li>Veículos automóveis</li> <li>Máquinas e peças industriais</li> <li>Equipamento de telecomunicação</li> <li>Veículos automóveis para transporte de pessoas</li> <li>Veículos a motor transporte de mercadorias</li> <li>Aparelho para circuitos elétricos, tabuleiro, painéis</li> <li>Equipamento para distribuição de energia elétrica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> </ul>
Matéria prima (exceto combustíveis)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Materiais de construção (cimento)</li> <li>Barras de ferro e aço, cantoneiras, perfis e seções</li> <li>Açúcar, melaço e mel</li> <li>Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio</li> <li>Materiais de construção (tijolos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Outros artigos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobiliário e peças</li> <li>Artigos de plástico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Produtos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Papel e cartão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Produtos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Brasil</li> </ul>

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

<sup>1</sup>Petróleo refinado <sup>2</sup> Indiretamente, produz matéria prima

Alguns dos produtos com potencial de produção local*	
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vegetais e frutas</li> <li>Produtos lácteos e ovos</li> <li>Peixe fresco ou congelado</li> </ul>
Produtos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Têxtil</li> <li>Vestuário</li> <li>Calçado</li> </ul>

\*Para mais dados ver estudo sobre Cabo Verde.

**Guiné-Bissau – Valor total das importações US\$ 227 milhões, 2012**

Principais produtos importados		Potenciais fornecedores CPLP
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cereais</li> <li>• Bebidas não alcoólicas</li> <li>• Produtos comestíveis e preparações</li> <li>• Gorduras vegetais e óleo refinado</li> <li>• Farinha de trigo e farinha de trigo com centeio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal<sup>1</sup></li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Os óleos de petróleo ou de minerais betuminosos &gt; óleo de 70%</li> <li>• Óleos brutos de petróleo, materiais em bruto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angola</li> <li>• Brasil</li> <li>• Timor-Leste<sup>2</sup></li> </ul>
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamento eletrónico</li> <li>• Veículos automóveis</li> <li>• Geradores</li> <li>• Veículos a motor para transporte de mercadorias</li> <li>• Equipamento de telecomunicação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Matéria prima (exceto combustíveis)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pedra, areia e cascalho</li> <li>• Materiais de construção (cimento)</li> <li>• Açúcar, melado e mel</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Bebidas e tabaco	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bebidas alcoólicas</li> <li>• Bebidas não alcoólicas</li> <li>• Tabaco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> <li>• Angola</li> </ul>
Produtos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tubos e perfis ocos, acessórios de ferro e aço</li> <li>• Barras de ferro e aço, cantoneiras, perfis e seções</li> <li>• Válvulas e tubos catódicos</li> <li>• Produtos laminados planos, ferro, de aço não ligado, revestidos, folheados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Produtos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sabonetes, limpeza e produtos de polimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Outros artigos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobiliário e peças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portugal</li> </ul>

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

<sup>1</sup>Petróleo refinado <sup>2</sup> Indirectamente, produz matéria prima**Alguns dos produtos com potencial de produção local\***

Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cereais</li> <li>• Arroz</li> <li>• Castanha do Caju</li> <li>• Borracha natural</li> </ul>
-----------	--

\*Para mais dados ver estudo sobre Guiné-Bissau.

**RAE de Macau – Valor total das importações US\$ 8.9 mil milhões, 2012**

Principais produtos importados		Potenciais fornecedores CPLP
Produtos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Máquinas e equipamento fotográfico, óculos e relógios</li> <li>Artigos de viagem, malas, entre outros</li> <li>Relógios</li> <li>Papel e cartão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os óleos de petróleo ou de minerais betuminosos &gt; óleo de 70%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Angola</li> <li>Brasil</li> <li>Timor-Leste*</li> </ul>
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aparelhos de telecomunicação e de gravação de som</li> <li>Equipamento de telecomunicação</li> <li>Veículos automóveis para transporte de pessoas</li> <li>Aparelho para circuitos elétricos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Brasil</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Petróleo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Angola</li> <li>Brasil</li> </ul>
Outros artigos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Jóias e artigos de matérias preciosas</li> <li>Relógios</li> <li>Perfumaria</li> <li>Carrinhos de bebé, brinquedos, jogos e artigos de desporto</li> <li>Calçado</li> <li>Roupa para Mulher, de tecido têxtil</li> <li>Roupas de tecidos – homem</li> <li>Artigos de vestuário, de tecidos têxteis</li> <li>Mobiliário e peças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Brasil</li> </ul>
Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bebidas alcoólicas</li> <li>Bebidas não alcoólicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Brasil</li> <li>Angola</li> </ul>
Produtos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Brasil</li> </ul>
Matéria prima (exceto combustíveis)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Barras de ferro e aço, barras, cantoneiras, perfis e seções</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Brasil</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Outras carnes e miudezas comestíveis</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> </ul>

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

\*Indiretamente, produz matéria prima

**Alguns dos produtos com potencial de produção local\***

Produtos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Maquinas e equipamento fotográfico, óculos e relógios</li> <li>Artigos de viagem, malas, entre outros</li> <li>Têxtil e vestuário</li> </ul>
------------------------	---

\*Para mais dados ver estudo sobre a RAE de Macau.

**Moçambique – Valor total das importações US\$ 6 mil milhões, 2012**

Principais produtos importados		Potenciais fornecedores CPLP
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Veículos a motor para transporte de mercadorias</li> <li>• Maquinaria especializada</li> <li>• Máquinas e peças industriais</li> <li>• Máquinas para a construção civil</li> <li>• Outras máquinas e aparelhos para as indústrias particulares</li> <li>• Eixos de transmissão</li> <li>• Máquinas e aparelhos elétricos</li> <li>• Equipamentos de aquecimento e refrigeração</li> <li>• Veículos automóveis para transporte de pessoas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamento de telecomunicação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos &gt; óleo de 70%</li> <li>• Produtos residuais de petróleo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angola</li> <li>• Brasil</li> <li>• Timor-Leste*</li> </ul>
Produtos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Barras de ferro e aço, cantoneiras, perfis e seções</li> <li>• Pneus de borracha e câmaras-de-ar</li> <li>• Tubos e perfis ocos, acessórios de ferro e aço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Arroz; Trigo e centeio em grão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gorduras vegetais e óleos, refinado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portugal</li> </ul>
Produtos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fertilizantes</li> <li>• Medicamentos (incluindo medicamentos veterinários);</li> <li>• Sabonetes, limpeza e de polimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Matéria prima (exceto combustíveis)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alumínio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> </ul>
Matéria prima (exceto combustíveis)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Outros artigos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobiliário e peças</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portugal</li> </ul>

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

\*Indiretamente, produz matéria prima

**Alguns dos produtos com potencial de produção local\***

Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Máquinas e peças industriais</li> <li>• Materiais de construção</li> </ul>
Produtos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ferro e aço</li> <li>• Têxtil</li> <li>• Vestuário e calçado</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividade agrícola e da agroindústria</li> </ul>

\*Para mais dados ver estudo sobre Moçambique.

**São Tomé e Príncipe – Valor total das importações, US\$ 141 milhões, 2012**

Principais produtos importados		Potenciais fornecedores CPLP
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos &gt; óleo de 70%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Angola</li> <li>Brasil</li> <li>Timor-Leste*</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cereais</li> <li>Carnes</li> <li>Arroz</li> <li>Farinha de trigo e farinha de trigo com centeio</li> <li>Gorduras vegetais e óleos</li> <li>Produtos comestíveis e preparações</li> <li>Preparações de cereais, farinha de frutas ou vegetais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> </ul>
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>Veículos automóveis</li> <li>Equipamento eletrónico</li> <li>Veículos automóveis para transporte de pessoas</li> <li>Veículos a motor para transporte de mercadorias</li> <li>Máquinas de processamento de dados</li> <li>Máquinas e aparelhos elétricos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> </ul>
Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Bebidas alcoólicas</li> <li>Bebidas não alcoólicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Brasil</li> <li>Portugal</li> <li>Angola</li> </ul>
Matéria prima (exceto combustíveis)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cal e cimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Brasil</li> </ul>
Produtos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sabonetes, limpeza e de polimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Brasil</li> </ul>
Artigos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estruturas e peças de ferro, aço, alumínio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> <li>Brasil</li> </ul>
Outros artigos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mobiliário e peças</li> <li>Artigos de plástico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Portugal</li> </ul>

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

\*Indiretamente, produz matéria prima

**Alguns dos produtos com potencial de produção local\***

Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>Petróleo</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Café, cacau, borracha, banana e tabaco</li> </ul>
Produtos manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>Têxtil</li> <li>Vestuário e calçado</li> </ul>

\*Para mais dados ver estudo sobre São Tomé e Príncipe.

## Timor-Leste – Valor total das importações, US\$353 milhões, 2012

Principais produtos importados		Potenciais fornecedores CPLP
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Veículos automóveis</li> <li>• Equipamento eletrónico</li> <li>• Veículos automóveis para transporte de pessoas</li> <li>• Equipamento de telecomunicação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cereais</li> <li>• Produtos comestíveis e preparações</li> <li>• Carnes e miudezas comestíveis</li> <li>• Preparações de cereais</li> <li>• Mobiliário e peças</li> <li>• Farinha de frutas ou vegetais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos &gt; óleo de 70%</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angola</li> <li>• Brasil</li> </ul>
Produtos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estruturas, peças de ferro, aço, alumínio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angola</li> <li>• Brasil</li> </ul>
Outros artigos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vestuário e outros artigos têxteis usados</li> <li>• Artigos de plástico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angola</li> <li>• Brasil</li> </ul>
Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Bebidas não alcoólicas</li> <li>• Bebidas alcoólicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portugal</li> </ul>
Matéria prima (exceto combustíveis)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Materiais de construção (cimento)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angola</li> <li>• Brasil</li> </ul>
Produtos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sabonetes, limpeza e produtos de polimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angola</li> <li>• Brasil</li> </ul>

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

### Alguns dos produtos com potencial de produção local\*

Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cereais</li> <li>• Carnes</li> <li>• Café</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Petróleo e gás natural</li> </ul>
Produtos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Têxtil</li> <li>• Vestuário e calçado</li> </ul>

\*Para mais dados ver estudo sobre Timor-Leste.

## Portugal – Valor total das importações, US\$ 72 mil milhões, 2012

Principais produtos importados		Potenciais fornecedores CPLP
Maquinaria e equipamento de transporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Veículos rodoviários</li> <li>• Equipamento eletrónico</li> <li>• Máquinas e peças industriais</li> <li>• Máquinas, aparelhos e equipamentos</li> <li>• Outras máquinas e aparelhos industriais e peças</li> <li>• Telecomunicações e aparelhos de gravação de som</li> <li>• Máquinas de escritório e máquinas automáticas para processamento de dados</li> <li>• Geradores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Petróleo, produtos petrolíferos e materiais relacionados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Angola</li> <li>• Brasil</li> <li>• Moçambique</li> <li>• Timor-Leste</li> </ul>
Combustíveis minerais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gás natural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Moçambique</li> <li>• Timor-Leste (a longo prazo)</li> <li>• Angola (a médio prazo)</li> </ul>
Produtos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ferro e aço</li> <li>• Fio têxtil</li> <li>• Produtos de ferro e aço</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• Moçambique</li> <li>• Portugal</li> </ul>
Produtos Manufaturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos de ferro e aço</li> <li>• Fios têxteis e produtos relacionados</li> <li>• Metal (indústria)</li> <li>• Metais não-ferrosos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> </ul>
Produtos químicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtos medicinais e farmacêuticos</li> <li>• Medicamentos e produtos farmacêuticos</li> <li>• Plásticos em forma primária</li> <li>• Produtos químicos orgânicos</li> <li>• Materiais químicos e produtos</li> <li>• Óleos essenciais para materiais de perfume e produtos de limpeza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> </ul>
Outros artigos manufacturados	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Artigos de vestuário e seus acessórios</li> <li>• Artigos manufacturados diversos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> <li>• RAE de Macau</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peixes, crustáceos, moluscos e suas preparações</li> <li>• Legumes e frutas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cabo Verde</li> <li>• São Tomé</li> <li>• Angola</li> <li>• Moçambique</li> <li>• Brasil</li> </ul>
Alimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Carnes e preparações</li> <li>• Cereais e preparações à base de cereais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasil</li> </ul>

Fonte: UNCTAD, UNCTADstat

# 4. Síntese de oportunidades



## 4. Síntese de oportunidades

Angola	Moçambique
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande potencial de crescimento</li> <li>• Desenvolvimento de infraestruturas (habitação, educação, saúde, saneamento), transportes (portos e aeroportos), logística, e redes de telecomunicações</li> <li>• Requalificação das infraestruturas de apoio à produção e à população</li> <li>• Grandes projetos de investimento previstos em infraestruturas (elevada concentração no setor energético)</li> <li>• Desenvolvimento de 3 polos turísticos</li> <li>• Desenvolvimento de pólos indústrias fora da região de Luanda</li> <li>• Plano Nacional de Desenvolvimento (2013-2017)</li> <li>• Crescimento potencial do setor da construção civil, financeiro e energético</li> <li>• A implementação, pela SADC, de programa que visa a liberalização do comércio e livre circulação de pessoas, bens e capital no médio prazo</li> <li>• Solidez e diversificação do sistema bancário,</li> <li>• Crescente presença de comunidades portuguesas em Angola, que se constituem como uma nova classe média no país (potencial segmento-alvo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grande potencial de crescimento, apoiado na tendência de crescimento económico registada nos últimos anos</li> <li>• Oportunidades junto dos futuros <i>clusters</i> de produção de gás natural</li> <li>• Os programas de apoio de organismos internacionais (FMI) e acordos de cooperação estabelecidos (EU, EUA e Portugal)</li> <li>• Fundo Fiduciário EU-África para as Infraestruturas</li> <li>• Atual solidez do sistema bancário moçambicano, com forte presença de bancos internacionais</li> <li>• Desenvolvimento de infraestruturas (habitação, educação, saúde, saneamento, transportes (porto e aeroporto) e comunicação)</li> <li>• Potencial privatização da TDM</li> <li>• Grandes projetos de investimento previstos em infraestruturas (elevada concentração no setor energético)</li> <li>• Plano estratégico de desenvolvimento regional (2012-2015)</li> <li>• Crescimento potencial do setor da construção civil, educação e dos produtos de consumo intermédio</li> </ul>
Cabo Verde	Guiné-Bissau
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potencial de crescimento, apoiado na tendência de crescimento económico registada nos últimos anos</li> <li>• Atual solidez do sistema bancário cabo-verdiano, com forte presença de bancos internacionais</li> <li>• Tendência de privatização da economia estatal</li> <li>• Projetos relevantes de investimento previstos em infraestruturas (elevada concentração no setor portuário e hídrico)</li> <li>• Programa de investimento na educação</li> <li>• Objetivos ambiciosos para o setor turístico, com o interesse claro em diversificar o setor, atrair turismo de elevado valor acrescentado e melhorar as ligações do turismo com os outros setores da economia</li> <li>• Planos para transformar Cabo Verde num centro regional de processamento e exportação de recursos marinhos (criação e fortalecimento de infraestruturas de congelamento de recursos piscatórios, entre outros)</li> <li>• Modernização tecnológica do país – objetivo de construção de Parques Tecnológicos orientados para o mercado internacional (implementação do projeto financiado a 88% pelo Banco Africano de Desenvolvimento)</li> <li>• Realização de atividades de <i>nearshoring</i> no arquipélago, dadas as suas características muito atrativas ao IDE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Potencial de crescimento, apoiado na redução acentuada do nível de endividamento do país e trabalho do executivo guineense no sentido de aliviar ainda mais o esforço associado ao serviço de dívida</li> <li>• Projetos relevantes de investimento previstos em infraestruturas (setores portuário, hídrico, rodoviário e ferroviário)</li> <li>• Crescimento potencial do setor energético</li> <li>• Perspetivas de estabilização da taxa de inflação</li> <li>• Reduzidos obstáculos à obtenção de vistos</li> <li>• Reservas naturais propícias ao desenvolvimento de um setor turístico</li> </ul>

São Tomé e Príncipe	RAE de Macau
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incremento do nível de integração da CEEAC (incluindo a dimensão social, económica e monetária)</li> <li>• A implementação, pela CEEAC, de programa que visa a liberalização do comércio, livre circulação de pessoas, bens, capital e infraestruturas</li> <li>• A integração na CPLP, bem como a ZDC, abrem boas perspectivas de negócio (mercado potencial) para os investidores internacionais</li> <li>• Os programas de apoio de organismos internacionais (FMI) e acordos de cooperação estabelecidos (UE, EUA e Portugal)</li> <li>• Fundo Fiduciário UE-África para as Infraestruturas</li> <li>• Baixo nível de bancarização da população</li> <li>• Aposta do Governo em determinados setores estratégicos (turismo, setor hidroelétrico) para potenciar transformações socioeconómicas relevantes</li> <li>• Desenvolvimento de infraestruturas (habitação, educação, saúde, saneamento, transportes - porto e aeroporto)</li> <li>• Estratégia Nacional de Redução de Pobreza</li> <li>• Liberalização do mercado de telecomunicações e privatização parcial dos correios do país</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Acordo CEPA que permite, através de Macau, a prestação de serviços ou a exportação de produtos para a China Continental, e o Acordo de Cooperação Regional do Pan-Delta do Rio das Pérolas para dinamização de atividade regional</li> <li>• O crescimento das importações de bebidas alcoólicas e dos produtos de luxo</li> <li>• A intenção do Governo Chinês de investir em Macau e de dinamizar a economia noutros serviços além do jogo e do turismo, na área dos congressos e da educação</li> <li>• O investimento em novos casinos em Cotai irá dinamizar o setor da construção</li> <li>• A abertura gradual, pelo Governo Chinês, do investimento privado em novos setores e indústrias, como sucede com os cuidados de saúde e o setor financeiro</li> <li>• O crescimento exponencial de todas as atividades conexas com o jogo</li> <li>• A possibilidade de criação de parcerias com empresas que pretendam investir na China através de Macau, em contrapartida do <i>know how</i> que Portugal pode disponibilizar nos países da CPLP</li> </ul>
Brasil	Timor-Leste
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerável mão-de-obra e crescente capacidade técnica, mas ainda abaixo das necessidades do país, em setores relacionados com a construção civil</li> <li>• As exportações portuguesas estão concentradas em alguns produtos específicos, associados a fatores culturais e com forte potencial de crescimento</li> <li>• As exportações de Portugal para o MERCOSUL, excluindo o Brasil, são residuais e apresentam capacidade de crescimento</li> <li>• O Governo aposta em setores estratégicos (turismo, setor hidroelétrico) para potenciar transformações socioeconómicas relevantes</li> <li>• Desenvolvimento de infraestruturas (habitação, educação, saúde, saneamento, transportes - porto e aeroporto) em que as empresas portuguesas têm <i>know how</i> e experiência</li> <li>• Necessidade das empresas brasileiras ganharem dimensão internacional, podendo Portugal servir de <i>hub</i> para a Europa</li> <li>• Aposta do Governo na substituição dos produtos importados por produção interna</li> <li>• Utilização do Brasil como base de produção para as exportações para a região, beneficiando dos acordos do Mercosul e oportunidades associadas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incremento do nível de integração na ASEAN</li> <li>• O compromisso dos EMs da ASEAN pretenderem estabelecer uma Comunidade Económica até 2015</li> <li>• Crescimento económico esperado acima da média mundial</li> <li>• Acordos de comércio preferencial celebrados</li> <li>• Acordo de Dupla Tributação Portugal / Timor-Leste</li> <li>• Parceria Estratégica Timor-Leste / Banco Mundial</li> <li>• Acordo de Cotonu (aplicável a Timor-Leste)</li> <li>• Incremento do peso das trocas comerciais entre Timor-Leste e os EM da ASEAN</li> <li>• Dificuldade da Indonésia em responder ao aumento da procura interna de combustíveis, pode intensificar as relações comerciais com Timor-Leste</li> <li>• Desenvolvimento de infraestruturas de transporte, eletricidade, água e telecomunicações</li> <li>• Baixo nível de bancarização</li> <li>• Investimento e desenvolvimento do setor petrolífero e exploração dos recursos naturais</li> <li>• A liberalização do setor das comunicações em Timor-Leste, em 2017</li> <li>• Transformação da agricultura de subsistência em agricultura de produção empresarial</li> <li>• Desenvolvimento do turismo</li> </ul>



# 5. Portugal

## Investir em Portugal



## 5. Investir em Portugal

### 5.1. Breve descrição do mercado de trabalho e do regime de segurança social

#### População Ativa

Portugal tem atualmente cerca de 10,5 milhões de habitantes, sendo o país com maior nível de desenvolvimento humano da CPLP. No entanto, a elevada esperança média de vida (atualmente de cerca de 80 anos), as boas condições de acesso a cuidados de saúde, aliadas a uma baixa taxa de natalidade (atualmente situada em 8,5 nascimentos por cada mil adultos), têm contribuído para o envelhecimento da população portuguesa. Assim, a população ativa portuguesa representa apenas cerca de 52% dos cidadãos.

A população portuguesa detém um elevado nível de escolarização, já que atualmente cerca de 95% da população é alfabetizada.

Cerca de 78% da população ativa trabalha por conta de outrem, e uma parte muito significativa fá-lo ao abrigo de contratos de trabalho sem termo.

A população encontra-se tendencialmente concentrada na zona litoral do país, particularmente nos grandes meios urbanos, como sendo a área metropolitana das cidades de Lisboa e Porto.

#### Desemprego

Em Portugal, a taxa de desemprego tem vindo a aumentar muito significativamente nos últimos anos. Atualmente, a taxa de desemprego ascende a cerca de 16%, sendo que cerca de 62% da população desempregada procura emprego há mais de 12 meses, fator revelador de um elevado nível de desemprego de longa duração.

Verifica-se um agravamento da taxa de desemprego entre a população jovem (15 a 24 anos) que atualmente se situa em cerca de 37,1%. Paralelamente, a taxa de desemprego revela-se também elevada no caso da população com padrões de formação superiores, situando-se em cerca de 17% no caso de cidadãos com formação de nível secundário e pós-secundário e em cerca de 12% no caso de cidadãos com formação.

Face a esta situação, o Governo de Portugal tem vindo a desenvolver várias medidas de combate ao desemprego, nomeadamente ao desemprego jovem, desenvolvendo iniciativas de ação de forma concertada com a União Europeia, em particular no âmbito do programa europeu de combate ao desemprego jovem.

#### Breve descrição do regime de Segurança Social

O sistema de Segurança Social é composto pelos três seguintes sistemas<sup>26</sup>:

<b>Sistema de proteção social de cidadania</b>	Com o objetivo de garantir direitos básicos aos cidadãos e igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão sociais, este sistema é composto pelo subsistema de ação social, de solidariedade e de proteção familiar.
--	---

<sup>26</sup> Lei 4/2007 de 16 de janeiro – Aprova as bases gerais do sistema de segurança social.

<p><b>Sistema previdencial</b></p>	<p>Assente no princípio de solidariedade de base profissional, tem por objetivo garantir prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas. Este regime abrange:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- O <u>regime geral de segurança social</u>, aplicável à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem e aos trabalhadores independentes</li> <li>- Os <u>regimes especiais</u> (como sejam, por exemplo, situações de trabalho de muito curta duração ou de trabalho intermitente); e</li> <li>- O <u>regime de inscrição facultativa</u>.</li> </ul>
<p><b>Sistema complementar</b></p>	<p>Visando a atribuição de prestações complementares às concedidas pelo sistema previdencial, com vista ao reforço da proteção social dos beneficiários, este sistema compreende um regime público de capitalização e regimes complementares de iniciativa coletiva e de iniciativa individual.</p>

As contribuições para a segurança social portuguesa visam cobrir situações de doença, maternidade, paternidade e adoção, desemprego doença, invalidez, velhice e morte.

Adicionalmente, o Governo Português tem vindo a celebrar vários acordos de segurança social com um número significativo de países.

As taxas de contribuição para a Segurança Social variam em função dos vários regimes aplicáveis e, em certas situações, em função do nível de rendimento do beneficiário.

Regra geral, a taxa de contribuição, no caso de trabalhadores dependentes, é de 34,75% incidente sobre a generalidade dos rendimentos auferidos pela prestação de trabalho. A entrega de tais contribuições ao Instituto da Segurança Social é da responsabilidade da entidade patronal, não obstante o respetivo encargo ser repartido entre ambas as partes (trabalhador: 11% e entidade patronal: 23,75%).

No caso dos trabalhadores membros dos órgãos estatutários no caso de proteção na doença, parentalidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte, esta taxa contributiva é de 29,6% (trabalhador: 9,3% e entidade patronal: 20,3%).

## 5.2. Como investir em Portugal?

Em Portugal existem duas entidades responsáveis pela gestão dos projetos de investimento: a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI).

A AICEP é responsável pela promoção da imagem global de Portugal, das exportações de bens e serviços, da captação de investimento direto estruturante (nacional ou estrangeiro) e ainda pela promoção do investimento direto Português no estrangeiro. Em termos gerais, a AICEP apoia:

- a) Investidores nacionais cujos investimentos cumpram um dos seguintes critérios:
  - Faturação anual (em termos consolidados) de valor superior a € 75 milhões;
  - Orçamento anual de € 40 milhões para entidades que revistam a forma jurídica do tipo não empresarial e que queiram desenvolver um projeto de investimento;
  - Empresa que, não atingindo o montante supra de faturação, pretenda investir um valor igual ou superior a € 25 milhões, a realizar de uma só vez ou faseadamente em 3 anos.
- b) Investidores estrangeiros, no acompanhamento de todos os passos necessários à implementação em Portugal de todos os projetos, independentemente da dimensão, do tipo de projeto e do setor de atividade.

O IAPMEI é o principal instrumento das políticas económicas direcionadas para as micro, pequenas e médias empresas (PME) dos setores industrial, comercial, de serviços e construção, competindo-lhe o acompanhamento dos investimentos realizados por PME's nacionais que cumpram os seguintes critérios:

- Faturação anual (em termos consolidados) de valor inferior ou igual a € 75 milhões, para pessoas coletivas;
- Orçamento anual de valor igual ou inferior a € 40 milhões para entidades que não exerçam a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola e que queiram desenvolver um projeto de investimento, que não atinja os € 25 milhões, a realizar de uma só vez ou faseadamente em 3 anos.

No caso de projetos que preencham os requisitos acima referidos, mas que respeitem ao Turismo e tenham valor inferior a € 25 milhões, a entidade competente para o acompanhamento dos projetos de investimento é o Turismo de Portugal, I.P.

Para além destas entidades, foi criado em Portugal um mecanismo de dinamização e apoio ao investimento empresarial para certos projetos de maior importância para a economia nacional, desde logo pela sua dimensão, que obtenham a classificação de projetos de interesse nacional (PIN) ou de projetos de interesse nacional com importância estratégica (PIN+).

Este mecanismo visa um acompanhamento mais próximo dos projetos identificados como essenciais para a economia portuguesa, por forma a promover a superação dos bloqueios administrativos, garantir uma resposta mais rápida e integrar mecanismos de atribuição de incentivos.

Para que um projeto de investimento seja considerado PIN, deve reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- Representar um investimento global superior a € 10 milhões;
- Possuir comprovada viabilidade económica e reconhecida idoneidade e credibilidade do respetivo promotor;
- Visar a instalação de uma base produtiva, com forte incorporação nacional, criadora de valor acrescentado bruto;
- Integrar as prioridades de desenvolvimento definidas em planos e documentos de orientação estratégica em vigor;
- Ser suscetível de adequada sustentabilidade ambiental e territorial; e

- Apresentar um impacto positivo em, pelo menos, 5 de 7 domínios relevantes para a economia nacional definidos para este efeito<sup>27</sup>.

Ainda que os investimentos sejam de um montante igual ou inferior a € 10 milhões, podem ser classificados como PIN, desde que, satisfazendo os restantes requisitos supra referidos, apresentem forte componente de investigação e desenvolvimento ou inovação aplicada, manifesto interesse ambiental, forte vocação exportadora ou produção relevante de bens e serviços transacionáveis que permitam a substituição de importações.

Serão classificados como PIN + todos os projetos de excelência que tenham um efeito multiplicador do crescimento económico e do emprego por via da modernização das empresas, a montante e a jusante, contribuindo ainda para a atração de outros projetos de excelência.

### 5.2.1. Fases/Etapas a observar no Processo de estabelecimento em Portugal

O Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa (Simplex) simplificou os processos e procedimentos normativos, com o objetivo de reduzir a carga burocrática imposta aos cidadãos e às atividades empresariais.

Ao abrigo do Simplex, e no âmbito da criação de empresas, foram adotados os sistemas de “Empresa Na hora” (ENH) e “Empresa *On-line*”, que permitem a constituição imediata de sociedades ao balcão e através da Internet, respetivamente. Em ambos os casos é apenas possível constituir entidades que revistam a forma jurídica de Sociedades Unipessoais por Quotas, Sociedades por Quotas e Sociedades Anónimas.

Quando a realização do capital social seja feita através da entrada de bens imóveis, a constituição da sociedade terá de ser feita, exclusivamente, num balcão de atendimento (ENH). Simultaneamente com a constituição de uma ENH, é também possível obter uma marca pré-aprovada e pré-registada disponível numa bolsa de marcas. (“Marca na Hora”).

O método tradicional para a constituição de empresas continua a ser uma opção válida. No entanto, este é um método bastante mais burocrático e, conseqüentemente, mais demorado e com maiores custos associados.

A criação de empresas ao abrigo do programa Simplex deve seguir os seguintes passos:

	Empresa Na Hora	Empresa On-line
<b>1º Passo</b>	<b>Escolher uma firma pré-aprovada</b> – consultar e escolher a lista de firmas pré-aprovadas no <i>site</i> da ENH ou diretamente num dos balcões de atendimento.	<b>Reserva do nome da empresa</b> –Seguir uma de duas formas: - Seleção e reserva de um dos nomes constantes no <i>site</i> da ENH (aos quais estão associados um NIPC e um número da Segurança Social, gerado no momento da constituição da sociedade); - Utilização de um Certificado de admissibilidade válido e emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Coletivas, inserindo para tal o NIPC.
<b>2º Passo</b>	<b>Optar por um Pacto Social</b> - consultar e escolher um pacto social pré-aprovado no <i>site</i> da ENH ou diretamente num dos balcões de atendimento (lista disponível no	<b>Informação da empresa</b> – deve ser definida, entre outras, a seguinte informação <sup>28</sup> : tipo de pacto social, natureza jurídica, morada da sede, objeto social, Classificação da Atividade Económica, valor

<sup>27</sup> Fonte:

<http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/InstrumentosRelevantes/pin/Documents/DL1742008de26Agosto.pdf>

<sup>28</sup> Fonte:

<http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/guiadoinvestidor/Criareinstalar/Paginas/ConstituicaoLicenciamentoEmpres a.aspx>

	<i>site da ENH).</i>	do capital social, NIB (opcional), caracterização do TOC.
<b>3º Passo</b>	<b>Ir ao balcão de atendimento</b> – dirigir-se a um balcão de atendimento e fazer-se acompanhar de: cartão de contribuinte, documento de identificação (no caso de sócios serem pessoas singulares) ou cartão de contribuinte de pessoa coletiva ou cartão de identificação de pessoa coletiva, certidão de Registo Comercial atualizada e Ata da Assembleia-Geral que confere poderes para a constituição de sociedade (no caso dos sócios serem pessoas coletivas).	<b>Adesão ao Centro de Arbitragem</b> – indicar se pretende aderir a um Centro de Arbitragem (processo simples e voluntário que não implica qualquer custo). Ao aderir a um Centro de Arbitragem a empresa aceita a respetiva intervenção em eventuais conflitos que possam surgir.
<b>4º Passo</b>	<b>Elaborar o Pacto Social e o Registo Comercial</b> – execução do Pacto Social e registo comercial no balcão de atendimento e receção da certidão de registo comercial, cartão de pessoa coletiva e número de Segurança Social.	<b>Validação do Pacto Social</b> – visualização e validação do pacto social pré-elaborado. No caso do pacto social ter sido elaborado pelo interessado, deve ser efetuado o <i>upload</i> do mesmo.
<b>5º Passo</b>	<b>Entregar a Declaração de Início de Atividade</b> – declaração entregue ao balcão, sendo que tem de estar assinada pelo Técnico Oficial de Contas da empresa.	<b>Assinatura e envio de documentos</b> – devem ser impressos, assinados e digitalizados os seguintes documentos: Pacto Social, Formulário de Adesão ao Centro de Arbitragem (se aplicável) e Formulário para reconhecimento de assinaturas. Deve ser feito o <i>upload</i> dos documentos supra referidos, bem como da procuração, Certidão de Registo Comercial, Ata da Assembleia Geral, Ata do Conselho de Administração, Estatutos da sociedade, entre outros.
<b>6º Passo</b>	<b>Depositar o Capital Social</b> – os sócios estão obrigados a depositar, numa instituição bancária, o valor do capital social em nome da sociedade, num período de 5 dias úteis.	<b>Deteção de inconformidades</b> – no caso de serem detetadas falhas durante o processo, o apresentante recebe um <i>e-mail</i> no qual constam as correções que deverá efetuar no site da ENH.
<b>Custos associados</b>	€ 360 a pagar no momento da constituição. Este valor compreende a taxa de publicação do registo na Internet. Se o capital social for realizado em parte ou na totalidade através de bens imóveis, é também neste momento liquidado o montante relativo ao Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e ao Imposto do Selo.	€ 180 no caso de pacto ou ato constitutivo de modelo aprovado ou € 380 no caso de um pacto social livre (elaborado pelos interessados)

### 5.2.2. Incentivos e benefícios ao investimento

Através do Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, foi aprovado o Código Fiscal do Investimento (CFI) que visou fundamentalmente unificar o procedimento aplicável à contratualização dos benefícios fiscais ao investimento. Podem beneficiar dos incentivos fiscais ao investimento previstos no CFI os projetos de investimento nas seguintes atividades económicas:

- a) Indústria extrativa e indústria transformadora;
- b) Turismo e as atividades declaradas de interesse para o turismo nos termos da legislação aplicável;

- c) Atividades e serviços informáticos e conexos;
- d) Atividades agrícolas, piscícolas, agropecuárias e florestais;
- e) Atividades de investigação e desenvolvimento e de alta intensidade tecnológica;
- f) Tecnologias da informação e produção de audiovisual e multimédia;
- g) Ambiente, energia e telecomunicações.

Os benefícios fiscais compreendidos neste Código são os seguintes:

Principais benefícios fiscais	Breve descrição
<p><i>Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo</i></p>	<p>Aos projetos de investimento (de valor igual ou superior a 3.000.000€), realizados até 31 de dezembro de 2020, desde que relevantes para o desenvolvimento estratégico da economia nacional, para a redução das assimetrias regionais, que induzam a criação de postos de trabalho e que contribuam para impulsionar a inovação tecnológica e a investigação científica nacional podem ser concedidos, cumulativamente, os seguintes benefícios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crédito de imposto determinado com base na aplicação de uma percentagem entre 10% e 20% da coleta de IRC; e</li> <li>• Isenções ou reduções de IMT, IMI e Imposto do Selo.</li> </ul> <p>Tais benefícios têm natureza contratual, necessitando, por isso, de autorização prévia.</p>
<p><i>Benefícios fiscais com vista à internacionalização</i></p>	<p>Podem ter acesso a benefícios fiscais em regime contratual e condicionados os projetos de investimento de montante igual ou superior a 250.000 €, em aplicações relevantes e que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Demonstrem interesse estratégico para a internacionalização da economia portuguesa;</li> <li>• Reduzam as assimetrias regionais;</li> <li>• Induzam a criação de postos de trabalho; e</li> <li>• Contribuam para impulsionar a inovação tecnológica e a investigação científica nacional.</li> </ul> <p>Os benefícios fiscais consistem em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Crédito fiscal utilizável em IRC entre 10% e 20% das aplicações relevantes, não podendo ultrapassar em cada exercício 25% da coleta, com o limite de 997.595,79€;</li> <li>• Eliminação da dupla tributação económica durante o período contratual, quando o investimento seja efetuado sob a forma de constituição ou aquisição de sociedades estrangeiras.</li> </ul> <p>Tais benefícios têm natureza contratual, necessitando, por isso, de autorização prévia.</p>
<p><i>Sistema de incentivos em investigação e desenvolvimento empresarial (SIFIDE II)</i></p>	<p>De acordo com este Sistema, as despesas com investigação e desenvolvimento são, em determinadas condições, dedutíveis à coleta, nas seguintes percentagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 32,5% das despesas realizadas no período (taxa base);</li> <li>- 50% do acréscimo das despesas realizadas no período em relação à média aritmética simples dos dois exercícios anteriores, até ao limite de 1.500.000€ (taxa incremental).</li> </ul> <p>Para as PME que ainda não tenham completado dois exercícios de atividade e que não beneficiaram da taxa incremental, é aplicada uma majoração de 15% à taxa base.</p> <p>Este sistema de incentivos vigora até 2015.</p> <p>O crédito de imposto não utilizado por insuficiência de coleta é passível de reporte por 6 períodos (proposto o reporte por 8 anos).</p>
<p><i>Regime Fiscal de Apoio ao Investimento (RFAI)</i></p>	<p>O RFAI é aplicável a investimentos relevantes realizados em determinado imobilizado corpóreo e incorpóreo e vigora até 2017.</p> <p>Através deste regime prevê-se uma dedução à coleta (até à concorrência de 50% da mesma) de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 20% do investimento relativo ao investimento até 5.000.000€;</li> <li>- 10% do investimento relativo ao investimento superior a 5.000.000€.</li> </ul> <p>São ainda concedidas isenções de IMI, IMT e Imposto do Selo relativamente à aquisição de imóveis que constituam investimento relevante.</p> <p>O crédito de imposto não utilizado por insuficiência de coleta é passível de reporte por 5 períodos.</p>

Para além dos benefícios supra referidos, existem também os seguintes benefícios fiscais que podem ser relevantes para o investidor:

<i>Criação líquida de emprego</i>	As empresas que aumentem o número de empregados por via da admissão de jovens por contrato sem termo poderão majorar em 50%, durante 5 anos, o custo fiscal relativo aos correspondentes encargos (com o limite anual de 14 vezes o salário mínimo nacional – atualmente 485€).
<i>Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM)</i>	O atual regime de benefícios fiscais do CINM permite a aplicação de uma taxa reduzida de imposto sobre os lucros de 5% até 31 de dezembro de 2020, para empresas licenciadas até 31 de dezembro de 2014.
<i>Regime de “participation exemption”</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A eliminação ou redução significativa da tributação aplicável aos dividendos recebidos por entidades sediadas em Portugal – <i>participation exemption</i>;</li> <li>• A criação de um regime opcional de não concorrência, para a determinação do lucro tributável do sujeito passivo, dos lucros e prejuízos fiscais imputáveis a um estabelecimento estável situado fora do território português;</li> <li>• A criação de um regime de crédito por dupla tributação económica internacional, aplicável por opção do sujeito passivo que receba lucros ou reservas aos quais não seja aplicável o regime da <i>participation exemption</i>;</li> <li>• Alargamento do prazo do crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional a cinco exercícios.</li> </ul>

### 5.2.3. Principais mecanismos de financiamento

Portugal dispõe de linhas de crédito específicas de apoio à internacionalização das empresas e à exportação, como sendo, por exemplo, a linha de crédito ao importador.

Existem vários mecanismos alternativos para investir em Portugal, sendo que alguns dos bancos comerciais que operam em Portugal recorrem a financiamento junto de instituições financeiras multilaterais, como por exemplo, o Banco de Portugal, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Mundial, que lhes concedem financiamento para concederem crédito à economia e às empresas.

#### O BEI

O BEI tem como missão apoiar projetos nos países da UE e investir nos países candidatos e em países terceiros. Este apoio pode revestir a natureza de:

- a) Empréstimos, tanto no setor público como privado;
- b) Assistência técnica;
- c) Garantias, acessíveis a entidades financeiras (como sendo, por exemplo, bancos, empresas de locação financeira, instituições de garantia, etc.); ou
- d) Fundos de capital de risco.

Os empréstimos concedidos pelo BEI destinam-se, na sua maioria, a projetos na UE com vista a:

- Coesão e convergência;
- Apoio às pequenas e médias empresas;
- Sustentabilidade ambiental;
- Execução da iniciativa “Inovação 2010”;
- Desenvolvimento das redes transeuropeias de transportes e energia;
- Energia sustentável, competitiva e segura.

#### O Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa

Outro instrumento disponível para o financiamento de investimentos de grande dimensão e com reconhecido impacto económico é o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa.

Este fundo, criado em 2010 com intuito de fortalecer a cooperação e as relações de investimento entre a China e os países de língua Portuguesa, disponibiliza um total de mil milhões de US\$ para projetos de investimento que promovam a melhoria da qualidade de vida das populações e o desenvolvimento social e económico dos países destinatários do financiamento, que apostem na utilização de tecnologia industrial avançada.

O acesso a este fundo faz-se através do preenchimento da candidatura por parte da empresa ou investidor interessado e depende da decisão da comissão de investimento, composta por membros da equipa de gestão do fundo. Os montantes máximos de investimento em cada projeto são determinados pela equipa de gestão do fundo e podem variar entre US\$ 5 e 20 milhões.

O tipo de financiamento pode variar em função das características das empresas e da natureza dos projetos. Nesse sentido, para além dos instrumentos de capital diretos, tais como aquisição de ações ordinárias de empresas, admitem-se ainda investimentos de quase capital (ações preferenciais, instrumentos híbridos de capital e obrigações convertíveis).

## O QREN

No âmbito dos fundos comunitários, o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período de 2007-2013. O QREN é viabilizado pela mobilização de cerca de € 21,5 mil milhões.

Os objetivos do QREN referem-se à concretização de três Agendas Temáticas: Agenda Operacional para o Potencial Humano, Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade e Agenda Operacional para a Valorização do Território, respetivamente.

O montante do incentivo a conceder corresponde a uma percentagem do investimento efetivamente realizado e que seja considerado como elegível nos termos da lei, qualificação esta que é variável em função da natureza do projeto. Estes incentivos podem ser reembolsáveis, não reembolsáveis ou bonificações da taxa de juro.

Relativamente à Agenda Operacional para os Fatores de Competitividade, as sociedades (nacionais ou estrangeiras) que pretendam investir em Portugal, podem candidatar-se aos seguintes três sistemas de incentivos existentes:

- Sistema de Incentivos à Inovação;
- Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico; e
- Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME.

Não obstante o QREN terminar em 2013, está atualmente a ser negociada a criação de um mecanismo de financiamento semelhante que, ao que se espera, funcionará nos mesmos trâmites do quadro comunitário anterior.

## 5.3. Competitividade de Portugal

### 5.3.1. Atratividade de Portugal no contexto regional

Com base nos dados do relatório *Doing Business 2013*, Portugal assume uma posição de destaque no *ranking* mundial quanto à facilidade de fazer negócios, à frente de alguns dos restantes Estados-Membros.

**Tabela 19 - *Doing Business 2013* – Posição por país da UE**

Países	Facilidade de se fazer negócios	Abertura de empresas	Obtenção de alvarás de construção	Obtenção eletricidade	Registo de propriedade	Obtenção de crédito
Dinamarca	5	33	8	14	6	23
Reino Unido	7	19	20	62	73	1
Finlândia	11	49	34	21	24	40
Suécia	13	54	25	9	35	40
Irlanda	15	10	106	95	53	12
Alemanha	20	106	14	2	81	23
Estónia	21	47	35	52	14	40
Letónia	25	59	113	83	31	4
Lituânia	27	107	48	75	5	53
Áustria	29	134	75	24	34	23
<b>Portugal</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>78</b>	<b>35</b>	<b>30</b>	<b>104</b>
Países Baixos	31	67	89	67	49	53
Bélgica	33	44	57	82	176	70
França	34	27	52	42	146	53
Eslovénia	35	30	61	31	83	104
Chipre	36	37	80	98	99	53
Espanha	44	136	38	70	57	53
Eslováquia	46	83	46	100	8	23

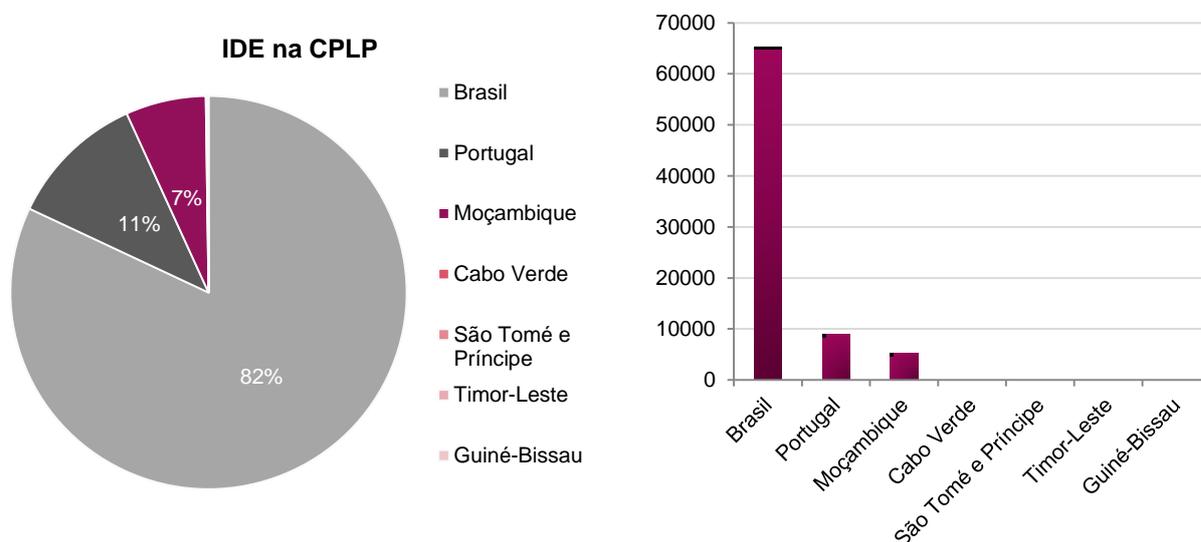
<b>Hungria</b>	54	52	55	109	43	53
<b>Polónia</b>	55	124	161	137	62	4
<b>Luxemburgo</b>	56	93	33	63	134	159
<b>República Checa</b>	65	140	74	143	27	53
<b>Bulgária</b>	66	57	123	128	68	40
<b>Roménia</b>	72	68	129	168	72	12
<b>Itália</b>	73	84	103	107	39	104
<b>Grécia</b>	78	146	31	59	150	83
<b>Croácia</b>	84	80	143	56	104	40
<b>Malta</b>	102	150	167	111	80	176

As principais origens do IDE em Portugal continuam a ser países pertencentes à UE, sendo que a liderar este *ranking* está o IDE proveniente de Espanha, França, Reino Unido, Alemanha e Países Baixos. Fora da UE e na lista dos 10 maiores investidores estrangeiros em Portugal encontra-se apenas a Suíça.

### 5.3.2. Atratividade de Portugal no contexto da CPLP

No contexto da CPLP, e num total global de IDE de cerca de 86,5 mil milhões de US\$, o IDE em Portugal representa apenas cerca de 10% desse montante.

**Gráfico 60 - Valores (milhões US\$) e percentagens de IDE na CPLP no ano de 2012, UNCTAD**



Assim, no contexto da CPLP, Brasil e Angola destacam-se, estando Moçambique a aproximar-se dos valores portugueses. No entanto, Portugal assume uma posição de claro destaque quanto à facilidade de realização de negócios no contexto dos diferentes países da CPLP.

Portugal destaca-se pois dos restantes países da CPLP pelas facilidades concedidas aos investidores, nomeadamente no que respeita à facilidade de abrir empresas, de obter eletricidade e de registo de propriedade.

**Tabela 20 - Doing Business 2013 – Posição por país da CPLP**

Países	Facilidade de se fazer negócios	Abertura de empresas	Obtenção de alvarás de construção	Obtenção de eletricidade	Registo de propriedade	Obtenção de crédito
<b>Portugal</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>78</b>	<b>35</b>	<b>30</b>	<b>104</b>
<b>Cabo Verde</b>	122	129	122	106	69	104
<b>Brasil</b>	130	121	131	60	109	104
<b>Moçambique</b>	146	96	135	174	155	129
<b>São Tomé e Príncipe</b>	160	100	91	72	161	180
<b>Timor-Leste</b>	169	147	116	40	185	159
<b>Angola</b>	172	171	124	113	131	129
<b>Guiné-Bissau</b>	179	148	117	182	180	129

## 5.4. Principais constrangimentos ao IDE e Exportação

### 5.4.1. Exportações/Importações – Barreiras aduaneiras: tarifas, barreiras não tarifárias, outros impedimentos

Um dos principais fundamentos da União Europeia (UE), e que se aplica ao comércio de mercadorias dentro do território da UE e do Espaço Económico Europeu, é a União Aduaneira. Esta caracteriza-se pela ausência de fronteiras internas, eliminando todos os direitos aduaneiros e todas as restrições entre os Estados-membros, dando assim expressão à liberdade de circulação de mercadorias no mercado interno.

O estabelecimento da União Aduaneira levou à criação de uma Pauta Aduaneira Comum (PAC), completada pela Pauta Integrada das Comunidades Europeias (TARIC), aplicáveis a todo o Espaço Económico Europeu.

A TARIC contém as taxas dos direitos aduaneiros aplicáveis a mercadorias importadas e exportadas para a UE – as quais variam em função da tipificação dos produtos – e determinadas regras da UE aplicáveis ao comércio externo.

A UE prevê ainda condições aduaneiras especiais para mercadorias originárias de determinados países em desenvolvimento – beneficiários do Sistema de Preferências Generalizadas – ou de países com os quais a UE haja celebrado acordos preferenciais. Para beneficiar de tais condições especiais é necessário comprovativo da origem das mercadorias.

Por outro lado, nas exportações/importações – i.e., operações com países externos à UE – podem ser necessários os seguintes documentos:

- Licenças, no caso de produtos objeto de restrições;
- Declarações, no caso de mercadorias submetidas ao regime de vigilância estatística prévia; e
- Certificados, sempre que a legislação o exija, como é o caso de grande parte dos produtos agrícolas.

O desalfandegamento das mercadorias não é permitido sem a apresentação destes documentos, sendo que a entidade competente para a sua emissão é a Direção-Geral das Alfândegas e Impostos Especiais de Consumo (DGAIEC).

É também a DGAIEC que disponibiliza a Pauta de Serviço que fornece todas as informações relativas à tributação das mercadorias importadas de países terceiros.

### 5.4.2. Entrada e saída de capitais

O princípio que norteia o sistema normativo português é o da não discriminação do investimento em razão da nacionalidade. Não existe, portanto, nenhum tratamento diferenciado do investimento estrangeiro face ao investimento nacional.

Não existe, por isso, nenhuma restrição à entrada de capital estrangeiro, obrigatoriedade de ter um sócio nacional, nem nenhuma declaração, registo ou obrigação específica para o investimento/investidor estrangeiro, nem qualquer limitação ao repatriamento dos lucros/dividendos.

Ainda neste âmbito, e sendo Portugal parte da UE, está obrigado a cumprir o Tratado da União Europeia que consagra a livre circulação de capitais, pelo que estão proibidas todas as restrições aos movimentos de capitais não só no território da UE como também com países terceiros.

## 5.4.3. Estabilidade legal e fiscal - Barreiras legais, fiscais e regulamentares

Os principais impostos em vigor em Portugal são os seguintes:

**Tabela 21 - Quadro resumo com os principais impostos de Portugal, 2014**

Imposto	Taxa	Sujeito passivo	Base tributável
<u>Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)</u>	23% (Continente e Madeira) 17,5% (Açores) Sobre estas taxas poderão incidir Derrama Municipal até 1,5% do lucro tributável antes da dedução de prejuízos e Derrama Estadual (3% para lucros tributáveis superiores a € 1,5 M até € 7,5 M, 5% para lucros superiores a € 7,5 M e € 35 M e, 7% para lucros superiores a € 35 M)	Entidades residentes e não residentes com estabelecimento estável	Rendimento mundial e no caso de estabelecimentos estáveis, o lucro que lhe for imputável.
	25% (com exceções)	Entidades não residentes sem estabelecimento estável	Rendimentos considerados obtidos em território português.
	21,5% (Continente e Madeira) 15,05% (Açores)	Entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola pelo rendimento global	Soma dos rendimentos das categorias conforme regras do IRS
<u>Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares (IRS)</u>	Taxas progressivas que pode variar entre 14,5% e 48%) a que pode acrescer a sobretaxa de 3.5%, e se aplicável a taxa adicional de solidariedade	Pessoas singulares que residam em território português	Rendimento universal de todas as categorias previstas no CIRS.
	Taxa fixa de 25%	Pessoas que, não residindo em Portugal, aqui obtenham rendimentos	Rendimentos obtidos em Portugal.
	Taxa fixa de 20%	Os residentes não habituais são tributados nas atividades de “elevado valor acrescentado”. Em determinadas circunstâncias os rendimentos de fonte estrangeira podem ficar isentos de tributação.	Rendimentos obtidos em Portugal.
<u>Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)</u>	Taxa máxima: 23% (Continente) 22% (Madeira) 18% (Açores)	Pessoas singulares ou coletivas que exerçam atividades de produção, comércio ou prestação de serviços e que realizem importações de bens.	Transmissões de bens e prestações de serviços
	Taxa intermédia: 13% (Continente) 12% (Madeira) 10% (Açores)		
	Taxa reduzida: 6% (Continente) 5% (Madeira) 5% (Açores)		
<u>Imposto do selo</u>	Variável	Entidades envolvidas nas operações sujeitas a incidência de Imposto do Selo (tipificadas)	Incide sobre todos os atos, contratos, documentos, títulos, papéis e outros factos

Imposto	Taxa	Sujeito passivo	Base tributável
		caso a caso)	ou situações jurídicas previstos na Tabela Geral anexa ao CIS, incluindo as transmissões gratuitas de bens.
<u>Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)</u>	Prédios rústicos: 5%; Prédios urbanos e outras aquisições: 6,5%; Adquirente residente em paraíso fiscal (exceto pessoas singulares): 10%	Adquirente de bens imóveis situados em Portugal	Incide sobre as transmissões onerosas do direito de propriedade ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados em Portugal
<u>IMI</u>	0,3% a 0,8%	Proprietário de bens imóveis situados em Portugal	Incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos, situados em Portugal

Com a entrada em vigor da Reforma do Código do IRC a 1 de Janeiro de 2014, consagraram-se as seguintes medidas:

- Revisão e simplificação do IRC e demais regimes fiscais aplicáveis ao rendimento das empresas, no sentido de promover a competitividade, o investimento e a internacionalização das empresas portuguesas;
- Revisão e simplificação do regime de obrigações declarativas; e
- Reestruturação da política fiscal internacional do Estado português.

No âmbito da Reforma do Código do IRC está prevista a redução programada da taxa de IRC até que atinja um intervalo entre 17% e 19% em 2018, com abolição das derramas estadual e municipal em 2018. Para 2014, prevê-se já uma redução da taxa nominal para 23%.

Atualmente Portugal ocupa uma posição relativamente baixa no *ranking Paying taxes* das Nações Unidas, devido a um conjunto alargado de fatores dos quais se destacam o elevado tempo necessário para cumprir com as obrigações fiscais, em grande parte devido ao elevado número de pagamentos por ano, e a elevada percentagem total de imposto sobre os lucros.

Contudo, Portugal ocupa uma posição muito positiva no contexto da CPLP no mesmo *ranking*.

**Tabela 22 - Paying Taxes – CPLP**

Países	Rank	Pagamentos (número)	Tempo (horas por ano)	Imposto sobre lucros (%lucros)	Contribuições e impostos sobre o trabalho (% lucros)	Outros impostos (% lucros)	Total (% lucros)
Timor-Leste	61	18	276	14.9	0.0	0.2	15.1
Portugal	77	8	275	14.5	26.8	1.4	42.6
Cabo Verde	102	41	186	18.0	18.5	0.7	37.2
Moçambique	105	37	230	27.7	4.5	2.1	34.3
São Tomé e Príncipe	144	42	424	22.1	6.8	3.6	32.5
Guiné-Bissau	146	46	208	14.9	24.8	6.1	45.9
Angola	154	31	282	24.6	9.0	19.5	53.2
Brasil	156	9	2,6	24.6	40.8	3.8	69.3

#### 5.4.4. Obtenção de vistos, disponibilidade de mão-de-obra

O regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional português está definido na Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, regulamentada pelo Decreto Regulamentar n.º 84/2007 de 5 de novembro.

Este regime não é, contudo, aplicável a nacionais de um Estado-membro da UE, de um Estado parte do Espaço Económico Europeu ou de Estado terceiro com o qual a UE tenha celebrado um acordo de livre circulação de pessoas.

Nos restantes casos, a entrada em território português é apenas possível para os portadores de:

- Documento de viagem válido (o qual terá de ter uma validade superior em pelo menos 3 meses à duração da estada);
- Passaporte válido (durante pelo menos mais três meses a partir da data em que o cidadão pretenda sair do país, e emitido há menos de dez anos); e
- Visto de entrada válido e adequado à finalidade da deslocação.

Não é, no entanto, permitida a entrada de cidadãos estrangeiros que não possuam meios de subsistência suficientes.

Os vistos devem ser solicitados numa missão diplomática ou posto consular de carreira português sediado no estrangeiro.

#### Tipos de Visto de entrada em Portugal

As duas modalidades de vistos existentes são:

a) Vistos de estada temporária

Os vistos de estada temporária são válidos por 3 meses e podem ser utilizados para múltiplas entradas em território português. Contudo, se o visto for emitido para o exercício de atividades profissionais, este só será concedido pelo tempo de duração do contrato de trabalho. Estes vistos podem ser prorrogados até 1 ano;

b) Vistos de residência.

Os vistos de residência são válidos para 2 entradas, autorizando o seu titular a permanecer em território nacional por um período de 4 meses. É também permitida a prorrogação deste visto até 90 dias.

Para além dos referidos vistos, há possibilidade de requerer uma autorização de residência, a qual poderá ser:

- Temporária – válida por um período de 1 ano e renovável por períodos sucessivos de 2 anos.
- Permanente – não tem uma validade estabelecida na lei, podendo no entanto ser renovada de 5 em 5 anos, ou sempre que ocorram alterações dos elementos de identificação.

Existe ainda a possibilidade de requerer um Estatuto do Residente de longa duração, o qual pode ser concedido caso o requerente tenha residência legal e ininterrupta em território nacional durante os 5 anos imediatamente anteriores à solicitação do mesmo, disponha de recursos suficientes à sua subsistência e da sua família, seguro de saúde, alojamento e demonstre fluência do Português básico.

O investidor que pretenda investir em Portugal pode ainda solicitar a seguinte autorização de residência em território português:

- Residência para exercício de atividade profissional - esta autorização poderá abranger o exercício de atividade profissional subordinada ou independente; ou
- Residência para a atividade de investimento – inclui o direito ao reagrupamento familiar, acesso à autorização de residência permanente e à nacionalidade portuguesa.

As autorizações de residência, carecem da verificação do cumprimento de uma série de requisitos obrigatórios e cumulativos<sup>29</sup>.

c) **Autorização de residência para atividade de investimento (Golden Visa)**

Para os investidores estrangeiros de países não pertencentes à UE que pretendam realizar um dos seguintes investimentos em Portugal, o Programa Golden Visa é um caminho alternativo e o mais célere para obter uma autorização de residência válida em Portugal, bastando para o efeito a concretização de um dos seguintes três investimentos:

- Aquisição de bens, no valor igual ou superior a 500.000 €;
- Transferência de fundos de mais de 1.000.000 €;
- Criação de pelo menos 10 postos de trabalho em Portugal.

Esta autorização de residência permitirá que o investidor permaneça em Portugal e também que possa viajar livremente dentro da grande maioria dos países europeus (espaço Schengen).

#### 5.4.5. Modelos de cobertura de riscos financeiros, operacionais, propriedade

Em Portugal a cobertura de riscos de crédito, caução e investimento com garantia do estado encontra-se protocolizada com a seguradora COSEC que oferece soluções de apoio à gestão e controlo de créditos no mercado interno e externo.

Além desta solução, existe um conjunto de outros instrumentos financeiros que estão disponíveis não só na banca comercial como em fundos de investimento que visam mitigar o risco do investimento estrangeiro, nessa situação, há instrumentos que visam assegurar o risco cambial e outros riscos associados ao investimento que poderão ser devidamente avaliados em fase de decisão de internacionalização ou exportação.

#### 5.4.6. Sistema jurídico e judiciário

O sistema judiciário português não é unitário, sendo constituído por várias categorias ou ordens de tribunais independentes entre si, com a sua estrutura e regime próprios.

**Tabela 23- Sistema Judiciário de Portugal**

Típos de Tribunais Judiciários	Competência	Organização
Tribunal Constitucional	Este é um tribunal autónomo e de recurso das decisões de todos os restantes tribunais em matéria de constitucionalidade.	O Tribunal Constitucional é composto por 13 juízes sendo 10 designados pela Assembleia da República e 3 cooptados por estes.
Tribunal de Contas	A este tribunal compete a fiscalização da legalidade de despesas públicas e julgamento das contas públicas. Outra das funções deste tribunal é a de dar parecer sobre a Conta Geral do Estado.	O Tribunal de Contas funciona em plenário, em sessões das Câmaras, em sessões diárias de visto e em sessões das secções regionais ou provinciais.

<sup>29</sup> Mais detalhe em: <http://www.portugalglobal.pt/PT/InvestirPortugal/guiaoinvestidor/SistemaLaboral/Paginas/SistemaLaboral.aspx>

Tipos de Tribunais Judiciários	Competência	Organização
Tribunais Judiciais	São tribunais comuns em matéria cível e criminal. Exercem também jurisdição em todas as matérias não atribuídas a qualquer outra jurisdição.	Estes tribunais estão organizados em três instâncias: Supremo Tribunal de Justiça (competência nacional); Cinco tribunais de Relação; e 227 Tribunais judiciais de comarca (1ª instância).
Tribunais Administrativos e Fiscais	Julgamento das ações e dos recursos destinados a anular os litígios decorrentes das relações administrativas e fiscais.	Estes tribunais têm uma estrutura hierárquica própria: Supremo Tribunal Administrativo; 2 Tribunais Centrais Administrativos; e 10 Tribunais administrativos e fiscais.
Tribunais Arbitrais	O tribunal arbitral pode decidir sobre a sua própria competência, mesmo que para esse fim seja necessário apreciar a existência, a validade ou a eficácia da convenção de arbitragem ou do contrato em que ela se insira, ou a aplicabilidade da referida convenção	O tribunal arbitral pode ser constituído por um único árbitro ou por vários, em número ímpar. Se as partes não tiverem acordado no número de membros do tribunal arbitral, é este composto por três árbitros.
Tribunais Arbitrais Tributários	- Declaração de ilegalidade de atos de liquidação de tributos, de autoliquidação, de retenção na fonte e de pagamento por conta; e - Declaração de ilegalidade do atos de fixação de matéria tributável quando não dê origem à liquidação de qualquer tributo, ato de determinação de matéria coletável e atos de fixação de valores patrimoniais.	O Tribunal permanente é constituído por um único Árbitro ou com intervenção do coletivo de três árbitros (dependente do valor do pedido de pronúncia e da opção do sujeito passivo).
Julgados de Paz	A competência dos Julgados de Paz é em exclusivo o julgamento e apreciação de ações declarativas cujo valor não exceda a alçada do Tribunal de 1ª Instância.	Os julgados de paz podem dispor, caso se justifique, de uma ou mais seções, dirigida cada uma delas por um juiz de paz.

### Tipos societários em Portugal

Os tipos de sociedades existentes em Portugal estão referenciados no Código das Sociedades Comerciais.

Atualmente, os tipos societários disponíveis em Portugal são:

- Sociedade Unipessoal por Quotas;
- Sociedade por Quotas;
- Sociedade Anónima;
- Sociedade em Nome Coletivo;
- Sociedade em comandita.

Os tipos societários mais utilizados em Portugal são:

Tipo de sociedade	N.º de sócios	Capital mínimo
Sociedades Anónimas	Pelo menos 5	50.000 €
Sociedades por Quotas	Pelo menos 2	Sem limite definido
Sociedade em Nome Coletivo	Pelo menos 2	Sem limite definido

#### 5.4.7. Resolução extrajudicial de litígios

Em Portugal existem três meios de resolução alternativa de litígios:

- a) Julgados de paz – com tramitação processual simplificada, os litígios podem ser resolvidos através de mediação, conciliação ou por meio de sentença;
- b) Sistemas de mediação pública – em que se procura chegar a acordo entre as partes com o auxílio de um mediador imparcial; e
- c) Centros de arbitragem – que compreendem:
  - i. Arbitragem voluntária, em que as partes, por acordo de vontades, submetem a decisão a árbitros por elas escolhidos; e
  - ii. Arbitragem institucionalizada, em que entidades autorizadas pelo Ministério da Justiça a prosseguir tal atividade, tentam que seja alcançado acordo entre as partes por via da mediação.

Paralelamente existe um Procedimento Extrajudicial de Conciliação (PEC), cujo objetivo é obter a celebração de um acordo entre empresas em situação económica difícil e todos ou alguns dos seus credores que viabilize a recuperação da empresa. A condução de diligências extrajudiciais neste âmbito cabe ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI).

Este Instituto possui ainda um Processo Especial de Revitalização (PER) e um Sistema Extrajudicial de Recuperação de Empresas (SIREVE). O PER destina-se a permitir a qualquer devedor que, comprovadamente, se encontre em situação económica difícil ou em situação de insolvência meramente iminente, mas que ainda seja suscetível de recuperação, estabelecer negociações com os respetivos credores de modo a concluir com estes acordo conducente à sua revitalização económica, facultando-lhe a possibilidade de manter ativa a sua atividade comercial. Por sua vez o SIREVE tem como objetivo melhorar as condições para a recuperação extrajudicial de empresas em dificuldade.

Adicionalmente, o Ministério da Justiça criou recentemente o GRAL – Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios - que funciona de forma dependente do Ministro da Justiça, embora seja dotado de autonomia técnica e administrativa. Tem por objetivo promover o acesso ao direito, aos meios extrajudiciais de resolução de conflito, aos tribunais arbitrais e aos julgados de paz, competindo-lhe:

- Apoiar a criação e a operacionalização de meios extrajudiciais de composição de conflitos, designadamente a mediação, a conciliação e a arbitragem;
- Promover a criação e apoiar o funcionamento de centros de arbitragem, julgados de paz e sistemas de mediação;
- Assegurar os mecanismos adequados de acesso ao direito, designadamente nos domínios da informação e consultas jurídicas e do apoio judiciário.

## 5.5. Principais características dos Acordos de Portugal no domínio do comércio e investimento

### 5.5.1. Convenções para Evitar a Dupla Tributação

As Convenções para Evitar a Dupla Tributação (CDT) constituem um importante instrumento de direito tributário internacional, na medida em que permitem que os rendimentos obtidos em Portugal por parte de um contribuinte residente num país com o qual Portugal tenha assinado uma CDT, beneficiem de taxas de retenção mais baixas.

Portugal tem atualmente 69 Convenções assinadas com os seguintes países:

Alemanha	Eslovénia	Letónia	Singapura (Protocolo que revê a Convenção)
África do Sul	Espanha	Lituânia	Suécia
Argélia	Estados Unidos	Luxemburgo (Protocolo Adicional)	Suíça (Protocolo que revê a Convenção)
Áustria	Estónia	Macau	Timor-Leste (*)
Barbados (*)	Finlândia	Malta	Tunísia
Bélgica Convenção adicional	França	Marrocos	Turquia
Brasil	Grécia	México	Uruguai
Bulgária	Guiné	Moçambique (Protocolo que revê a Convenção)	Ucrânia
Cabo Verde	Holanda	Moldávia	Venezuela
Canadá	Hong Kong	Noruega	
Chile	Hungria	Paquistão	
China	Índia	Panamá	
Chipre	Indonésia	Peru	
Colômbia (*)	Irlanda (Protocolo que revê a Convenção)	Polónia	
Coreia	Islândia	Qatar	
Cuba	Israel	Reino Unido	
Dinamarca	Itália	República Checa	
Emirados Árabes Unidos	Japão	Roménia	
Eslováquia	Koweit	Rússia	

(\*) Ainda não entrou em vigor.

### 5.5.2. Acordos sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos

Os Acordos sobre Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos garantem a proteção e segurança dos investimentos estrangeiros e incluem medidas vinculativas destinadas a conceber condições mais favoráveis para a realização de investimento, assegurando um tratamento mais favorável dos investidores e também garantias de proteção e segurança absoluta dos investimentos já efetivados. As áreas de admissão dos investimentos, tratamento dos investimentos, expropriação e perdas no investimento e resolução de conflitos estão tipificadas nestes Acordos.

Portugal celebrou 53 Acordos sobre a Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos, dos quais 10 ainda não se encontram em vigor:

Albânia	Alemanha	Angola *	Argélia
Argentina	Bósnia Herzegovina *	Brasil	Bulgária
Cabo Verde	Chile	China	Congo *
Coreia do Sul	Croácia	Cuba	Egito
Emirados Árabes Unidos	Eslováquia	Eslovénia	Filipinas
Gabão	Guiné-Bissau	Hungria	Índia
Kuwait *	Letónia	Líbia	Lituânia
Macau	Marrocos	Maurícias	México
Moçambique	Paquistão	Paraguai	Peru
Polónia	Qatar	Reino Hachemita da Jordânia *	República Checa
Roménia	Rússia *	São Tomé e Príncipe *	Senegal *
Sérvia	Timor	Tunísia	Turquia
Ucrânia	Uruguai	Uzbequistão *	Venezuela
Zimbabwe *			

(\*) Ainda não entrou em vigor.

### 5.5.3. Acordos sobre Troca de Informação em Matéria Fiscal

Os Acordos sobre Troca de Informação em matéria fiscal (ATI) são instrumentos que possibilitam às Autoridades fiscais portuguesas solicitar às Autoridades das jurisdições em causa, elementos que considere necessários para a apreciação da situação tributária de um contribuinte em particular. Este pedido de informação pode incluir esclarecimentos sobre a movimentação de fundos, titularidade de sociedades, fundações, trusts, fundos de investimento ou outras entidades.

Portugal tem 7 ATI's assinados e em vigor com Andorra, Bermudas, Gibraltar, Ilhas Caimão, Ilhas de Man, Jersey e Santa Lúcia. Tem ainda 8 ATI's assinados, cuja entrada em vigor está pendente, com os seguintes países: Antígua e Barbuda, Belize, Dominica, Guernsey, Ilhas Virgens Britânicas, Libéria, St. Kitts and Nevis, Turcos e Caicos.

### 5.5.4. Cooperação Administrativa no Domínio da Fiscalidade

A nível da UE e no que respeita à Cooperação Administrativa no Domínio da Fiscalidade, as seguintes Diretivas fixam os objetivos a atingir pelos Estados-membros da UE: Diretiva 2011/16/EU do Conselho, de 15 de fevereiro de 2011, relativa à cooperação administrativa no domínio da fiscalidade e a Diretiva 2010/24/UE do Conselho, de 16 de março de 2010, relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas.

A Diretiva 2011/16/EU visou estabelecer regras mais claras e mais precisas especialmente no que respeita à troca de informações em matéria fiscal, visando essencialmente uma cooperação mais ampla e efetiva entre os Estados-membros da UE. Estas regras fornecem também instrumentos suscetíveis de garantir uma atuação mais eficaz contra os fenómenos de fraude e evasão fiscais. Esta Diretiva foi transposta para o ordenamento português através do Decreto-Lei n.º61/2013 de 10 de maio.

A Diretiva 2010/24/UE do Conselho, de 16 de março de 2010, relativa à assistência mútua em matéria de cobrança de créditos respeitantes a impostos, direitos e outras medidas, garante a neutralidade fiscal e tem permitido que os Estados-membros procedam à abolição de medidas de proteção discriminatórias destinadas a evitar a fraude e as perdas orçamentais.

Ainda neste âmbito, foram assinados pelo Estado Português Protocolos de Assistência Mútua Administrativa em matéria fiscal, que não estão ainda em vigor, com o Brasil, Cabo Verde e Moçambique.

### 5.5.5. Convenções Internacionais sobre Segurança Social

As Convenções Internacionais sobre Segurança Social conferem aos trabalhadores que estiverem temporariamente a trabalhar em Portugal a possibilidade de obterem isenção do pagamento de contribuições em Portugal.

Portugal assinou até ao momento 20 Convenções Bilaterais sobre Segurança Social com seguintes países:

País	Isenção (meses) (1)
Estados da UE	24 <sup>(2)</sup>
Andorra	24
Angola	24 <sup>(3)</sup>
Argentina	12
Austrália	48
Brasil	60
Cabo Verde	24
Canadá	24
Canadá - Quebeque	24
Chile	36
Estados Unidos da América	60
Guiné-Bissau	24 <sup>(3)</sup>
Marrocos	36
Moçambique	24 <sup>(3)</sup>
Moldova	24
Reino Unido, em relação às Ilhas do Canal (Jersey, Guernsey, Herm, Jethou e Man)	12
S. Tomé e Príncipe	24 <sup>(3)</sup>
Tunísia	24
Ucrânia	12
Uruguai	12
Venezuela	24

<sup>(1)</sup> Este período poderá ser prorrogado.

<sup>(2)</sup> Também aplicável à Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia.

<sup>(3)</sup> Estas Convenções ainda não se encontram em vigor.

### 5.5.6. Acordos bilaterais

Portugal enquanto membro da União Europeia está condicionado, na sua atuação externa às regras e tratados comunitários. Não obstante, há ainda uma margem, ao nível da cooperação económica, que permite a cada EM estabelecer relacionamentos bilaterais desde que não sejam contrárias às regras comunitárias. Assim, apesar

dos limites nos domínios da exportação e de importação e da pauta aduaneira comum, há espaço para a cooperação entre os EM os demais países.

Entre outros, indicamos alguns países com os quais Portugal celebrou acordos bilaterais nas mais variadas matérias<sup>30</sup>:

Europa	África	América	Ásia	Oceânia
Bulgária (1)	Angola (1) (5) (6)	Brasil (1) (2) (3) (6)	China (1)	Timor-Leste (3)
Espanha (1)	Argélia (1)	Colômbia (1)	Índia (1)	
Estónia (1)	Cabo Verde	México (1)	Iraque (1)	
Hungria (4)	Gabão (3)	Paraguai (1)	Indonésia (6)	
Lituânia (1)	Guiné-Bissau (1)	Peru (1)	RAE Macau	
Polónia (1)	Moçambique (1)	Uruguai (1) (6)	Reino Hachemita da Jordânia (1) (6)	
Roménia (1) (6)	São Tomé e Príncipe (1) (6)	Venezuela (1) (3)	Tailândia (1)	
Rússia (1)	Senegal (1)			
Turquia (1) (6)	Tunísia (3)			
Ucrânia (1)	Zâmbia (6)			
	Zimbabwe (6)			

- Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo (1)
- Acordo sobre a Facilitação de Circulação de Pessoas (2)
- Acordo Quadro de Cooperação (3)
- Acordo sobre Proteção Recíproca de Indicações de Proveniência, Denominações de Origem e Denominações Similares (4)
- Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria (5)
- Acordo de Cooperação Económica (6)

<sup>30</sup> Para mais informações: <http://www.gddc.pt/cooperacao/instrumentos-bilaterais.html>

## Índice de Tabelas

Tabela 1 – Observadores Associados CPLP .....	20
Tabela 2 – Observadores Consultivos da CPLP .....	20
Tabela 3 - Caracterização dos países membros da CPLP e Macau .....	24
Tabela 4 - TCI ( <i>Trade Complementary Index</i> ) da CPLP e da RAE de Macau (%) .....	38
Tabela 5 - Comunidades económicas regionais em perspetiva (2012) .....	39
Tabela 6 - Indicadores da economia portuguesa .....	51
Tabela 7– Importações portuguesas da CPLP – produtos .....	52
Tabela 8– Exportações portuguesas para a CPLP – produtos .....	54
Tabela 9– Importações da CPLP à SADC .....	60
Tabela 10– Exportações da CPLP para a SADC .....	62
Tabela 11– Importações da CPLP à CEDEAO .....	67
Tabela 12– Exportações da CPLP para a CEDEAO .....	68
Tabela 13– Importações da CPLP à CEAAC .....	71
Tabela 14– Exportações da CPLP para a CEAAC .....	72
Tabela 15– Importações da CPLP ao Mercosul .....	74
Tabela 16– Exportações da CPLP para o Mercosul .....	75
Tabela 17– Importações da CPLP à ASEAN .....	77
Tabela 18– Exportações da CPLP para a ASEAN .....	78
Tabela 19 - <i>Doing Business</i> 2013 – Posição por país da UE .....	112
Tabela 20 - <i>Doing Business</i> 2013 – Posição por país da CPLP .....	114
Tabela 21 - Quadro resumo com os principais impostos de Portugal .....	116
Tabela 22 - <i>Paying Taxes</i> – CPLP .....	117
Tabela 23- Sistema Judiciário de Portugal .....	119

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 – PIB por setor - CPLP .....	25
Gráfico 2 – Crescimento médio anual dos países da CPLP 2008-2012 .....	26
Gráfico 3 – Contribuição de cada EM para o PIB da CPLP 2008-2012 .....	26
Gráfico 4 - Evolução das economias da região 2008-2012 .....	27
Gráfico 5 – PIB por setor 2012 - Angola .....	29
Gráfico 6 – PIB por setor 2012 - Brasil .....	29
Gráfico 7 – PIB por setor 2012 – Cabo Verde .....	30
Gráfico 8 – PIB por setor 2012 – Guiné-Bissau .....	31
Gráfico 9 – PIB por setor 2012 – RAE de Macau .....	31
Gráfico 10 – PIB por setor 2012 - Moçambique .....	32
Gráfico 11 – PIB por setor 2012 – São Tomé e Príncipe .....	32
Gráfico 12 – PIB por setor 2012 - Portugal .....	33
Gráfico 13 – PIB por setor 2012 – Timor Leste .....	34
Gráfico 14 - Ranking do <i>Doing Business</i> * – CPLP .....	35
Gráfico 15 - Como é que a CPLP se classifica em média no ranking “ <i>Doing Business</i> *”? .....	35
Gráfico 16 - Facilidade em começar um negócio .....	36
Gráfico 17 – Nº de dias para abrir uma empresa .....	36
Gráfico 18 - Obtenção de eletricidade .....	36
Gráfico 19 – Nº de dias para se obter eletricidade .....	36
Gráfico 20 - Obtenção de crédito .....	36
Gráfico 21 - Proteção dos investidores .....	36
Gráfico 22 - Evolução do comércio intra-CPLP <i>versus</i> Evolução do PIB da região .....	40
Gráfico 23 - Peso das exportações/importações intra-CPLP no total da região, 2012 .....	40
Gráfico 24 – Evolução das importações portuguesas e principais países de origem, 2008-2012 .....	42
Gráfico 25 – Importações portuguesas – Top produtos em 2012 .....	43

Gráfico 26 – Evolução das importações portuguesas no período 2008-2012 .....	43
Gráfico 27 – Evolução das importações de maquinaria e equipamentos de transporte 2008-2012.....	44
Gráfico 28 – Evolução das importações de bens manufacturados 2008-2012 .....	44
Gráfico 29 – Evolução das importações portuguesas da UE .....	45
Gráfico 30 – Importações portuguesas da UE – Top produtos em 2012.....	45
Gráfico 31 – Evolução das importações portuguesas da UE no período 2008-2012 .....	46
Gráfico 32 – Evolução das exportações portuguesas e principais países de destino, 2008-2012 .....	47
Gráfico 33 – Exportações portuguesas – Top produtos em 2012 .....	47
Gráfico 34 – Evolução das exportações portuguesas no período 2008-2012 .....	48
Gráfico 35 – Evolução das exportações de maquinaria e equipamentos de transporte (2008-2012) .....	48
Gráfico 36 – Evolução das exportações de bens manufacturados (2008-2012).....	49
Gráfico 37 – Evolução das exportações portuguesas para UE .....	49
Gráfico 38 – Exportações portuguesas da UE – Top produtos em 2012.....	50
Gráfico 39 – Evolução das exportações portuguesas para a UE no período 2008-2012 .....	50
Gráfico 40 – Importações portuguesas da CPLP .....	52
Gráfico 41 – Exportações portuguesas para a CPLP.....	54
Gráfico 42 - Importações CPLP da SADC.....	60
Gráfico 43 – Importações portuguesas da SADC (2012) .....	61
Gráfico 44 – Importações brasileiras da SADC (2012).....	61
Gráfico 46 – Importações moçambicanas da SADC (2012).....	61
Gráfico 47 – Exportações da CPLP para a SADC.....	62
Gráfico 48 – Importações CPLP da CEDEAO.....	67
Gráfico 49 - Exportações CPLP para a CEDEAO .....	68
Gráfico 50 – Importações da CPLP à CEEAC (2008 – 2012) .....	71
Gráfico 51 – Exportações da CPLP para a CEEAC (2008 – 2012) .....	72
Gráfico 52 – Importações CPLP do Mercosul .....	74
Gráfico 53 - Exportações da CPLP para o Mercosul.....	75
Gráfico 54 - Importações CPLP da ASEAN.....	77
Gráfico 55 – Exportações da CPLP para a ASEAN .....	78
Gráfico 56 - Fluxos de IDE de e para a CPLP, 2008-2012.....	83
Gráfico 57 - Fluxos de IDE no Brasil, 2008-2012 .....	84
Gráfico 58 - Fluxos de IDE em Angola 2008-2012 .....	85
Gráfico 59 - Fluxos de IDE em Portugal, 2008-2012.....	86
Gráfico 60 - Valores (milhões US\$) e percentagens de IDE na CPLP no ano de 2012, UNCTAD .....	114

## Índice de Figuras

Figura 1 – Estados Membros da CPLP .....	19
Figura 2 - Índice de competitividade global 2013 ( <i>Global Competitiveness Report 2013/2014</i> ).....	27
Figura 3 - Estimativas de crescimento do PIB em 2014 no mundo .....	28
Figura 4 - Principais destinos das exportações portuguesas para a SADC (2012) .....	63
Figura 5 - Principais destinos das exportações brasileiras para a SADC (2012) .....	63
Figura 6 - Principais destinos das exportações brasileiras para o MERCOSUL (2012) .....	76

Um estudo realizado no âmbito do projeto nº 30030, apoiado pelo QREN, através do SIAC do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE) pela:



Apoio:



Projeto Co-Financiado:

